

## 1 INTRODUÇÃO

A partir da segunda metade da década de 1990, as estratégias de planejamento para países em desenvolvimento modificaram-se, influenciadas por diversos motivos em grande parte associados ao contexto recente de reestruturação econômico-produtiva, político-institucional e social, fenômeno mais conhecido como globalização<sup>1</sup>, trazendo à tona a necessidade, por parte dos organismos da cooperação internacional, de incorporar estrategicamente aos programas de desenvolvimento, as várias “funções” de um espaço rural que nunca esteve exclusivamente vinculado, na sua dinâmica social - e também econômica -, somente aos aspectos do trabalho na agricultura.

É sabido que esse fenômeno – globalização - vem exercendo influência substancial nas relações econômico-produtivas, forçando readaptações de mercados e governos em ritmo acelerado, proporcionado pelo radical desenvolvimento científico-tecnológico, principalmente no que respeita a veiculação da informação (recursos da informática, Internet etc), que transpassa barreiras nacionais, desregulamenta mercados (legislação) de trabalho, com alta mobilidade do capital financeiro-produtivo, adentrando espaços-lugares antes nunca vislumbrados no processo de apropriação pelo capital.

A revolução da tecnologia da informação e a reestruturação do capitalismo introduziram uma nova forma de sociedade, a sociedade em rede. Essa sociedade é caracterizada pela globalização das atividades econômicas decisivas do ponto de vista estratégico; por sua forma de organização em redes; pela flexibilidade e instabilidade do emprego e a individualização da mão-de-obra. Por uma cultura de virtualidade real construída a partir de um sistema de mídia onipresente, interligado e altamente diversificado. E pela transformação das bases materiais da vida – o tempo e o espaço – mediante a criação de um espaço de fluxos e de um tempo intemporal como expressões das atividades e elites dominantes (CASTELLS, 2000, p. 17).

Ainda na década 1990, os países integrantes da OCDE – mais especificamente os da Europa ocidental – discutiam novas formas de pensar o desenvolvimento rural<sup>2</sup>. Nesse contexto, uma das grandes influências no planejamento foi e é o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Local e Rural

---

<sup>1</sup> “Uma nova economia surgiu em escala global no último quartel do século XX. Chamo-a de informacional, global e em rede para identificar suas características fundamentais e diferenciadas e enfatizar sua interligação” (CASTELLS, 1999, p.119).

(LEADER<sup>3</sup>), com ações dirigidas aos espaços reduzidos locais. Resgata assim a abordagem territorial numa referência às relações sócio-econômicas, políticas e, principalmente, culturais (identidade) de um lugar<sup>4</sup>; valorizando, em certa medida, os papéis e as relações entre instituições privadas, sociedade civil e poder público local no processo de planejamento descentralizado e auto gestão do desenvolvimento.

No país já houve experiências próximas desse modelo recente como os Projetos de Desenvolvimento Rural Integrado (PDRIs), implementados sobretudo na Região Nordeste durante a década de 1970. Embora a participação popular estivesse ausente da sua concepção, haja vista o momento de forte centralização do planejamento, esta estratégia já trazia a idéia da regionalização, numa tentativa de vincular o planejamento e suas políticas públicas com as especificidades regionais.

A opção pela apropriação desses processos vem demonstrar a ineficácia daquele modelo de desenvolvimento balizado na industrialização sustentada na modernização da agricultura. Anteriormente, e como dito, as ações tinham caráter exclusivamente setorial. O interesse básico nas regiões ou território residia simplesmente no local aonde se concentrariam as grandes plantas industriais (custos de transporte, proximidade de matérias primas, mão de obra barata etc), cabendo ao estado papel mediador, ofertando subsídios e incentivos ao capital industrial<sup>5</sup>.

O rebatimento dessas questões atende à opção dos formuladores de políticas de superar o aspecto do exclusivo setorial (agrícola), com apropriação programática de dinâmicas que até então não eram consideradas nas políticas para o setor, como as ocupações em atividades não agrícolas; como a utilização de processos participativos reivindicados pelos movimentos sociais nas decisões políticas<sup>6</sup>; como

---

<sup>3</sup> O Programa LEADER (Ligação Entre Ações de Desenvolvimento da Economia Rural) é uma iniciativa da Comissão Europeia para apoiar o desenvolvimento integrado e participado nas zonas rurais com problemas de desenvolvimento, através de ajudas e assistência a iniciativas e pequenos projetos. O programa é parte de uma das iniciativas financiadas pelos Fundos Estruturais da UE. "Neste contexto, a Iniciativa LEADER, desde 1991 está a serviço das zonas rurais da União Europeia, propondo um método de desenvolvimento que associa os actores locais na construção do futuro dos seus territórios. Sem querer entrar numa avaliação do dispositivo, é legítimo constatar que a abordagem LEADER ganhou adeptos para além do círculo dos seus beneficiários e inspirou por vezes as políticas nacionais ou regionais, devido ao forte impulso gerado por novas parcerias e novas operações" (<http://europa.eu.int/comm/archives/leader2/rural-pt/biblio/model/intro.htm>).

<sup>4</sup> José Eli da Veiga em "O Brocardo do Desenvolvimento Rural". Artigo publicado em 2004 na Revista Eletrônica Valor Econômico: [www.valoronline.com.br](http://www.valoronline.com.br).

<sup>5</sup> "Dado um certo montante de recurso disponível para o investimento – de origem privada ou pública -, a política territorial do Estado buscava influir, de forma centralizada, sobre sua localização. Neste momento, o ator exclusivo das políticas industriais (e também das políticas agrícolas) era o Estado nacional" (BEDUSCHI FILHO; ABRAMOVAY, 2004, p. 39).

<sup>6</sup> Além desses condicionantes, é preciso considerar que o processo de redemocratização iniciado a partir da Constituição de 1988 impactou no cenário social do país, fortalecendo os movimentos sociais de base - a sociedade civil organizada - no tocante à participação política, notadamente (e aproximando-se da temática em questão) dos movimentos de luta pela terra, o que passou a redefinir relações Estado-Sociedade, ampliando as experiências de participação popular na gestão local. Um exemplo clássico são os Orçamentos Participativos (OP's), que surgiram ao final da década de 1980 em Porto Alegre, inclusive reconhecidos e premiados pela ONU.

a definição de mercados de escopo (certificação de origem) como estratégia de inclusão da pequena produção nos circuitos capitalistas; como o apelo ao uso sustentável (econômico) de recursos ambientais (transição para a agroecologia) em contrapartida ao esgotamento do modelo produtivista; como valorização da paisagem e da dinâmica social local como produtos de mercado etc, entre outras características do universo rural que correspondem, de alguma forma, às orientações mais gerais desses organismos internacionais.

É desse cenário que surgem orientações, metodologias e estratégias de intervenção, fundamentadas principalmente em abordagens territoriais – na unidade político-cultural (identidade territorial) – do desenvolvimento sustentável<sup>7</sup>, que seria garantido pela gestão social (empoderamento) do processo de planejamento, nos marcos da descentralização administrativa.

Com relação especificamente à implementação do conceito de desenvolvimento sustentável, mais precisamente em 1987, a Comissão Brundtland de Meio Ambiente e Desenvolvimento viria a oficializar o termo fortalecendo a associação entre os limites do uso econômico dos recursos ambientais e uma estratégia de desenvolvimento econômico-produtivo, remetendo assim a idéia de sustentabilidade à satisfação de necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades<sup>8</sup>, sendo esta a apropriação do conceito assumida (imposta ao) pelo estado brasileiro na concepção das políticas de desenvolvimento para o mundo rural.

Nesses termos, coloca-se o desafio, ao distinguir sentidos para o desenvolvimento, que: desenvolver não se restringe apenas à alocação eficiente de recursos. Há imposição anunciada em se contemplar os requisitos ditos de sustentabilidade, o que significa encontrar soluções tanto eficientes quanto compatíveis com os limites impostos pela natureza. A natureza, o ecossistema, as regras da biofísica e termodinâmica passam a sinalizar para onde é possível avançar, tendo como principal condicionante a sustentação sócio-ambiental.

---

<sup>7</sup> Com o ganho de importância dos movimentos sociais e de organizações não governamentais no debate sobre o desenvolvimento, os movimentos ecológicos introduziram na pauta de discussões em todo o mundo as questões ambiental, de preservação da natureza e qualidade de vida.

<sup>8</sup> O conceito de desenvolvimento sustentável surge internacionalmente a partir da *International Union of the Conservation of Nature* (IUCN), que terminou por influenciar a Comissão *Brundtland*. O conceito sustentável viria da Ecologia, trazendo basicamente a mesma idéia. Porém, alguns autores contestam a possibilidade de se conjugar desenvolvimento e sustentabilidade. Para eles, são processos contraditórios.

Derivam desse contexto as recentes políticas públicas federais direcionadas ao meio rural no Brasil, como o Programa Nacional de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT), com opção pela abordagem territorial do desenvolvimento sustentável.

O PRONAT vem sendo implementado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) desde 2003 em todo o país, sob a coordenação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT). Dentre suas atribuições e realizações, esta secretaria vem fomentando, ao nível dos Estados e de suas respectivas meso e micro regiões, um processo de articulação institucional<sup>9</sup> local para o *reconhecimento* dos diversos territórios rurais, através de uma metodologia participativa conhecida como “Metodologia Comum”. Esta metodologia objetiva, em termos gerais, “organizar” as capacidades territoriais (tecido institucional e das relações sociais) para a gestão social do processo de desenvolvimento sustentável, prevendo a articulação de ações e políticas do poder público em suas várias esferas, com ampla participação da sociedade civil, movimentos sociais e instituições do território<sup>10</sup>.

A gestão social, para a Metodologia Comum, é ao mesmo tempo aprendizado e aplicação do que se está apreendendo. É, ao mesmo tempo, capacitação e aplicação prática, pois, segundo esta metodologia, estará mais desenvolvido aquele território que tiver completado um maior número de etapas da capacitação, por exemplo, com a implementação dos Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS), dos Estudos Propositivos (EP), Plano Safra (PST), entre outras ações programadas.

Significa dizer que, no processo de planejamento (construção do PTDRS), os sujeitos, teoricamente, vão se apropriando dos condicionantes (conceitos) de sustentabilidade. Para ser efetiva, a gestão social deve possibilitar aos sujeitos

---

<sup>9</sup> Participaram desta articulação no estado baiano: o Governo da Bahia, representado pela Secretaria de Planejamento (SEPLAN) e a Secretaria de Combate à Pobreza (SECOMP), a SDT, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), a FAO (Organização das Nações Unidas para a Fome e a Agricultura), algumas organizações sociais SASOP (Serviço de Assessoria a Organizações Populares Rurais), MOC (Movimento de Organização Comunitária), FETRAF (Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar), CEALNOR (Central de Associações do Litoral Norte), entre outras, a Secretaria de Segurança Alimentar do Ministério do Desenvolvimento Social (SESAN/MDS), a Secretaria de Agricultura Familiar (SAF) do MDA e a Comissão Executiva para a Lavoura Cacaueira (CEPLAC).

<sup>10</sup> Paralelamente às ações da SDT, outros órgãos foram montando suas políticas de desenvolvimento territorial, porém com outros objetivos que não o do desenvolvimento rural focado na agricultura familiar. O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), por exemplo, por meio dos Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (CONSADs), passou a implantar uma política de desenvolvimento territorial focada na segurança alimentar, seja ela rural ou urbana. Também o Ministério da Integração Nacional (MI) passou a promover a geração de emprego e renda nas mesorregiões econômicas, mas observando os sub-espacos territoriais. O Ministério do Meio Ambiente (MMA), objetivando o desenvolvimento em harmonia com a natureza, passou a fomentar ações em territórios ambientalmente definidos, a exemplo das bacias hidrográficas (Atas das reuniões da SDT)

internalizar aquilo que está definido como conteúdos de DSTR, podendo ser verificados nos planos implementados.

É bom enfatizar que: o rural setorial, o desenvolvimento sustentável territorial garantido pela gestão social, a gestão social obtida pela Metodologia Comum e a própria Metodologia Comum são postulações definidas e adotadas pelo estado, portanto, questões problematizadas nessa dissertação.

Na Bahia criou-se a Coordenação Estadual de Territórios<sup>11</sup> (CET), responsável por dinamizar o programa no Estado. A CET surgiu na verdade de uma demanda dos movimentos sociais que não viam o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS) - instituição oficial no Estado responsável pela homologação dos territórios junto ao MDA - como a instituição que pudesse efetivamente representar os interesses dos territórios e do público alvo. A CET tem como critério de composição maior participação da sociedade civil. Esse processo proporcionou o reconhecimento, até o final de 2006, de 24 territórios rurais no Estado, nove deles sob a ação direta da SDT.

Programaticamente, o território rural se define como:

[...] um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo a cidade e o campo, caracterizado por critérios multidimensionais – tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições –, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial (MINISTÉRIO..., 2005b, p. 28).

A referida metodologia de intervenção tem como público alvo os pequenos produtores, acampados, assentados, quilombolas, indígenas, comunidades tradicionais etc (produção familiar). Propõe, dentre outras diretrizes, a constituição de Fóruns Territoriais, conhecidos inicialmente como Comissões de Implantação de Ações Territoriais (CIAT); espaço, teoricamente, de participação social efetiva e, conseqüentemente, de planejamento. Esse protagonismo de produtores e “atores locais” - a gestão social -, do desenvolvimento sustentável, não por acaso se define como via principal da intervenção, cujas ações imediatas se direcionam ao apoio à organização e ao fortalecimento das instituições locais ligadas, principalmente, ao público alvo do programa.

---

<sup>11</sup> Instituição correspondente ao Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável, porém com uma composição distinta.

Sepúlveda (2005, p. 34) comenta que a concepção do desenvolvimento sustentável reflete a importância que passa a ter a eficiência econômica no uso dos recursos naturais, destacando como determinantes os aspectos participativos e distributivos do desenvolvimento entre comunidades e entre grupos sociais, trazendo também a noção da “gestão social” como componente fundamental para se alcançar um desenvolvimento sustentável.

Nesse aspecto, o equilíbrio de poder decisório por dentro dos espaços de consertação (Fóruns) seria decisivo, determinando a efetiva participação (deliberativa) ou não dos atores, agentes, representantes etc dos diversos setores e classes nesses espaços no processo de gestão social do Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (DSTR). Ou melhor: a gestão social é condição para a sustentabilidade, de acordo com a metodologia de intervenção.

Verificar, dessa forma, o rebatimento do programa em “territórios rurais”, com formação histórica e teia de relações específicas (sócio-econômico-político-sociais e institucionais), possibilita compreender interações entre o modelo de intervenção e a dinâmica social (ruralidade); permite avaliar se *há compatibilidade entre o modelo de intervenção e a condição ideal de sustentabilidade para o desenvolvimento sustentável de determinado território rural*. A condição ideal - doravante DSTR Ideal - é definida aqui pela soma dos condicionantes postulados na Metodologia Comum com os condicionantes derivados de nossa revisão bibliográfica, esta última com ênfase na dinâmica social, na ruralidade, como elemento imprescindível ao DSTR Ideal.

Trata-se, dessa forma, de avaliar, através do processo da gestão social<sup>12</sup> programada, se efetiva um DSTR, primeiro, programado – doravante DSTR Programado -, pois a gestão social é estratégia programada (intervenção) para se alcançar um DSTR Programado e, segundo, se efetiva uma DSTR Ideal.

Em outras palavras, a avaliação dos DSTRs deve responder se no processo de gestão social programada do Território Velho Chico, os condicionantes de um DSTR Programado e, para além deste, de um DSTR Ideal foram contemplados, avaliando assim a compatibilidade, e complementaridade, entre DSTRs.

---

<sup>12</sup> “[...] um processo de gerir assuntos públicos, por meio da descentralização político administrativa, redefinindo formas de organização e de relações sociais com sustentabilidade, transparência e efetiva participação da sociedade, o que implica ampliação dos níveis das capacidades humanas, sociais e organizacionais do Território” (MINISTÉRIO..., 2005a, p. 14).

Essa é a condição para se avaliar a compatibilidade entre os DSTRs, pois possibilita compor ao final a complementaridade que representa de forma aproximada o que se considera um DSTR Ideal.

De acordo com a Metodologia Comum (PRONAT), exercício da gestão social pressupõe a apropriação dos elementos que constam do *material metodológico* do programa pelos representantes (sujeitos) das diversas instituições do território; dinâmica essa que acontece, teoricamente, durante a implementação do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS): é o “aprender fazendo”.

[...] A gestão social **se dá** tendo por objeto os planos e processos de desenvolvimento territorial, e não apenas as políticas do governo Federal ou, menos ainda, somente as políticas do MDA. A própria idéia de desenvolvimento territorial pressupõe o ultrapassar dos limites setoriais. Seja da economia, seja do limite das políticas públicas” (MINISTÉRIO..., 2005c, p. 10; grifo nosso).

E ainda:

“... um processo de gerir assuntos públicos, por meio da descentralização político administrativa, redefinindo formas de organização e de relações sociais com sustentabilidade, transparência e efetiva participação da sociedade, o que implica ampliação dos níveis das capacidades humanas, sociais e organizacionais do Território” (MINISTÉRIO..., 2005a, p. 14).

Nossa hipótese é a de que haverá DSTR Programado e Ideal caso os condicionantes do DSTR postulados na Metodologia Comum, acrescidos dos condicionantes retirados do nosso referencial teórico, estejam efetivamente contemplados no processo de gestão social. Para o DSTR Ideal, é fundamental que na prática da gestão social se absorvam efetivamente os elementos que expressam os verdadeiros significados dos lugares e das relações sociais locais que, no caso específico, são representativos da ruralidade, pois se trata de um território rural. Ela sinaliza para as aspirações dos sujeitos e “projetos” tradicionais, muito além das preocupações com a dinamização do exclusivo econômico; do ajuste para mercados; da aplicação de um modelo que amplia às empresas o espaço de atuação capitalista, o espaço de uma ruralidade programada.

A ruralidade, ou o produto das relações sócio-político-econômicas territorializadas no tempo e no espaço, talvez seja o mais importante e complicado conceito a ser desenvolvido, apropriado e operacionalizado. Esta dificuldade advém

da incontestável ineficácia das ciências modernas - que decompõe, segmenta, homogeneiza, dicotomiza... - para explicar a realidade que é diversa, heterogênea, incerta, integrada e constituída pelos sujeitos sociais que lhes atribuem sentidos, para além dos códigos dominantes. Códigos estes em que o rural transita desde uma previsão de sua completa extinção pela sua diluição no urbano, passando por apropriações superficialmente estatísticas ou mesmo apropriações adequadas a uma função específica para o planejamento, e vão até uma compreensão exclusivamente reducionista como aquela do locus de atividades “tradicionais” a serem implementadas para inserção nos mercados.

## 1.2 METODOLOGIA DA PESQUISA

A metodologia para realização desta pesquisa foi sendo construída gradativamente a partir da diretriz geral de exame da teoria em comparação a sua aplicação programada, idealizada e efetivada. Nesse sentido ela foi dividida em duas partes:

**1ª. Parte** - A aplicação programada e a idealizada foram examinadas a partir dos referenciais bibliográficos e documentais, primeiro, que fundamentam (e foram citadas) e descrevem a Metodologia Comum, e, segundo, que subsidiaram o arcabouço teórico-conceitual de idealização do Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais, doravante chamado DSTR Ideal:

1) Análise das publicações, e seus respectivos autores, citadas e listadas no Portal<sup>13</sup> da Secretaria de Desenvolvimento Territorial, e identificação dos *Condicionantes Sustentabilidade Territorial Rural (CSTR)*. Os CSTR são parâmetros teóricos de estruturação das abordagens programática e idealizada: DSTR Programado e DSTR Ideal, respectivamente, e enquanto tal “fornecem” conteúdo para transformar uma denominação político-administrativa, que é o DSTR, em noção científica;

2) Análise dos documentos oficiais que estruturam a Metodologia Comum: Documentos Institucionais e de Apoio (também disponíveis no *site*<sup>14</sup> da SDT), e identificação dos CSTR;

---

<sup>13</sup> Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sdt>>.

<sup>14</sup> *Ibidem*.



3) Análise dos autores que subsidiaram o arcabouço teórico-conceitual de idealização do desenvolvimento sustentável (DTRS Ideal), e identificação dos CSTR;

4) Análise e apropriação de alguns dos indicadores (do rural ou da ruralidade) propostos no Programa LEADER+, e no Índice de Desenvolvimento Rural (IDR) elaborado pela pesquisadora Angela Kageyama;

5) Sistematização dos CSTR retirados das referidas leituras analíticas nos itens 1, 2, 3 e 4 em um Quadro Geral de CSTR, distribuídos em quatro colunas, cada uma correspondendo à fonte pesquisada: colunas Metodologia Comum; Autores apropriados (SDT); LEADER+ e Angela Kageyama e; Referencial Teórico;

6) Eleição de *Indicadores de Sustentabilidade Territorial Rural* (ISTR) a partir dos CSTR, que representem a materialização desses condicionantes visando a intervenção e avaliação do DSTR;

7) Agrupamento de significados contidos no discurso – político-administrativo – de sustentabilidade territorial rural, que são requisitos de conteúdo para significação da noção de DSTR, em quatro Grupos de Ressignificação (GR): GR Ruralidade; GR Sustentabilidade; GR Político-institucional e; GR Economia;

8) Identificação de argumentos que estruturam os parâmetros teóricos (CSTR) e sua materialização (ISTR) a partir de um nexos comum, a que se denominou Elementos Nucleadores (EN): EN Gestão Social ; EN Econômico-institucional ; EN Sócio-cultural-produtivo-ambiental. Nessa condição, os EN são metodologicamente utilizados como categorias de análise necessárias para avaliar graus qualitativos de compatibilidade entre a teoria e sua aplicação programada, idealizada e efetivada;

9) Sistematização dos CSTR e ISTR em um novo quadro denominado *Quadro de Elementos Nucleadores do DSTR*, composto por três colunas (e não mais quatro), respectivamente EN Gestão Social, EN Econômico-institucional e EN Sócio-cultural-produtivo-ambiental. Esta última coluna representa a junção das colunas LEADER+/Angela Kageyama e Referencial Teórico do Quadro Geral de CSTR, pois a primeira é complementar à segunda na formulação de um DSTR Ideal;

10) Estabelecimento de interações entre os EN dos condicionantes/indicadores (CSTR/ISTR) e os Grupos de Ressignificação (GR) do DSTR. Essas interações expressam os graus qualitativos de sustentabilidade territorial rural (STR) conforme agreguem mais ou menos significados aos

condicionantes/indicadores (CSTR/ISTR). Isto é, quanto mais GR em EN, mais STR haverá no processo de desenvolvimento.

Nesse sentido, os CSTR/ISTR retirados tanto no programa como na revisão teórica, agregaram, obviamente, os conteúdos gerais dos DSTRs Programado e Ideal (gestão social, economia, institucionalidade, relações sociais, meio ambiente e cultura). Estes são requisitos mínimos para expressar, de um lado, a compatibilidade entre o modelo e a realidade sob intervenção e, ainda, um desenvolvimento sustentável de territórios rurais com maior complexidade.

Os Grupos de Resignificação (GR), de acordo com suas especificidades, reúnem um maior ou um menor número de CSTR/ISTR relacionados com cada Elemento Nucleador. A relação entre EN e GR, ou seja, entre aqueles indicadores nos grupos que são confirmados em prol de determinado EN, demonstra se há compatibilidade ou não entre os DSTRs. Assim, obrigatoriamente, o GR Ruralidade deve confirmar, em primeiro lugar, todos os indicadores do EN Sócio-cultural-ambiental para que se possa vislumbrar um DSTR Ideal e – também obrigatoriamente -, em menor quantidade, confirmar parte dos CSTR/ISTR dos EN Gestão Social e Econômico-institucional, referências do programa. Essa dinâmica demonstrará a “medida” ou se efetiva um DSTR Programado e Ideal. Dessa forma, quando se inverte o sentido desse movimento para o EN Gestão Social, o processo caminha para um DSTR Programado, “esvaziando” sua “bagagem” de CSTR/ISTR, principalmente com relação àqueles derivados de nosso referencial teórico.

**2ª. Parte** - De posse dos Grupos de Resignificação (GR) e Elementos Nucleadores (EN) dos CSTR/ISTR, partiu-se para a aplicação efetivada no caso território Velho Chico:

1) Aplicação dos GR sobre os instrumentos de gestão social - Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) - “reforçada” por dados secundários que destacam aspectos de ruralidade, pois são exigidos pelo programa na medida em que representa, antecipada e programaticamente, um território rural.

Vale ressaltar que o PTDRS está sendo adotado como parâmetro de efetividade tendo em vista que ainda não foi implementado ao mesmo tempo em que já constitui um produto da política. A avaliação dessa efetividade estará mais próxima da avaliação de compatibilidade se o plano estivesse implementado.

1.1. Verificação da legitimidade do adjetivo “território rural”;

1.2. Exame de dados secundários das seguintes fontes: IBGE (Censo Demográfico, Censo Agropecupário etc), da Base de dados da Agricultura Familiar – SADE (SAF); do Atlas do Desenvolvimento Humano; de pesquisas da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI);

1.3. Aplicação da interação entre EN e GR.

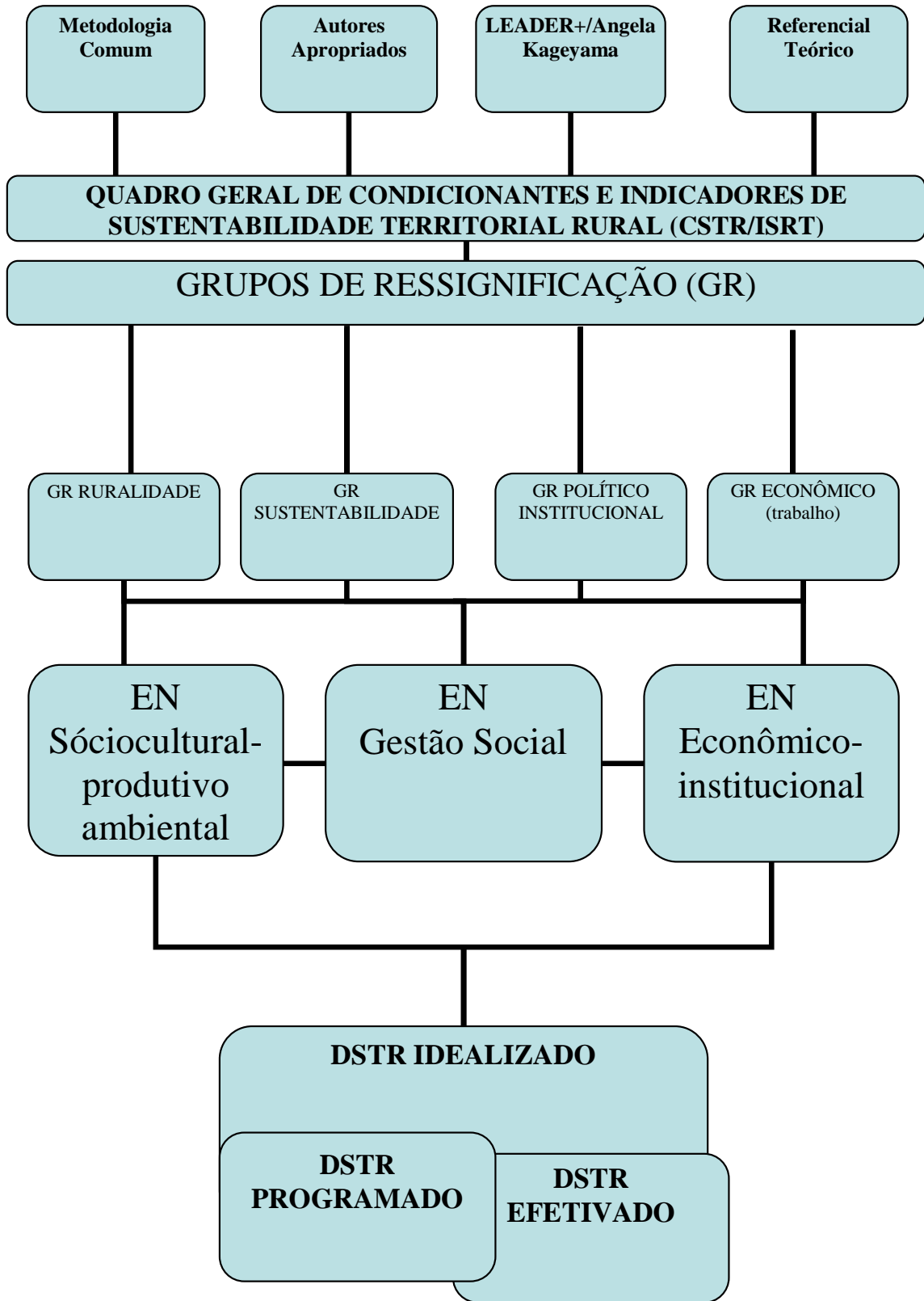
A avaliação dos DSTRs deveria responder se no processo de gestão social programada do Território Velho Chico, os condicionantes de um DSTR Programado e, para além deste, de um DSTR Ideal foram contemplados, avaliando assim a compatibilidade, e complementaridade, entre DSTRs.

Nesse sentido, os CSTR/ISTR retirados tanto no programa como na revisão teórica, agregaram, obviamente, os conteúdos gerais dos DSTRs Programado e Ideal (gestão social, economia, institucionalidade, relações sociais, meio ambiente e cultura). Estes são requisitos mínimos para expressar, de um lado, a compatibilidade entre o modelo e a realidade sob intervenção e, ainda, um desenvolvimento sustentável de territórios rurais com maior complexidade.

Essa é a condição para se avaliar a compatibilidade entre os DSTRs, pois possibilita compor ao final a complementaridade que representa de forma mais aproximada o que se considera um DSTR Ideal.

De acordo com o diagrama (metodologia de avaliação) da página seguinte, é possível perceber as interações entre GR e EN, bem como a complementaridade necessária, representada pelo DSTR Ideal, para que haja compatibilidade entre DSTR Programado, Ideal e Efetivado.

### DIAGRAMA DA METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DOS DSTR



## 2 O PROGRAMA DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DE TERRITÓRIOS RURAIS (PRONAT)

A concepção e as estratégias que descrevem o Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT) vêm sistematizadas em documentos conhecidos como Documentos Institucionais e Documentos de Apoio<sup>15</sup>, elaborados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário. Podemos dizer sinteticamente que, no primeiro caso, tratam-se das questões conceituais que fundamentam o programa, e, no segundo caso, das estratégias de operacionalização das ações práticas.

A apresentação resumida que fazemos do PRONAT expressa as concepções programática e conceitual adotadas pelo Governo Federal. O programa está inserido no Plano Plurianual sob responsabilidade da Secretaria do Desenvolvimento Territorial (SDT), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Com o intuito de reduzir a pobreza, combater a exclusão social e diminuir as desigualdades sociais e regionais, a política define três áreas gerais, e integradas, de atuação, quais sejam: ampliação e fortalecimento da agricultura familiar; reforma e reordenamento agrário e; **promoção do desenvolvimento sustentável dos territórios rurais**. A criação da SDT fez-se necessária para contemplar essa última área de atuação, e tem como missão “apoiar a organização e o fortalecimento institucional dos atores sociais locais na gestão participativa do desenvolvimento sustentável dos territórios rurais e promover a implementação e integração de políticas públicas” (MINISTÉRIO..., 2005c, p. 7).

O objetivo geral do programa é “promover e apoiar as iniciativas das institucionalidades representativas dos territórios rurais que objetivem o incremento sustentável dos níveis de vida da população rural” (MINISTÉRIO..., 2005c, p. 7). Para que se alcance este objetivo, a SDT deve apoiar e promover o fortalecimento das institucionalidades territoriais, principalmente aquelas que representam os:

agricultores familiares, os assentados da reforma agrária e de populações rurais tradicionais; o planejamento e a gestão social dos territórios, tendo por referência os critérios do desenvolvimento sustentável, a autonomia e a participação social; iniciativas territoriais que contribuam para a dinamização e diversificação das economias territoriais tendo por referências a valorização dos recursos locais, a competitividade territorial, o crescimento e

---

<sup>15</sup> Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sdt>>.

a distribuição da renda com o incremento de empregos; a implantação e integração de políticas públicas visando à redução das desigualdades sociais e regionais e à geração de riquezas com equidade social (MINISTÉRIO..., 2005c, p. 7).

Os principais conceitos que dão subsídios às estratégias e ações do programa são os de: a) território, enfatizando-se principalmente a necessidade de se **superarem políticas com foco\_estritamente setorial**, no “agrícola” (dimensão econômica), com a inclusão de outras dimensões como a ambiental, sociocultural e a político institucional; b) capital social, entendido como “o conjunto de relações (pessoais, sociais, institucionais) que podem ser mobilizadas pelas pessoas, organizações e movimentos visando a um determinado fim, baseados - e geradores – em relações de confiança, reciprocidade e cooperação”, **constituídos ao longo da história**; c) gestão social, como instrumento para o **empoderamento e apropriação** por instituições e atores do processo de desenvolvimento, com dinâmicas amplamente participativas de decisão; d) empoderamento, que seriam as **competências e habilidades técnicas** para uma gestão social e; e) institucionalidades (fóruns, conselhos, comitês, conselhos etc), como espaço(s) a ser criado para exercício e prática da gestão social, **um espaço de concertação** que reúna os vários setores, interesses e tensões do território, onde serão por fim definidas as prioridades para o desenvolvimento territorial.

Merecem destaque também as diretrizes e estratégias de ação que estão previstas no programa. Elas estão divididas em “Diretrizes Gerais”, que seriam: a adoção da abordagem territorial como referência para a promoção do desenvolvimento sustentável; a compreensão do território como identidade, exclusividade cultural, especificidade; o entendimento da necessidade de articulação das várias dimensões que conformam um território; valorizar a ampla participação (representantes dos vários segmentos) nos processos decisórios e de planejamento; o fortalecimento das alianças para promover a agricultura familiar, os assentados e acampados; a articulação e integração das várias esferas de governos e políticas públicas; a priorização na redução das desigualdades econômicas e sociais, atuando em espaços de elevada concertação de agricultores familiares, assentados da reforma agrária e acampados; o incentivo ao desenvolvimento sustentável considerando a importância da dinamização econômica nos territórios rurais, com o foco na agricultura familiar, nos sistemas produtivos de assentados e acampados.

Pode-se elencar ainda alguns dos resultados esperados. O programa faz menção a eles como “áreas de resultado”, quais sejam: fortalecimento da gestão social; fortalecimento das redes sociais de cooperação; dinamização das economias do território e; articulação de políticas públicas.

A partir de 2003, com a operacionalização das estratégias descritas, o governo passou a desenvolver sua política de apoio ao desenvolvimento de territórios rurais partindo para sensibilização e mobilização de ministérios e secretarias de governo, tanto ao nível nacional como estadual (secretarias e movimentos sociais) e regional (atores), para apresentação do programa e dos conceitos fundamentais (nivelamento), com o objetivo de articular políticas a partir das demandas dos territórios rurais, a partir da implantação das instâncias de representação e gestão em cada território identificado.

Metodologicamente, após o reconhecimento e identificação dos territórios (ver mapa), o programa utiliza-se de “instrumentos de gestão” para promoção do processo de desenvolvimento, o maior deles (ou guarda-chuva) o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS). Resumidamente, é **na implementação desse plano** (de outros documentos que compõem o plano como, por exemplo, os Estudos Propositivos e os Planos Safra), de forma participativa, **que se apreende** (empoderamento) conceitos e práticas da **gestão social**.

Durante o processo de atuação nos territórios, diversas iniciativas de capacitação e desenvolvimento de competências dos agentes locais são apoiadas. Primeiramente, o próprio processo de planejamento e gestão procura estabelecer uma dinâmica pedagógica de aprendizagem e prática (MINISTÉRIO..., 2005c, p. 15).

A projeção para a atuação do programa é de 15 anos, divididos em três ciclos de implementação. Cada ciclo compõe-se de três fases onde serão intercalados períodos de atuação direta das políticas de promoção do desenvolvimento territorial, com períodos de acompanhamento e suporte aos territórios (auto-organização), quando estes deverão realizar as atividades planejadas (construção e execução dos planos): na primeira fase, tem-se a preparação do território (mobilização, sensibilização e capacitação dos atores sociais), além de ações relacionadas com a melhoria da infra-estrutura (serviços públicos). Nesse momento é que se constitui a Comissão de Implantação das Ações Territoriais (CIAT), espaço para a gestão do território.

A segunda fase diz respeito ao planejamento especificamente, num processo participativo para “realização de diagnóstico, elaboração de uma visão de futuro, definição do eixo aglutinador (eixo principal para o desenvolvimento) e construção do plano”. Essas ações visam a consolidação do espaço institucional e da gestão social (empoderamento). A terceira, e última, fase do ciclo corresponde à execução dos projetos contemplados no plano, bem como das atividades de monitoramento e avaliação.

## 2.1 A METODOLOGIA

O que vem sendo tratado como Metodologia Comum é na verdade o processo de implementação do Eixo Político do PRONAT, ou seja, trata das estratégias e ações direcionadas à mobilização, sensibilização e organização dos “atores” locais para o reconhecimento dos limites dos seus territórios, em primeiro lugar, e para formação das Comissões de Instalação das Ações Territoriais (CIAT). E ainda, num processo paralelo, a construção dos planos de desenvolvimento territorial, (instrumentos de gestão) que materializam pedagogicamente a gestão social.

O Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais está incluído no Plano Plurianual (PPA) 2004-2007 do MDA. A SDT, como instituição executora, vem elaborando uma série de documentos – Institucionais (3 vols.) e de Apoio (4 vols.) – que abarcam todas as concepções e estratégias de ação oficialmente assumidas por essa instituição. Dessa forma, a série “Documentos Institucionais” apresenta os principais conceitos que orientam essas estratégias, e a série “Documentos de Apoio” traz os métodos, técnicas e instrumentos (operacionalização), subsidiando dessa forma a ação dos “agentes” nos territórios.

Com base no discurso da SDT, as estratégias explicitadas nesses textos buscam aprimorar as capacidades e habilidades dos atores para realizarem a gestão compartilhada do desenvolvimento sustentável dentro dos princípios da gestão social.

Os conceitos gerais que perpassam as estratégias da SDT/MDA estão definidos no Documento Institucional 02 “Marco Referencial para Apoio ao Desenvolvimento de Territórios Rurais”, como também em outros documentos e publicações. Vale citar aqueles chamados de “conceitos fundamentais”, ou seja,



aqueles mesmos conceitos já apresentados: território, capital social, gestão social, empoderamento, institucionalidades etc. E ainda com base numa integração entre gestão social e desenvolvimento territorial, elenca parâmetros (eixos estratégicos) para se estruturar o território, quais sejam: a organização e o fortalecimento dos atores sociais; a adoção de princípios e práticas da gestão social e; a promoção da implementação e integração de políticas públicas.

Para compreender a Metodologia Comum, nos ateremos aos autores e documentos institucionais que fundamentam a implementação da gestão social nos territórios rurais como condicionante do DSTR. Para a SDT:

A gestão social se dá tendo por objeto os planos e processos de desenvolvimento territorial, e não apenas as políticas do governo Federal ou, menos ainda, somente as políticas do MDA. A própria idéia de desenvolvimento territorial pressupõe o ultrapassar dos limites setoriais. Seja da economia, seja do limite das políticas públicas (MINISTÉRIO..., 2005d, p. 10)

Assim, a realização de discussões e debates entre os atores do território (“concertação”) na definição das ações e projetos estratégicos para o desenvolvimento territorial (o planejamento), deve resultar no Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS): “Trata-se do instrumento para **gestão participativa** do território, pois contém as diretrizes e estratégias que nortearão os rumos do desenvolvimento sustentável” (MINISTÉRIO..., 2005c, p. 14, grifo nosso).

Podemos fazer o seguinte questionamento aqui: o Plano instrumentaliza ou resulta da participação dos representantes envolvidos?

Em “Referências para a Gestão Social de Territórios Rurais” (MINISTÉRIO..., 2005d), são explicitados de forma bastante genérica os preceitos para uma gestão social do território rural. Ali, a gestão social necessita de:

[...] é preciso um ambiente marcado pela descentralização político administrativa, que permite redefinir formas de organização e estabelecer relações entre o político, o social e o econômico, numa perspectiva de sustentabilidade, transparência e efetiva participação da sociedade. (MINISTÉRIO..., 2005d, p. 11).

Dessa forma, já é possível visualizar entre requisitos básicos para a sustentabilidade da gestão social, e para a Metodologia Comum: a participação; a descentralização administrativa, a democracia e a transparência. O texto coloca que é preciso um ambiente (espaço de concertação) que seja marcado pela

descentralização política e pelo “empoderamento” da sociedade. Este último sinaliza para a importância dos processos de capacitação para gestão. Esse empoderamento se dá com a formulação de compromissos entre o público e privado, entre agentes já constituídos e plenamente inseridos nas dinâmicas de desenvolvimento e os agentes marginalizados e com dificuldades de acesso às arenas decisórias.

Para tudo isso, a **base pedagógica** das estratégias de apoio ao desenvolvimento territorial consiste em estimular a participação na gestão social, promovendo a superação de processos assistencialistas pelo diálogo, onde objetivos, produtos e resultados são estabelecidos e compartilhados pela coletividade (MINISTÉRIO..., 2006a, p.12, grifo nosso).

Ainda:

Planejamento é o processo ordenado e sistemático de aprendizagem social no qual os atores sociais em conjunto com os técnicos e representações do Estado constroem a visão crítica e coletiva da realidade para a tomada de decisão (escolha de alternativas) das ações necessárias e adequadas à construção do futuro desejado (MINISTÉRIO..., 2006a, p.16).

Todo o processo evolui o desenvolvimento de competências (técnicas) para as tomadas de decisão por dentro dos espaços de concertação (Fóruns Territoriais ou CIAT). O documento explicita que o planejamento contínuo (ciclos de gestão) revela-se como processo pedagógico para o “empoderamento”. Ou seja: envolve o desafio e a necessidade de se capacitarem diferentes indivíduos, de estratos sócio-políticos diversificados, principalmente aqueles marginalizados, supostamente com baixíssimos recursos técnicos, para implementar, executar e monitorar as políticas públicas estabelecidas nos Planos de Desenvolvimento Territorial (PDTRS).

Assim, o processo de gestão compartilhada ou social é visto num conjunto de três ações: o planejamento, a organização e o controle social. Cada assunto desses é contemplado por um Documento de Apoio: 2, 3 e 4, respectivamente (ou módulos): o módulo “planejamento” mostra-se como base para a tomada de decisões coletivas, definindo eixos estratégicos para o desenvolvimento do território com base na articulação de políticas públicas em torno do interesse da maioria dos segmentos sociais envolvidos; o de “organização” reforça a importância das redes, dos arranjos institucionais e das parcerias tidas como alicerces inquestionáveis à gestão social do desenvolvimento sustentável; e o módulo “controle social” define a importância de se criar no território um ambiente de comprometimento coletivo e ético.

Independente de por onde este desenho se inicie, o fundamental é que cumpra os três grandes macroprocessos, que, enfim, conformam o ciclo de gestão social das iniciativas do desenvolvimento dos territórios rurais: planejamento, organização e controle social (MINISTÉRIO..., 2006a, p. 16).

A metodologia propõe quatro dimensões básicas para nortear o planejamento no processo de desenvolvimento sustentável: a dimensão econômica, a sociocultural, a político-institucional e a dimensão ambiental. Cita também ‘enfoques’ que devem ser considerados como: percepção integral do território em sua diversidade; estímulo à construção de alianças e à articulação entre demandas sociais e ofertas de políticas públicas; processos continuados de capacitação, “sendo estes vistos como um meio pelo qual transitam e enriquecem experiências e conhecimentos, formando capacidades locais”, entre outros (MINISTÉRIO..., 2005a, p. 20).

A SDT adota como instrumento transversal, com base na dialogicidade e no construtivismo<sup>16</sup>, metodologias de “planejamento participativo<sup>17</sup>”. Entende necessário uma “conotação capacitadora, e que os técnicos sintam-se os agentes educadores na sua socialização dos conhecimentos” (MINISTÉRIO..., 2005a, p. 21).

É preciso colocar que, nos limites deste trabalho, não é possível detalhar cada documento institucional. O que é preciso entender é que, com base numa gama de metodologias participativas – com flexibilidade -, a gestão social é implementada em ciclos de gestão. Gestão essa que, grosso modo, está constituída de três macro-processos: planejamento, organização social e avaliação (controle social). As estratégias apresentadas e os resultados pretendidos demandam instrumentos para a sua operacionalização. São eles: os planos territoriais; os projetos específicos<sup>18</sup> dos territórios; o processo de monitoramento, avaliação e aperfeiçoamento do Programa e; a constante organização da SDT.

O PRONAT está programado para apoiar durante quinze anos os territórios rurais; cada cinco anos correspondendo a um ciclo de gestão social do desenvolvimento sustentável. A gestão social compreende, enfim, a aplicação das

---

<sup>16</sup>Abordagens pedagógicas das escolas construtivista (Piaget) e sócio-política (Paulo Freire) em que no processo de ensino-aprendizagem se produz o conhecimento como decorrência da apropriação crítica do cotidiano.

<sup>17</sup>Intervenção Participativa (INPA); Diagnóstico Rápido Participativo (DRP); Planejamento de Projetos Orientado por Objetivos (ZOOP); Método Altadir de Planejamento (MAPP); Planejamento Estratégico Situacional (PES); Diagnóstico de Sistemas Agrários (DAS) e; Pesquisa-Ação.

<sup>18</sup>“A SDT/MDA disporá de recursos para implementar ações de capacitação e formação de atores territoriais, gestores públicos, agentes de desenvolvimento e integrantes das entidades colegiadas de diversos níveis, segundo as necessidades evidenciadas no plano territorial, durante os cinco anos que compõem a primeira fase do Programa. Essas ações de capacitação serão adaptadas aos papéis que cada grupo de atores desempenha, devendo se responsabilizar parte das demandas evidenciadas, já que diversos parceiros institucionais disponibilizam também recursos para capacitação através de outros programas” (MINISTÉRIO..., 2005c, p. 23).

diretrizes e estratégias contidas nestes documentos ao processo de construção do plano territorial e à sua avaliação.

## 2.2 A IMPLANTAÇÃO DO PRONAT NA BAHIA

Ainda em 2003, foi criada no Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) cuja “finalidade era desenvolver ações que visassem à promoção do desenvolvimento de territórios rurais no Brasil, priorizando a agricultura familiar e outras categorias rurais tradicionalmente esquecidas” (DIAS, 2006, p. 7).

Diante de sua missão, ou seja, “apoiar a organização e o fortalecimento institucional dos atores sociais locais na gestão participativa do desenvolvimento sustentável de territórios rurais e promover a implantação e integração das políticas públicas”, a SDT, ainda no primeiro ano, partiu para a “revelação” dos Territórios Rurais no Brasil, com base em dados secundários, geopolíticos e demográficos do IBGE, levando basicamente em consideração a densidade demográfica, as relações de dependência econômica e as modificações ambientais. Dessa forma, identificaram-se aglomerados municipais com características urbanas (20 territórios), intermediárias (80 territórios) e, em maior número, rurais (450 territórios), por todo o Brasil.

Após essa identificação, a estratégia da SDT consistiu em definir os critérios que priorizariam aqueles territórios a serem apoiados por aquela instituição naquele momento inicial, levando-se em conta a sua capacidade orçamentária. O foco norteador para a escolha era a concentração de agricultores familiares, a concentração de famílias assentadas da reforma agrária e a concentração de acampados ou sem-terras.

O passo seguinte constituiu-se na realização das Oficinas Estaduais de Construção da Estratégia de Desenvolvimento Territorial nos estados da federação, envolvendo o poder público, organizações da sociedade civil e movimentos sociais. Os objetivos eram nivelamento conceitual e apresentação das estratégias operacionais para organização dos territórios rurais: elaboração participativa de Planos Territoriais de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRSs); estímulo à constituição de uma institucionalidade territorial em condições de elaborar, negociar,

gerir e monitorar os PTDRSs; apresentação dos programas de apoio a esse processo, como o PROINF, definindo, de acordo com interesses do território, o destino da aplicação de recursos e; a promoção da articulação e integração dos demais programas federais, estaduais e municipais focados no desenvolvimento rural.

Inicialmente o apoio foi dado a 80 territórios rurais em todo o Brasil. Estimava-se que cada território deveria ter um aporte anual de R\$ 150.000,00 reais para desenvolver:

as atividades de mobilização, elaboração dos PTDRS, capacitação dos agentes de desenvolvimento e gestão social e, ao menos, R\$ 1.000.000,00 reais para aplicação do PROINF (PRONAF Infraestrutura) em projetos territoriais como alavancadores das dinâmicas locais e vetor de agregação dos atores, tidos como ações imediatas com visão estratégica dentro do PTDRS em construção (DIAS, 2006, p. 7).

Na Bahia foram eleitos cinco territórios para apoio diretamente da SDT a partir de um diálogo inicial com entidades ligadas aos agricultores familiares no Estado. Foram eles os territórios rurais, à época, conhecidos como Territórios do Sisal, Chapada Diamantina, Litoral Sul, Velho Chico e Irecê. A identificação destes territórios foi homologada pelo CEDRS ainda em setembro de 2003.

Contudo, na *1 Oficina de Construção da Estratégia de Desenvolvimento Territorial* realizada em Salvador ainda em 2003, cujo objetivo era avaliar os primeiros passos da intervenção e promover os ajustes necessários, houve intensas manifestações por parte das organizações da sociedade civil a respeito do pequeno número de territórios priorizados e também sobre a escolha dos critérios de priorização para essa seleção. Segundo a própria SDT, esse nível de organização política foi decisivo para o bom desempenho do programa nesse Estado.

Como alternativa aos questionamentos, naquela mesma oficina foi montado um grupo de trabalho (GT) formado por órgãos públicos federais (SDT e INCRA), estaduais (antiga SECOMP e CRA) e organizações sociais (ABONG, Pastoral Rural, MOC, CEALNOR, CETA e Fórum de Entidades), com a função de aprofundar as discussões em torno do programa, através de encontros (oficinas) regionais, conferências e consultas públicas, e propor o mapeamento de todos os territórios rurais do Estado, além de redefinir os critérios de priorização para apoio técnico-financeiro por parte da SDT.

Os critérios para a escolha dos integrantes do GT seguiram as seguintes orientações<sup>19</sup>: ser formado por dez integrantes, sendo dois representantes do Governo Estadual, dois do Governo Federal e, seis da Sociedade Civil; disponibilidade de tempo para o trabalho; representatividade regional ou articulação com núcleos de suporte nas regiões; representatividade em relação ao Estado; capacidade de articulação e; que representassem a entidade que participa.

Na II Oficina Estadual de Construção da Estratégia de Desenvolvimento Territorial, realizada em novembro de 2003, foi apresentada uma proposta de formatação para o Estado com base no cruzamento de vários mapas temáticos: o mapa dos CONSAD's, a territorialização das Regiões Econômicas, os Pólos Sindicais da FETAG, as regionalizações administrativas da educação (DIRECs) e da saúde (DIRES) do Estado, a regionalização da EBDA, as áreas de influência das Dioceses da Igreja Católica, os municípios de atuação das principais ONGs do Estado, os mapas das principais bacias hidrográficas, concentração de assentamentos e acampamentos etc<sup>20</sup>.

Todas as informações, que refletiam os critérios estabelecidos nesta Segunda Oficina, foram utilizadas para compor mapas em camadas, que acabavam por compor recortes espaciais. Traçaram-se linhas a partir das áreas de concentração das redes de relação, agrupando-se em uma área contínua um conjunto de municípios, definindo-se e redefinindo-se limites, conforme o andamento dos trabalhos (RELATÓRIO DA II OFICINA ESTADUAL, 2003).

Ainda nesta oficina, reforçou-se a necessidade do nivelamento conceitual<sup>21</sup>. Percebe-se na avaliação dos participantes sobre a finalidade do evento, o quão incipiente ainda era o processo e a sua relação inversa com as demandas dos que ali participavam (RELATÓRIO DA II OFICINA ESTADUAL, 2003).

---

<sup>19</sup> Critérios da SDT: Demanda social do Ministério (soma de agricultores familiares, acampados e assentados); Existência de algumas iniciativas em curso (iniciativas de discussão sobre desenvolvimento regional, de programas integrados do Inkra ou Governo do Estado); Existência de capital social (conjunto mínimo de organizações efetivas, como busca de crédito e reforma agrária, que tivessem organizações com capacidade de fazer discussões sobre esse processo).

<sup>20</sup> Critérios estabelecidos pela SDT para identificação dos territórios: fazer uso de experiências exitosas, resultante de processos organizativos e produtivos de caráter agroecológico e ampliação da abrangência daquelas consolidadas; considerar os estudos já realizados como subsídio; levar em consideração a concentração de Agricultura Familiar, Reforma Agrária e Acampados, Fundo de Pasto, Quilombola, Ribeirinhos e outras comunidades tradicionais; utilizar indicadores sociais; observar agroecossistemas, a identidade cultural; atentar para a possibilidade de territórios descontínuos, para a natureza social, cultural, ambiental e outras

<sup>21</sup> "Paulo Cunha – consultor do MDA para a Bahia - frisou que o conceito será construído nessa oficina, e mostrou uma síntese de conceito de territórios que foi extraído das oficinas territoriais: " Território – espaço físico geográfico percebido por aspectos culturais, ambientais, econômicos, políticos, institucionais, históricos, religiosos e étnicos, onde ocorre a interação entre os diversos grupos sociais em suas diversidades, semelhanças e diferenças mas com o sentimento de Pertencimento. Sugeriu a proposta de trabalhar com territórios com os seguintes elementos: 1º Elemento - paradigma do capital social (conjunto de atores organizados, capital humano e capital social) que tem um peso forte nos territórios; 2º Elemento – Cultural ; 3º Elemento – Pertencimento (sentimento de pertencer da população) (RELATÓRIO DA II OFICINA ESTADUAL, 2003).

A plenária criticou o processo de construção do significado de território, feito em cima de um entendimento da secretaria e do INCRA, frisando o viés econômico na definição de territórios dado pelos governos. Falou que os temas que foram colocados são polêmicos, como capital social, que cada organização entende da sua maneira, a favor dos seus interesses; acrescentou um conceito importante que não foi colocado, o poder, território é poder, território não existe sem poder político, poder local. Questionou-se o aprofundamento do conceito de agroeco-sistema, como é que se pensa o território sobre esse conceito, como é a dimensão geográfica do território, a dimensão de planejamento, qual o nível de territórios que precisa para ter um nível de ações efetivas (RELATÓRIO DA II OFICINA ESTADUAL, 2003).

Alguns questionamentos, principalmente dos movimentos sociais, mais uma vez, ratificam essas afirmações, como os da CEALNOR<sup>22</sup>: “Não conseguimos dentro dos movimentos a soma de esforços para ocupar espaço frente ao poder público na esfera municipal, se ampliarmos essa área para os territórios, os movimentos conseguirão alcançar essa esfera?” (RELATÓRIO DA II OFICINA ESTADUAL, 2003).

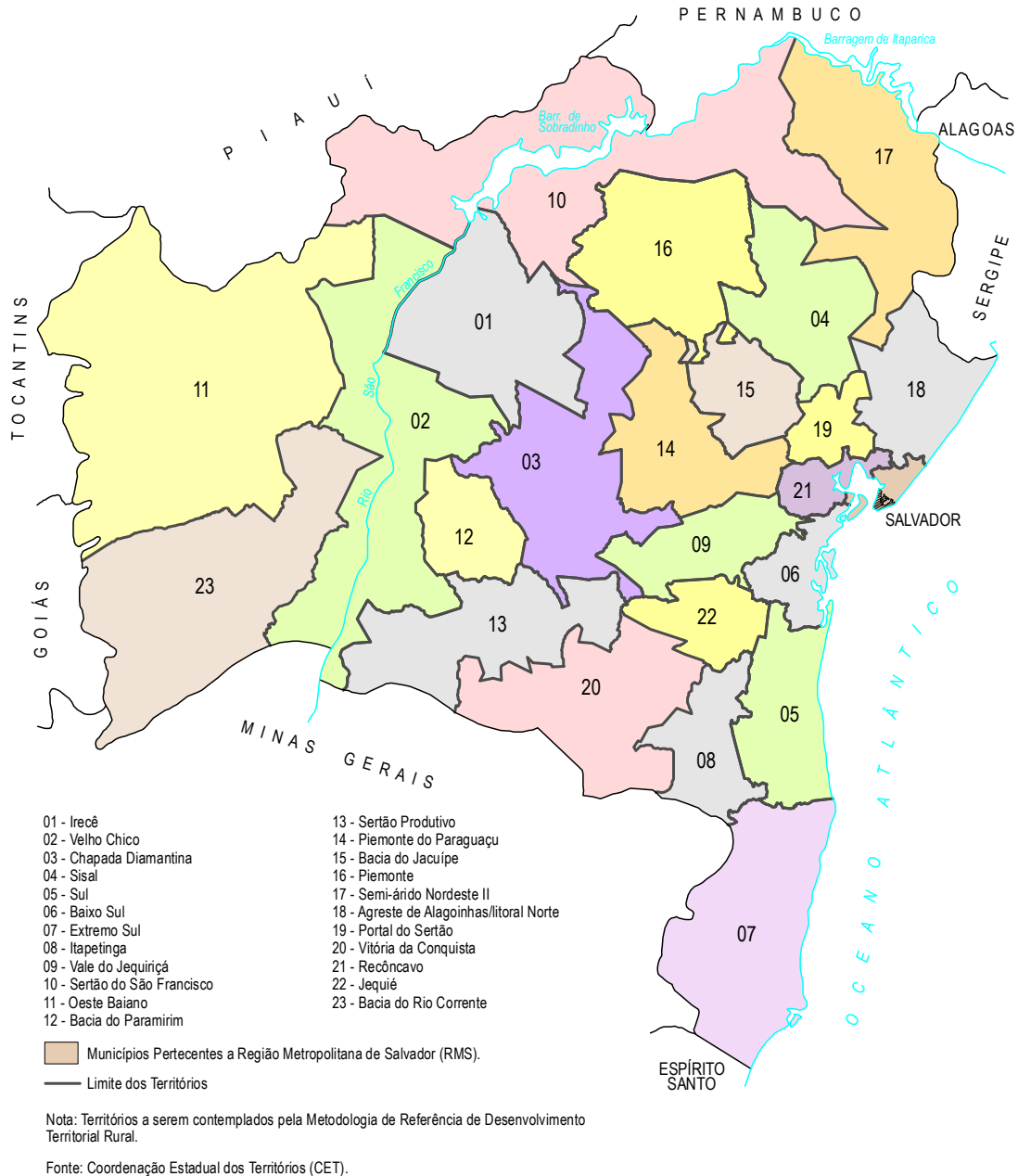
A metodologia utilizada pelo GT para identificação dos territórios deveria ainda: absorver experiências exitosas resultantes de processos organizativos e produtivos de caráter agroecológico e ampliar a abrangência daquelas consolidadas; aproveitar estudos já realizados; priorizar a Agricultura Familiar, os assentados da Reforma Agrária e Acampados, as comunidades de Fundo de Pasto, quilombolas, ribeirinhos e outras populações tradicionais; utilizar indicadores sociais; caracterizar por agroecossistemas; levar em consideração a identidade cultural, a natureza social e ambiental entre outras; atentar para a possibilidade de territórios descontínuos.

O resultado desse trabalho foi apresentado na III Oficina Estadual, com caráter deliberativo, sendo convocados dois representantes de cada território, eleitos nas plenárias dos próprios territórios, para decidirem sobre a melhor territorialização do ponto de vista das organizações de base, atores e agentes locais. Cada representante trouxe o posicionamento dos municípios sobre a que território deveria pertencer, surgindo desse processo o primeiro mapa (ver mapa a seguir) dos territórios rurais da Bahia, com 23 territórios<sup>23</sup> “revelados”.

<sup>22</sup> A CEALNOR (Central das Associações do Litoral Norte) foi criada em 1997 com o objetivo de estruturar a comercialização conjunta da produção familiar. Hoje são mais de 20 associações filiadas. Disponível em: <<http://www.disopbrasil.org.br/CEALNOR.htm>>.

<sup>23</sup> Posteriormente, em 2006, houve uma nova formatação, a partir das subdivisões do território Semi-árido Nordeste II, criando-se o território rural denominado Itaparica, e do território rural Piemonte (rebatizado de Piemonte da Diamantina), criando-se o território Piemonte Norte do Itapicuru. Vale ressaltar que o território Itaparica é o único no Estado que possui municípios de outro estado da federação em sua composição, no caso Pernambuco.

## MAPA 1 Territorialização Rural Bahia, 2004



Foi também nesta oficina que o GT se tornou a Coordenação Estadual dos Territórios (CET) - ainda que na informalidade -, instância política de representação dos territórios rurais do Estado. O objetivo principal era ampliar a discussão do Programa, alcançando mais instituições da sociedade civil. A CET se encarregaria assim de fortalecer a articulação institucional, reforçar a integração das políticas



públicas, executar algumas das atividades previstas na Metodologia Comum e empreender ações para recompor do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS), órgão responsável pela homologação dos territórios rurais junto ao MDA: “A composição da CET se deu com 60% da sociedade civil e 40% do setor público, sendo 20% do Estado da Bahia e 20% da esfera federal; formada inicialmente com dez membros titulares e dez suplentes” (RELATÓRIO DA III OFICINA ESTADUAL, 2004).

A instituição - mesmo que informalmente, porém com o reconhecimento da SDT - possibilitou uma participação mais ampliada dos movimentos sociais, apresentando a seguinte composição inicial: SDT, INCRA, DNOCS, CODEVASF, CEPLAC e EMPRABA por parte do poder público federal; SEPLAN, antiga SECOMP, CRA e SEI por parte do poder público estadual; FETAG, FETRAF, MST, MLT, CETA e CUT representando os movimentos sociais e; ABONG, MOC, SASOP, FUNDIFRAN, CEALNOR, FASE, CPT, TERRA VIVA e IRPAA representando as organizações não governamentais.

Além desse arranjo institucional, foi montada uma comissão executiva constituída por representantes da FETAG, CELANOR e da antiga SECOMP, cujo objetivo era manter ativa a mobilização estadual construída até aquele momento.

Esse processo de organização e revelação de territórios no Estado, iniciado, como supracitado, ainda em 2003, através de um programa federal (PRONAT), viria a ser incorporado pelo novo governo da Bahia a partir de 2007, através da adoção dos territórios rurais para o processo de planejamento do Estado, sendo rebatizados de Territórios de Identidade. Com a definição dessa nova regionalização foi necessário criar mais um território, que viesse abarcar efetivamente todos os municípios do Estado, no caso o Território Região Metropolitana de Salvador. Além da criação deste território, houve uma subdivisão do Território Semiárido Nordeste II, com a criação do Território Itaparica, único território no Estado com participação de municípios de Pernambuco em sua composição. Dessa forma estão definidos hoje 26 Territórios de Identidade no Estado. O PPA-P (Plano Plurianual Participativo) demonstra, em certa medida, o compromisso do Governo em manter esse processo participativo nos territórios, sendo necessário, contudo, desenvolver uma política estadual própria de territórios.

Para finalizar este capítulo, vale ressaltar que nos relatórios de acompanhamento e atas de reuniões das oficinas estaduais constam consideráveis manifestações dos participantes nas plenárias, que representam graves conflitos da

estrutura sócio-econômica que se está operacionalmente conjugando. Fica evidente que, ainda que seja com metodologias participativas, com base na dialogicidade e no construtivismo, como instrumental de planejamento, mais uma vez estamos diante de um modelo. Nele vê-se claramente uma forte preocupação com o mercado; com o empreendedorismo local, onde o conceito de território programaticamente configura-se propício a esse projeto político, refletindo, o território, um espaço estratégico, sob a lógica econômica dominante.

O hamster (populações rurais fragilizadas) é um pequeno roedor de origem australiana, de hábitos noturnos, dócil e inteligente, possui bochechas elásticas, onde transporta seus alimentos. É muito ativo e quando criado em cativeiro, dentro de gaiolas, necessita nas mesmas uma roda para correr, onde ele faz continuamente exercícios anti-stress. Um hamster em sua gaiola, usufrui a “qualidade de vida” e atividades consensuadas de seus donos (organismos multilaterais de cooperação internacional). Não é exagero dizer-se que ele assim encontra-se em condições sustentáveis ou em sustentabilidade e segurança alimentar, mas sem liberdade e soberania alimentar. Podemos tomar este exemplo do animal doméstico e levá-lo à situações da agricultura de muitas populações nos países periféricos ou subdesenvolvidos, onde seus governos em nome da modernização ou de melhorar as condições do morador na gaiola, usa mecanismos sócio-econômicos que ignoram o estado natural da referida comunidade. Na análise da agricultura devemos procurar a situação ou estado natural da comunidade, pois é comum estabelecer-se a “gaiola de hamster”, como consenso de modernização ou sustentabilidade.... Com a falência da escola modernizadora, para as populações tradicionais e a ineficiência em seu extermínio e a necessidade de capturar os seus conhecimentos, as elites internacionais estão usando um novo aparelho para modernizar a todos, inclusive as comunidades tradicionais, o mercado. Essas comunidades estavam imunes ao mercado, mas, agora elas têm um etnoconhecimento, muito valioso, logo o mercado vai a elas com todos os seus mecanismos e fascínios. É assim que os antropólogos descobrem as ciências etno-Xs, onde o X significa cada uma das disciplinas, de interesse, ao qual devemos agregar o M, para que as etno-disciplinas tenham o valor M, de mercado. A situação, ainda é fruto da saída do bilateralismo, última fase do modernismo e entrada no neoliberalismo e unilateralismo da atualidade. Tudo ocorre de forma esquisita e aparentemente desconexa em todos os campos. Afirmam que isto se deve a que o paradigma atual perde consistência e o novo ainda não se consolida e que isto não é só na agricultura (PINHEIRO, 2005, p. 1).

### 3 CONDICIONANTES DE SUSTENTABILIDADE TERRITORIAL RURAL (CSTR)

Este capítulo trata especificamente da identificação dos Condicionantes de Sustentabilidade Territorial Rural (CSTR) e sua posterior materialização em Indicadores de Sustentabilidade Territorial Rural (ISTR); e sua sistematização no Quadro Geral de CSTR/ISTR. Aqueles retirados do PRONAT (Metodologia Comum) e dos autores citados e apropriados pelo programa representam os Condicionantes e Indicadores necessários para se avaliar a condição de DSTR Programado. Para verificar uma possível compatibilidade com um DSTR Ideal, os CSTR/ISTR aparecem como complementares àqueles que retiramos do nosso referencial teórico, também parte deste capítulo.

Na nossa perspectiva – desenvolvida no referencial -, um DSTR Ideal será aquele que mais se aproxima da condição de ruralidade - pois se trata de um território rural -, elemento que dá significado à realidade local (ou territorial), aos modos de vida na sua relação com a natureza. A nossa idealização, nesse sentido, “extrapola”, em última instância, para um desenvolvimento humano tendo como pressuposto ideal a cultura enquanto expressão daquela relação. No atual padrão de interação – entre local e global, rural e urbano - e vislumbrando esse novo desenvolvimento, compreendemos que:

[...] Associando campo à natureza e esta com vida, estaremos visualizando as imagens e inspirações que vêm do campo e que estão presentes no ordenamento social que vem da cidade. Como perspectiva de desenvolvimento humano, consideramos a humanidade, portanto, o ser humano universal, constituindo-se no enfrentamento de problemas em torno das condições efetivas e potenciais do seu existir no globo terrestre, para o que se recorre, entre outros recursos, ao conhecimento científico de suas relações com a natureza (ALENCAR; MOREIRA, 2005, p. 295).

#### 3.1 ELEMENTOS CONCEITUAIS

As bases teóricas que subsidiam o Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT) estão explicitadas tanto nos documentos oficiais como nos textos mais teóricos disponibilizados no próprio site da SDT<sup>24</sup>. Alguns intelectuais como Sérgio Sepúlveda, José Eli da Veiga, José Graziano da Silva, Ricardo Abramoway e Beduschi Filho, Sérgio C. Buarque, Rafael

<sup>24</sup> Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sdt>>.

Echeverri e Maria Pilar Ribeiro; Melania Portilla Rodríguez estão entre as referências de peso na implementação desta política.

Como se sabe, existe hoje uma diversidade de apropriações do conceito de territórios. Para Sepúlveda (2005, p. 43), por exemplo, o território é o recorte espacial possível para uma política de descentralização administrativa, pois nele se reconhece uma identidade favorável à participação e futura autonomia de uma gestão social do desenvolvimento. A promoção deste último só é viável com o reconhecimento dessa diversidade de dimensões que constitui o território<sup>25</sup>.

Nesse contexto, um dos principais desafios que têm os países da América Latina e Caribe é promover o desenvolvimento sustentável de suas economias cuja base seja a **competitividade da agricultura** com níveis crescentes de equidade social, espacial e ecológica (SEPÚLVEDA, 2005, p. 32, grifo nosso).

E vai além na defesa por uma sustentabilidade *econômica* no processo de desenvolvimento sustentável:

A visão espacial e de gestão territorial do desenvolvimento rural sustentável que orienta essa metodologia têm, como ponto de partida, os princípios referenciais teóricos e metodológicos do **desenvolvimento econômico regional**, que são complementados com alguns elementos de geografia moderna (SEPÚLVEDA, 2005, p. 32, grifo nosso).

O autor acredita que é possível, na lógica mercadológica da concorrência e competitividade globalizadas, fazer o uso racional (inovação tecnológica) e eterno dos recursos naturais. “O desenvolvimento sustentável nacional toma como um de seus pontos de referência a definição formulada pelo informe da Comissão de Brundtland” (SEPÚLVEDA, 2005, p.34). Portanto, para Sepúlveda, desenvolvimento sustentável é aquele que ficou definido pelo relatório elaborado por essa Comissão. Este relatório, contudo, carece das críticas à sociedade industrial que marcaram os documentos anteriores; demanda crescimento tanto em países industrializados como em subdesenvolvidos, inclusive associando a superação da pobreza nestes países ao crescimento contínuo dos primeiros[...]. Enfim, um documento que faz

---

<sup>25</sup> Em todos os países apareceu, nos últimos anos, uma nova tendência que impulsiona a descentralização das funções públicas e uma maior participação das comunidades nos governos locais ou municipais. Espera-se com isso fomentar um processo de desenvolvimento que responda às demandas da clientela e que tem como base operativa a participação cidadã, com a perspectiva de que este processo aumente a eficiência no uso dos recursos públicos e garanta uma distribuição mais equitativa entre as diferentes regiões e categorias sociais, assim como também entre as diversas regiões de cada território (SEPÚLVEDA, 2005, p. 31).

parte do pacote de orientações de organismos comprometidos com o capitalismo moderno, explicitamente neoliberais.

Rafael Echeverri Perico e Maria Pilar Ribeiro, no livro “Ruralidade, Territorialidade e Desenvolvimento Sustentável”, ratificam as definições de desenvolvimento sustentável e territórios rurais de Sepúlveda. Depois de considerarem a importância que as novas ruralidades têm na implementação de políticas públicas - no planejamento -, os autores vão incorrer mais uma vez na valorização de um desenvolvimento com base na dinamização das economias do território.

A redefinição do objeto de trabalho implica, necessariamente, em redefinir a economia que suporta os territórios rurais. O atual enfoque setorial apresenta grandes limitações para explicar esse novo conceito de mundo rural. Por isso, **a nova ruralidade convida a uma nova aproximação da economia dos recursos naturais com a economia do território**. É essencial incluir nas funções de crescimento e desenvolvimento aspectos até hoje excluídos, tais como economia ambiental e ecológica, os mercados de serviços ambientais, a sustentabilidade dos sistemas produtivos, os recursos genéticos, as redes de solidariedade social, os conhecimentos e a cultura, a equidade de gênero, a inclusão étnica e etária como parte de uma economia mais complexa que a agrária, que domina o cenário atual da política pública (PERICO; RIBEIRO, 2005, p. 19-20, grifo nosso).

Nesse aspecto, nota-se também uma estratégia apoiada na solidariedade e na participação, como base estrutural para promoção do desenvolvimento sustentável, elementos sabidamente consolidados aonde há historicamente comunidades tradicionais; onde há uma cultura definida e enraizada, porém ainda sem o devido tratamento (capacitação) para se (submissão) incorporar aos processos de mercado, ao processo de desenvolvimento através do incremento das novas “tecnologias” produtivas, por exemplo, capacitação em agroecologia.

A SDT/MDA adota um conceito oficial de territórios<sup>26</sup>, com base na contribuição de uma gama de autores<sup>27</sup>, conceito esse organizado pelo CONDRAF/NEAD (2003), numa tentativa de adequação à operacionalização das suas ações.

<sup>26</sup> Um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo cidades e campos, caracterizado por critérios multidimensionais tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições, e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial. (MINISTÉRIO, 2005c. p. 7).

<sup>27</sup> Algumas das publicações que foram tomadas como base teórico-conceitual para implementação da Metodologia Comum são produtos “encomendados” por organismos da cooperação internacional como o IICA e a FAO.

Induzir, apoiar, fomentar o processo de desenvolvimento territorial é algo que sugere, portanto, a necessidade de uma estratégia de **concertação social em torno das formas de produção, distribuição e utilização dos ativos de uma região...** é assim uma visão integradora de espaços, atores sociais, agentes, mercados e políticas públicas e tem na equidade, no respeito a diversidade, a solidariedade, a justiça social, no sentimento de pertencimento cultural e na inclusão social metas fundamentais a serem atingidas e conquistadas... “Compreensão do meio ambiente como ativo do desenvolvimento, enfatizando a idéia de gestão sustentável da base dos recursos naturais e estimulando novas formas, mais responsáveis, de uso social da natureza (MINISTÉRIO..., 2005d, p. 8-9, grifo nosso).

Beduschi Filho e Abramovay (2004, p. 49), nesse sentido, sinalizam para a importância de se conhecerem novas formas de organização – produtiva - no mundo contemporâneo. O foco essencial nos territórios é esse entrelaçamento sócio-político histórico-cultural favorecendo novos arranjos produtivos para uma inserção mercadológica com maior competitividade.

A abordagem dessa iniciativa (LEADER<sup>28</sup>), que privilegia o enfoque no planejamento com base na **competitividade** dos territórios, incorpora de forma inovadora os aspectos econômicos, ambientais, sociais e culturais nas suas ações (BEDUSHI FILHO; ABRAMOWAY, 2004, p. 50, grifo nosso).

Para José Graziano, o campo com suas relações sociais específicas teria acabado ou estaria em vias finais desse processo. Parte do pressuposto de que o aumento de horas trabalhadas em atividades não-agrícolas, no tempo total de horas de trabalho do agricultor, estaria sinalizando para um camponês assalariado - um trabalhador assalariado -, função de um processo de urbanização “sem volta”. As relações capitalistas seriam fatalmente incorporadas por todas as sociedades. Não poderia haver, com a evolução e avanço de uma sociedade capitalista, uma classe camponesa.

Pode-se dizer que o rural hoje só pode ser entendido como o continuum do urbano do ponto de vista espacial; e do ponto de vista da organização da atividade econômica, as cidades não podem mais ser identificadas apenas com a atividade industrial, nem os campos com a agricultura e a pecuária... Pode-se dizer que o meio rural brasileiro se urbanizou nas duas últimas décadas, como resultado do processo de industrialização da agricultura, de um lado, e, de outro, do transbordamento do mundo naquele espaço que tradicionalmente era definido como rural (Disponível em: <[www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano7.html](http://www.eco.unicamp.br/projetos/rurbano7.html)>, p. 81).

José Eli da Veiga, num outro extremo, considera que o Brasil é muito mais rural do que parece. Sua visão de campo e cidade se apóia nas estatísticas nacionais (densidade demográfica e população absoluta) que seriam, em sua crítica, vítimas de uma distorção na definição administrativa dos limites municipais e distritais no reconhecimento do que seria propriamente o espaço urbano e o espaço rural. Desse modo, o equívoco do entendimento sobre o que é rural e o que é urbano, no Brasil, decorreria do uso de critérios administrativos. O ajuste quantitativo desse critério supostamente amenizaria essa distorção. Veiga ainda comenta que o desenvolvimento territorial enfrenta três questões: a recomposição do território (institucionalidades), os sistemas produtivos locais e o meio ambiente. Um não pode ser verificado sem se considerar a ação do outro.

Melania Portilla Rodríguez dá um destaque maior aos processos necessários à construção dessa gestão social. Enfatiza a necessidade do fortalecimento do tecido social do território através da capacitação para o empreendedorismo. O método, conhecido como Programa de Formação de Capacidades Humanas (CPDLS) implantado no Brasil pelo IICA desde 1990 destaca a importância da identidade e da cultura no processo de desenvolvimento sustentável.

Há duas dimensões da cultura que se manifestam nos processos do território. A primeira é inerente à condição humana, e está relacionada à construção da realidade social e ao rol estruturante que joga a cultura nessa construção. Esse rol da produção de significados e de símbolos de referência, que orientam a práxis humana, as relações sociais e as relações com o meio, o que funda as sociedades que, por sua vez, modificam a cultura. O caráter estruturante da cultura reside em todos os processos que constroem o desenvolvimento territorial. A segunda dimensão diz respeito à construção política da diferença cultural, que aponta a existência dos diferentes repertórios simbólicos e modos de vida dos grupos humanos que compõem os sistemas nacionais e supranacionais. Esses sistemas instituem um repertório cultural dominante que tende a assimilar ou subalternizar os demais. Há diferenças que se expressam na diversidade de cosmovisões, línguas e instituições. A desigualdade condiciona o desenvolvimento de identidades e territorialidades particulares (RODRÍGUEZ, 2005, p. 42).

A autora ainda reforça que o território apresenta-se como base geográfica para a existência social. “A consciência de que o território constitui um todo social articulado, que tem uma história, um projeto e uma vontade, é que estabelece o sentido de territorialidade” (RODRÍGUEZ, 2005, p. 45). A idéia de território acoplada ao planejamento e, conseqüentemente, à gestão social, possibilita “atender”, para a autora, às demandas sociais através do manejo de recursos econômicos, culturais e

ambientais que “sustentam e fomentam a integridade do território” (RODRÍGUEZ, 2005, p. 46). Assim, algumas dimensões comporiam o território: a político-institucional; a sócio-demográfica; a econômico-produtiva e; a ecológica; cultura, história e tradição.

Sérgio C. Buarque é responsável pelo desenvolvimento de uma metodologia para o planejamento “local sustentável”. O autor argumenta que o conceito e a proposta de desenvolvimento sustentável é um desafio, mas representa uma possibilidade ímpar. Primeiro, porque vem se consolidando uma consciência mundial sobre esgotamento do modelo econômico vigente. Segundo, porque “os avanços tecnológicos estão permitindo uma importante redução das pressões antrópicas do crescimento sobre o meio ambiente que caracterizou toda a história da economia capitalista e de mercado” (BUARQUE, 2002, p. 62). Buarque soma à sua análise a idéia de sistemas complexos em equilíbrio dinâmico, num paralelo aos processos sustentáveis.

O desenvolvimento local sustentável é o processo de mudança social e elevação das oportunidades da sociedade, compatibilizando, no tempo e no espaço, o crescimento e a eficiência econômica, a conservação ambiental, a qualidade de vida e a equidade social, partindo de um claro compromisso com o futuro e a solidariedade entre gerações. Esse conceito contém três grandes conjuntos interligados e características e papéis diferentes no processo do desenvolvimento: a) a elevação da qualidade de vida e equidade social constituindo objetivos centrais do modelo de desenvolvimento, orientação e propósito final de todo o esforço de desenvolvimento a curto, médio e longos prazos; b) a eficiência e o crescimento econômicos constituem pré-requisitos fundamentais, sem os quais não é possível elevar a qualidade de vida com equidade – de forma sustentável e continuada – representando uma condição necessária, embora não suficiente, do desenvolvimento sustentável e; c) a conservação ambiental é um condicionante decisivo da sustentabilidade do desenvolvimento e da manutenção a longo prazo, sem o qual não é possível assegurar qualidade de vida para as gerações futuras e equidade social de forma sustentável e contínua no tempo e no espaço (BUARQUE, 2002, p. 67).

A pesquisadora Angela Kageyama<sup>29</sup> (2004, p. 381) destaca uma outra questão importante. Aquela que remete à dificuldade nas análises do rural imposta pelas diversas definições tanto do lado da academia quanto pelo lado de órgãos de pesquisa e planejamento. No decorrer de sua pesquisa para elaboração de um índice que pudesse mensurar o que seria um desenvolvimento rural, ela admitiu a

---

<sup>29</sup> Engenheira agrônoma, Doutora em Economia, professora do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Elaborou o Índice de Desenvolvimento Rural.



necessidade de se reconhecer o maior número possível de características desse universo. Fato que não ocorre por conta das inumeráveis funções que lhe são atribuídas na literatura disponível.

Embora seja possível eleger uma definição ideal de rural e urbano, acaba-se sempre por esbarrar na disponibilidade de informações - se o caso é aplicar a definição numa pesquisa empírica abrangente - e geralmente o pesquisador se conforma com a definição administrativa ou legal presente nas suas fontes de dados (KAGEYAMA, 2005, p. 381)

A autora alerta assim para os riscos de se adotarem definições simplistas para o rural quando da busca por informações espacializadas. A definição oficial, como se sabe, é puramente administrativa - e residual, no caso do rural - reduzindo ambos os conceitos, rural e urbano, à decisão política do que é ou não é sede de um determinado município.

Kageyama comenta que, entre as compreensões sobre o desenvolvimento rural, há, historicamente, uma abordagem do desenvolvimento exógeno, como as políticas de modernização da agricultura; a do desenvolvimento endógeno, onde atores e instituições locais são responsabilizados por induzir o desenvolvimento com base nos recursos locais, como no exemplo dos distritos industriais; e uma abordagem que combina os dois últimos, onde o desenvolvimento rural é promovido com a interação de forças internas e externas à região.

No entanto, são possibilidades de desenvolvimento que partem e valorizam, em última instância, a produção e adequação da mão de obra. Valorizam-se as características e potencialidades econômicas (mão de obra barata; proximidade de matérias primas; custos de transporte etc) das regiões rurais.

Neste caso, teoricamente, o entendimento do universo rural se “expande” e questões antes – quando a política era a de modernização da agricultura – sem importância alguma para o processo, como a cultura local, são tomadas programaticamente no desenho das novas políticas: recriação de bens públicos (paisagem); valorização econômico-sustentável de ecossistemas locais; economias de escopo; pluriatividade; valorização de tecnologias locais, multiplicidade de atores; empreendedorismo etc.

Enfim, trata-se de uma crítica, conduzida, ao modelo de intervenção que foca apenas na modernização da agricultura como forma de promover o desenvolvimento rural, mas não avança para além da compreensão de um desenvolvimento que não

dê um peso excessivo aos processos produtivos, seja qual for essa necessidade do produto negociado.

Para Kageyma, os elementos que estão de acordo com o contexto do desenvolvimento rural são: a integração mercantil com cidades da própria região; a combinação entre uma agricultura familiar consolidada e processos de urbanização e industrialização endógenos e descentralizados; a pluriatividade como forma de manter a população no campo; programas de geração de emprego e de melhoria da qualidade vida; a existência de recursos territoriais que permitam produzir para mercados específicos (economia de escopo; certificação de origem).

Uma análise do desenvolvimento rural ou de seu potencial em níveis locais e regionais deveria levar em conta esses elementos. Regiões com redes urbanas bem distribuídas, com recursos territoriais bem adequados, mercados locais que favoreçam a pluriatividade, devem apresentar um alto grau de desenvolvimento rural, em contraste com áreas isoladas, sem privilégios naturais e sem instituições locais adequadas (KAGEYAMA, 2005, p. 386).

Nesse aspecto, Eli Napoleão de Lima comenta:

Parece-nos sintomático a recorrência a uma terminologia impregnada de ambigüidades: *desenvolvimento rural*. A proposta de Nazaré Baudel Wanderley não estaria supondo que a via de inserção do rural no mundo mais amplo, portanto, urbano, acontecerá, necessariamente, através do *desenvolvimento rural*. Ou seja, o rural precisa desenvolver-se, sendo o termo deste as condições dadas no urbano (por exemplo, o acesso bens e serviços, a facilidade dos meios de locomoção etc). O que parece precisar ser revisto são os conceitos adotados pela legislação brasileira “que pareceu incapaz de apreender a dinâmica social das relações modernas entre o ‘rural’ e o ‘urbano’. Não aparece no texto qualquer problematização acerca do desenvolvimento” (e, portanto, de suas múltiplas implicações) (LIMA, 2005, p. 57).

Para os países da OCDE, o desenvolvimento rural deve promover a criação de empregos, e o maior entrave a esse processo é a **desqualificação da mão-de-obra**. Assim, os programas para capacitação e adequação aos mercados de trabalho se mostram como políticas estratégicas, buscando um equilíbrio entre valores econômicos e, a partir destes, valores sociais e ecológicos. Trata-se de uma política multissetorial, que tem como base o enfoque territorial, a multifuncionalidade da agricultura (função alimentar, ambiental e rural) e a pluriatividade.

A OCDE desenvolve uma classificação para as regiões rurais puramente econômicas: zonas economicamente integradas; zonas rurais intermediárias e; zonas rurais isoladas. Trata-se de uma classificação que leva em consideração a

maior ou menor capacidade da população local de se integrar a mercados de trabalhos, seja numa agricultura moderna, seja na indústria ou nos serviços, como também a um relativo grau de urbanização.

A partir das estratégias da OCDE, Kageyama (2004) sugere um índice de desenvolvimento rural (IDR) com base numa série de bancos de dados como o Censo Demográfico de 1991, nas informações desagregadas (microdados) do Censo Demográfico de 2000, o Censo Agropecuário de 1995/1996 além de informações adicionais do Instituto de Economia Agrícola de São Paulo (IEA). O Índice de Desenvolvimento Rural (IDR) representa um conjunto de indicadores que responde por quatro dimensões: população e migração (densidade, variação, estrutura, domicílios, comunidades); bem-estar social e equidade (renda, habitação, educação, saúde, segurança); estrutura e desempenho econômico (força de trabalho, emprego, participações setoriais, produtividade, investimento); meio ambiente e sustentabilidade (topografia e clima, mudanças no uso da terra, espécies e habitats, água e solo, qualidade do ar).

Vale destacar que, na crítica que vem sendo construída até aqui, o mais importante é efetivamente agregar conhecimento, contudo, problematizando o desenvolvimento induzido por políticas de mercado como único caminho a seguir, diante das evidências históricas (polindo os excessos que resumem às políticas de mercado as possibilidades de desenvolvimento). Pois, como coloca Giarracca (2004):

*El discurso neoliberal sostenía que, después de las reformas estructurales de los ochenta y noventa, las economías crecerían y los sectores populares recibirían el derrame (el famoso trickling down) de tal crecimiento. No fue así, sólo la variación del Producto Bruto Interno (PBI) para la región (América Latina) muestra una caída sostenida desde de 1998, que llega a su punto culminante en el año 2002 por las repercusiones en la crisis argentina. Pero este país no fue el único que mostró las consecuencias de las “políticas de mercado” impuestas por los organismos multilaterales y aceptadas por las dirigencias políticas locales; Uruguay, Venezuela, Haití y varios del Caribe registran tasas anuales negativas en la variación de su PBI, y las que crecen lo hacen en muy pequeñas magnitudes (GIARRACCA, 2004, p. 13).*

Dessa forma, o nosso trabalho também considera as características demográficas e ambientais, por motivos óbvios, mas relativiza o peso de avaliação dessas características centrada nos aspectos sobre produção condicionada à competitividade de mercados, quando da proposição de um DSTR Ideal.

Zezé Carneiro comenta sobre os “usos” do rural para além da agricultura. Para autora as crises do padrão de desenvolvimento industrial fordista e do produtivismo são as principais causas desse fenômeno, o que interfere nas formas de apreender a ruralidade; de apreender o rural. O surgimento de uma preocupação com a natureza e os novos usos (amenidades) da terra como paisagem e reserva patrimonial, alimentação mais saudável e, também, da produção em pequena escala, influenciaram (distorceram) as novas observações sobre as relações no espaço rural e também sobre o desenho de políticas.

A revitalização recente de localidades rurais sustentadas em atividades tidas como urbanas, a valorização da natureza como paisagem e objeto de contemplação por segmentos da população urbana, a incorporação de hábitos e valores oriundos da cidade pela juventude rural, a recusa desta em seguir os caminhos traçados por seus pais agricultores, a valorização do consumo de produtos materiais e simbólicos “naturais”, “rurais”, ou “tradicionais” são alguns dos fatores que têm mobilizado os estudiosos a rever a dualidade sobre a qual repousava a sociologia rural e a desenvolver abordagens alternativas. A realidade não cabe mais (se é que um dia podemos dizer que coube) no arcabouço teórico-conceitual elaborado sobre os princípios da modernidade que, na impossibilidade de dar conta da diversidade contida em cada um dos pólos da dualidade rural-urbano, atribuía, à realidade observada, a ambigüidade originária da disciplina como bem argumenta José de Souza Martins (1981) (CARNEIRO, 2003, p. 7).

A compreensão desses processos deve concentrar-se nos sujeitos sociais, nos significados das práticas sociais que reforçam a interação urbano-rural ou reforçam a resistência (pertencimento). A autora chama atenção para os modismos, estratégias reducionistas, como a tendência à “re-invenção da tradição”, ou seja, o estímulo ao culto do *tradicional*, mais associado a uma idealização de neo-rurais, resignificando – e poluindo, homogeneizando - a cultura e os valores locais.

As estruturas sociais do rural são os seus símbolos e estes se conformam em possibilidades práticas. Eles se mostram como manifestações sociais de um espaço e um contexto determinados. A crescente valorização mercadológica do meio ambiente e do lazer no espaço rural traz conseqüências para estas relações.

Separar o trabalho das outras atividades da vida e sujeitá-lo às leis do mercado foi o mesmo que aniquilar todas as formas orgânicas da existência e substituí-las por um tipo diferente de organização, uma organização atomista e individualista (POLANYI, 2000, p. 198).

Tal esquema de destruição foi ainda mais eficiente com a aplicação do princípio da liberdade de contrato. Na prática, isto significava que as organizações não-contratuais de parentesco, vizinhança, profissão e credo

teriam que ser liquidadas, pois elas exigiam a alienação do indivíduo e restringiam, portanto, sua liberdade [...] (POLANYI, 2000, p. 198).

Porém, a troca natural entre os diversos universos culturais não significa que haverá descaracterização de um sistema social ou cultural, muito pelo contrário, promove o enriquecimento do tecido social. Essa relação reforça as identidades dos grupos em contato, condição esta que questiona de certa forma as estratégias utilizadas no referido programa. Para autora, mesmo que se tenha ampliado o leque de abordagens sobre o rural, ele ainda não é suficiente para compreendê-lo.

Assim, o rural hoje decorre de sua intensa relação com a cidade; é uma noção que existe em condição relacional – rural no urbano como no metropolitano – sob hegemonia do urbano. O rural está sendo considerado como categoria interpretativa representando relações mais diretas com a natureza [...] (ALENCAR, 2006, p. 153).

Para Roberto José Moreira (1999), é necessário sim analisar as estratégias sócio-culturais de grupos com identidades comuns, pertencentes a lugares (cotidianos) cuja história sócio-política, econômico-cultural fez surgir. Desse modo, se não houver um verdadeiro esforço no sentido de flexibilizar ao máximo determinado modelo de intervenção, não é possível incorporar a diversidade plena do território instrumentalmente. A questão fundamental está no ser natural humano (“ser universal”); em suas identidades constituídas do enfrentamento dos problemas de sobrevivência (conhecimento científico) na Natureza.

As diferentes noções de rural e de ruralidade pensadas pelos pesquisadores sociais da atualidade nos remetem à proximidade com a natureza: o solo, a terra e o ecossistema. A especificidade do rural na produção material da vida e na vivência do social com as subjetividades e sensibilidades rurais - e como representações sociais destes espaços – não pode ser entendida se não levamos em conta esta proximidade (MEJIA; MOREIRA, 2005, p. 92).

Entendemos que o espaço construído é produto das relações sociais localmente travadas; das contradições geradas e geradoras, efetivamente imersas num sistema econômico-mercadológico generalizado que pressiona e sugestiona a todos, sob a regência da modernidade. Em se tratando de território “rural” e de um DSTR Ideal, espera-se que tais características - ou seja, uma melhor interpretação dos vários modos de vida a partir da compreensão do “produto” das relações de alteridade – sejam compreendidas e consideradas, e que sirvam efetivamente de subsídios à intervenção.

Examinado desta vez as contribuições de Sabourin (2005, p. 168), considerando essa tendência à valorização da “dimensão econômica” à frente do processo de “revelação” dos territórios rurais pelo Governo Federal, o autor diz serem duas as racionalidades econômicas em confronto e que devem ser levadas em conta: existe aquela que contribui para reforçar as identidades e relações de reciprocidade em torno de comunidades humanas, do manejo de recursos comuns, dos territórios culturais, de laços entre gerações (prestações não comerciais), e aqui, para nós, seria o lugar ideal para os processos e relações econômicas no contexto do DSTR Ideal; e aquela lógica econômica vigente, do mercado, da “economia de intercâmbio” nos moldes capitalistas. O grande desafio então é: “administrar e controlar os conflitos entre essas duas lógicas” (SABOURIN, 2005, p. 169). Vale lembrar aqui que a primeira é subalterna e a segunda dominante, qualificando mas também relativizando o que José de Souza Martins constatava ao examinar as contribuições da Sociologia Rural:

É improvável que alguém se atreva hoje a escrever ou falar sobre as características ou os acontecimentos do mundo rural brasileiro sem atribuí-los à expansão do capitalismo no campo. Esse tem sido uma espécie de conceito mágico que explicaria quase tudo – seja para o economista, seja para o sociólogo, o antropólogo, o missionário, o militante político, o agente da pastoral, o homem comum. Explicaria até mesmo fatos opostos entre si, como a preservação do chamado campesinato e a expropriação desse mesmo campesinato (MARTINS, 1995, p. 151).

Portanto é necessário negar essa “concertação” modelada, em grande parte, sob diretrizes de mercado, redefinindo-se os processos de planejamento que programaticamente conceituaram, homogeneizaram e distorceram o que deve ser ou é o rural. Ou melhor: é fundamental articular aqueles que verdadeiramente representam e vivem o universo da ruralidade específica, seja do seu território ou comunidade, para que seja possível construir minimamente um projeto político entranhado no cotidiano e nas expectativas dos produtores e trabalhadores rurais.

O desenvolvimento sustentável deve se localizar em um recorte ecológico e ético, impondo uma relação entre sistemas ecológicos de maior cobertura e dinâmica que garantam a continuidade da vida humana indefinidamente, considerando as particularidades culturais, sem colocar em risco a complexidade e as funções destes sistemas.

A corrente ecossocial, da qual Ignacy Sachs aparece como principal expoente, apresentou o termo *eco-desenvolvimento* ainda no início da década de 1970 como uma possibilidade concreta a ser alcançada. Contudo, mesmo admitindo que tal estratégia privilegie a dimensão econômica, nos padrões do neo-liberalismo, Sachs alerta para uma racionalidade que defende a utilização de tecnologias tradicionais, comprovadamente sócio-sustentáveis, desenvolvidas por comunidades tradicionais. Comenta sobre essa incapacidade das políticas em conceber estratégias adaptadas aos contextos locais; às iniciativas de base. Dramaticamente, elas têm de ser estruturadas e assistidas com recursos externos, criticamente necessários, que não podem ser mobilizados localmente. Isso mostra de certa forma uma contradição no discurso sobre um planejamento “ascendente” e sustentável. Aponta ainda para os elementos que envolvem o planejamento territorial como melhor opção para essa aproximação entre planejamento e demandas locais.

A enorme diversidade das configurações socioeconômicas e culturais, bem como das dotações de recursos que prevalecem em diferentes micro e mesorregiões, excluem a aplicação generalizada de estratégias uniformes de desenvolvimento. Para serem eficazes, estas estratégias devem dar respostas aos problemas mais pungentes e às aspirações de cada comunidade, superar os gargalos que obstruem a utilização de recursos potenciais e ociosos e liberar as energias sociais e da imaginação. Para tanto, deve-se garantir a participação de todos os atores envolvidos (trabalhadores, empregadores, o Estado e a sociedade civil organizada) no processo de desenvolvimento (SACHS, 2004, p. 61).

Daí a importância do planejamento territorial nos níveis municipal, microrregional e mesorregional, de forma a reagrupar vários distritos unidos pela **identidade cultural e por interesses comuns**. Para este fim, deve-se criar espaços para o exercício da democracia direta, na forma de foros de desenvolvimento local que evoluam na direção de formar conselhos consultivos e deliberativos, de forma a empoderar as comunidades para que elas assumam um papel ativo e criativo no desenho do seu futuro (SACHS, 2004, p. 61, grifo nosso).

Gadotti (2000, p. 4) é mais contundente. Reforça o argumento da impossibilidade de se conjugarem desenvolvimento e sustentabilidade. O conceito de desenvolvimento vem intimamente associado à ideologia do progresso (desenvolvimentismo), que “pré-supõe” uma concepção de história, de economia, de sociedade e do próprio ser humano. O viés da industrialização era o argumento para superação do “atraso” no qual países periféricos, principalmente latinoamericanos, estavam imersos. Se associarmos o conceito de desenvolvimento à redução da pobreza, definitivamente o “atraso” tem crescido.

Nesse contexto – da globalização -, o desenvolvimento sustentável é tão inconciliável quanto a transformação produtiva com equidade defendida pela CEPAL. Como pode existir um crescimento com equidade, um crescimento sustentável numa economia regida pelo lucro, pela acumulação ilimitada, pela exploração do trabalho e não pela necessidade das pessoas? (GADOTTI, 2000, p. 4).

A construção-redução simbólica (histórico-conjuntural) da ruralidade pela ótica da ideologia burguesa-industrial, objeto da sociologia rural, descrevendo esse espaço com adjetivos pejorativos como atrasado, não civilizado, pobre; lócus da agricultura, dos “matutos e tabaréus” etc, ainda se refletem em teorias e no desenho de políticas públicas com relação ao campo; com relação às dinâmicas sociais do universo rural.

Portanto é necessário, e um desafio, “capturar” – ou “desvendar” - a ruralidade para além dos seus usos programáticos, associando esta ao produto das relações sociais locais, grosso modo, expostas através da cultura tradicional ou popular, por exemplo. Ou melhor: a ruralidade como expressão de um modo singular de viver nesse espaço social que é o rural, cuja configuração diretamente ancorada em relações com a natureza é historicamente transformada em relação com o urbano (ALENCAR, 2006, p. 41).

### 3.2 CONDICIONANTES E INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE TERRITORIAL RURAL (CSTR/ISTR)

Os Condicionantes/Indicadores de Sustentabilidade Territorial Rural (CSTR/ISTR) apreendidos nessa pesquisa a partir dos conteúdos teóricos e programáticos, como demonstramos na metodologia adotada, possibilitam avaliar a compatibilidade entre o programado, o efetivado e o idealizado como DSTR, respondendo a questão como:

- i) O território examinado (território Velho Chico) é majoritariamente rural, com elementos, em sua totalidade, de ruralidade?
- ii) Se ele é um território com característica de ruralidade, a intervenção proposta possibilitou o seu desenvolvimento sustentável?

A resposta a essas questões supõe a identificação dos conteúdos nucleares que perpassam os CSTR/IRTS daquilo que se denomina DSTR. Assim é que chegamos à categoria analítica Elementos Nucleadores (EN) com três focos: Gestão



Social, Econômico-institucional e Sócio-cultural-produtivo-ambiental, aos quais relacionamos aos Grupos de Ressignificação (GR).

Os Elementos Nucleadores, ao concentrarem, progressivamente, um maior número de Grupos de Ressignificação tendem a um DSTR Ideal. Portanto, o EN Sócio-cultural-produtivo-ambiental é aquele em que há, obrigatoriamente, a ocorrência de todos os Grupos de Ressignificação, com destaque para o GR Ruralidade, onde estão necessariamente presentes todos os CSTR/ISTR pertencentes ao EN Sócio-cultural-produtivo-ambiental.

Seguindo a mesma lógica, segundo a nossa hipótese, os Elementos Nucleadores Gestão Social e Econômico-institucional terão maior participação dos CSRT/ISRT que constituem os Grupos de Ressignificação Político-institucional e Econômico (trabalho). Isso demonstrará que há efetividade do DSTR Programado, porém falta-lhe a complementaridade exigida para se obter um DSTR Ideal.

Ou seja: os Elementos Nucleadores (Gestão Social; Econômico-institucional e; Sociocultural-produtivo-ambiental) identificam ou revelam o sentido ou a intencionalidade dos Condicionantes e Indicadores de Sustentabilidade. Eles serão balizas para compreender, primeiro, o potencial de DSTR Programado, segundo, o que é preciso para se obter um DSTR Ideal e, terceiro, o que se observa efetivamente em um determinado território.

Como estratégia de avaliação do processo de gestão social programada, é preciso verificar os planos territoriais de desenvolvimento rural sustentável (PTDRS), dentre outros. Como indicado na metodologia, se estes são realmente instrumentos de gestão e ao mesmo tempo de aprendizado, tudo indica, diante da sua consistência programática apreendida na análise dos conceitos adotados, que a sua concepção traz os condicionantes de sustentabilidade descritos (exigidos) pela Metodologia Comum.

Sem perder de vista a importância que tem a dimensão econômica no contexto do desenvolvimento (geração de emprego e renda) para as populações, entendemos que para um DSTR Ideal, a sustentabilidade deve primeiramente estar associada às vontades, idealizações e projetos de comunidades com identidade e, logicamente, com manifestações culturais comuns, geograficamente localizadas, constituídas e consolidadas no tempo. Esse conjunto de coisas seria a representação de territorialidade que, atuando como força contrastante à racionalidade econômica dominante, estaria convergindo para uma sustentabilidade

como a aqui considerada. O conceito deve estar associado em grande parte ao desenvolvimento humano, na realização da vida à base de uma relação com a natureza livre do domínio mercadológico; livre da ganância das empresas por matéria-prima barata, redução de custos, margem de lucro etc. A discussão obviamente passa por questões altruístas, mas impiedosamente necessárias para a manutenção da espécie na Terra. Os recursos não devem ser mercadorias, e o seu uso deve estar ao alcance de todos a partir de uma outra organização da sociedade que não será aqui discutida.

Nesse sentido, concordamos com Haesbaert (2004, p. 91) quando admite, ao revisar os diversos conceitos de território e territorialidade, aquela que, segundo o autor, é uma das mais antigas conceituações de território:

Posteriormente, acrescentamos ainda uma interpretação natural(ista), mais antiga e pouco vinculada às Ciências Sociais, que se utiliza de uma noção de território com base nas relações entre sociedade e natureza, especialmente no que se refere ao comportamento “natural” dos homens em relação ao seu ambiente físico (HAESBAERT, 2004, p. 91).

Quando essa territorialidade é imanente à relação com a natureza, a ruralidade (Elemento Nucleador Sócio-cultural-produtivo-ambiental) deve então ser a dimensão de maior peso no percurso para um DTRS Ideal. Agrega-se então a dimensão ambiental (ou ecológica), para nós também parte da cultura<sup>30</sup> (que institucionaliza no espaço modos de vida, visões de mundo compartilhadas etc) que, sendo historicamente construída, é expressão de uma interação dialética entre forma e conteúdo e não uma idealização formal de padrões de relação social; de uma interação dialética homem-natureza.

A seguir, o Quadro Geral de CSTR/ISTR, e na seqüência, renomeado, o Quadro de Elementos Nucleadores do DSTR, com os mesmos CSTR/ISTR do quadro anterior, porém com três colunas, pois houve a junção das colunas LEADER+/Ângela Kageyama e Referencial Teórico, sendo a primeira complementar à segunda na idealização de um DSTR Ideal.

---

<sup>30</sup> Para maiores esclarecimentos sobre a concepção de natureza como cultura ver Moreira, J. M. Terra e Natureza: um olhar sobre a apropriação privada da biodiversidade. In: Mundo rural e política: ensaios interdisciplinares/ orgs. Raimundo Santos, Luiz Flávio de Carvalho, Francisco Carlos Teixeira da Silva. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1998.

**Quadro 1**  
Condicionantes e Indicadores de Sustentabilidade Territorial Rural

<b>Metodologia Comum</b>	<b>Autores Apropriados (SDT)</b>	<b>LEADER+/Kageyama</b>	<b>Referencial Teórico</b>
<p>APRIMORAR AS CAPACIDADES E HABILIDADES DOS ATORES</p> <p>Indicador: avaliação dos conteúdos dos instrumentos de gestão</p>	<p>DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA</p> <p>Indicador: fóruns constituídos: núcleos técnico e diretor</p>	<p>densidade demográfica; variação da população entre 1991 e 2000; % da população rural em 2000; % da população rural que não morou sempre no município (migrantes)</p>	<p>ARTICULAÇÃO ENTRE AQUELES QUE EFETIVAMENTE REPRESENTAM E QUE VIVEM O UNIVERSO DA RURALIDADE LOCAL</p> <p>Indicador: % de representantes de comunidades locais rurais e movimentos sociais nos fóruns</p>
<p>CAPACITAÇÃO COM BASE NA DIALOGICIDADE E NO CONSTRUTIVISMO</p> <p>Indicador: o que está colocado na metodologia comum</p>	<p>COMPETITIVIDADE DA AGRICULTURA</p> <p>Indicador: numero e perfil dos projetos da produção familiar nos PTDRS; valor da produção agropecuária do território com ênfase nos produtos sabidamente da produção familiar</p>	<p>domicílios com instalação sanitária</p>	<p>ELEMENTOS DO COTIDIANO</p> <p>Indicador: pesquisa de opinião nos fóruns: imaginário do desenvolvimento e sua relação com projetos implementados</p>
<p>PARTICIPAÇÃO</p> <p>Indicador: diversidade de instituições nos fóruns</p>	<p>REFERENCIAIS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO REGIONAL</p> <p>Indicador: % de projetos no PTDRS agricultura empresarial.</p>	<p>renda domiciliar <i>per capita</i>; pluriatividade; produtividade do trabalho da agricultura etc</p>	<p>TECNOLOGIAS TRADICIONAIS/ COMUNIDADES TRADICIONAIS</p> <p>Indicador: existência de projetos que valorizem inovações locais (matéria prima nativa com respeito à sustentabilidade; inovação em projetos ambientais locais; boa práticas etc)</p>
<p>GESTÃO COMPARTILHADA</p> <p>Indicador: composição dos subespaços de concertação no fórum</p>	<p>DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (RELATÓRIO DE BRUNTDLAND)</p> <p>Indicador: projetos ambientais contemplados nos PTDRS</p>	<p>ausência de monoculturas; práticas de conservação do solo.</p>	<p>VALORIZAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS SÓCIO-CULTURAIS DE GRUPOS COM IDENTIDADES COMUNS</p> <p>Indicador: % projetos culturais contemplados nos PTDRS com relação ao total de projetos (produção familiar)</p>
<p>PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL</p> <p>Indicador: % instituições de pequenos produtores rurais com relação ao total de instituições nos fóruns</p>	<p>CAPITAL SOCIAL</p> <p>Indicador: número de instituições envolvidas e o perfil das mesmas (diversidade)</p> <p>Indicador: % instituições pequenos produtores rurais com relação ao total de instituições nos fóruns</p>	<p>GRAU DE RURALIDADE</p> <p>Indicador: % das pessoas que vivem em localidades com até 2.000 habitantes ou número de municípios do território com até 15.000 habitantes ou número de Estabelecimentos agropecuários com até 20 ha</p>	<p>RELAÇÕES SOCIAIS</p> <p>Indicador: % instituições de pequenos produtores rurais com relação ao total de instituições que participaram da construção do documento</p>

**Quadro 1**  
Condicionantes e Indicadores de Sustentabilidade Territorial Rural (Continua)

<b>Metodologia Comum</b>	<b>Autores Apropriados (SDT)</b>	<b>LEADER+/Kageyama</b>	<b>Referencial Teórico</b>
<p>PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL</p> <p><b>Indicador:</b> % instituições de pequenos produtores rurais com relação ao total de instituições nos fóruns</p>	<p>CAPITAL SOCIAL</p> <p><b>Indicador:</b> número de instituições envolvidas e o perfil das mesmas (diversidade)</p> <p><b>Indicador:</b> % instituições pequenos produtores rurais com relação ao total de instituições nos fóruns</p>	<p>GRAU DE RURALIDADE</p> <p><b>Indicador:</b> % das pessoas que vivem em localidades com até 2.000 habitantes ou número de municípios do território com até 15.000 habitantes ou número de Estabelecimentos agropecuários com até 20 ha</p>	<p>RELAÇÕES SOCIAIS</p> <p><b>Indicador:</b> % instituições de pequenos produtores rurais com relação ao total de instituições que participaram da construção do documento</p>
<p>ACESSO À INFORMAÇÃO E TRANSPARÊNCIA DO PROCESSO</p> <p><b>Indicador:</b> nível de informação dos participantes a respeito da política e dos projetos implementados</p>	<p>DINAMIZAÇÃO DAS ECONOMIAS DO TERRITÓRIO</p> <p><b>Indicador:</b> instrumentos de gestão implementados: estudos propositivo da base econômica; PST</p>	<p>DIVERSIDADE DOS CULTIVOS DA AGRICULTURA FAMILIAR</p> <p><b>Indicador:</b> % Estabelecimentos agropecuários produtos das lavouras temporárias específicos da produção familiar com relação à % de Estabelecimentos agropecuários patronais etc.</p>	<p>ESTRUTURAS DO RURAL (RURALIDADE) SÃO OS SEUS SÍMBOLOS E ESTES SE CONFORMAM EM POSSIBILIDADES PRÁTICAS</p> <p><b>Indicador:</b> número de projetos da cultura local contemplados</p>
<p>MODELO</p> <p><b>Indicador:</b> processo de definição da composição final dos municípios que fariam parte do território</p>	<p>TRABALHADOR ASSALARIADO</p> <p>DICOTOMIA RURAL-URBANO, CAMPO E CIDADE</p> <p><b>Indicador:</b> número de assentados e acampados da reforma agrária</p>	<p>SUSTENTABILIDADE</p> <p><b>Indicador:</b> % área das matas nativas com relação a % área total do território etc</p>	<p>REFORÇAR AS IDENTIDADES E RELAÇÕES DE RECIPROCIDADE EM TORNO DE COMUNIDADES HUMANAS</p> <p><b>Indicador:</b> % de projetos sociais implementados nos PTDRS com relação ao total de projetos</p>
<p>MODELO</p> <p><b>Indicador:</b> Metodologia Comum</p>	<p>TERRITÓRIO</p> <p><b>Indicador:</b> PTDRS implementado</p>	<p>SUSTENTABILIDADE</p> <p><b>Indicador:</b> % de projetos que incorporam práticas agroecológicas</p>	<p>LUGAR</p> <p><b>Indicador:</b> projetos que valorizem a identidade local: seja produtiva, seja cultural (manifestações culturais)</p>

Fonte: Elaborado pelo autor da pesquisa - 2007.

**Quadro 2**  
Quadro de Elementos Nucleadores

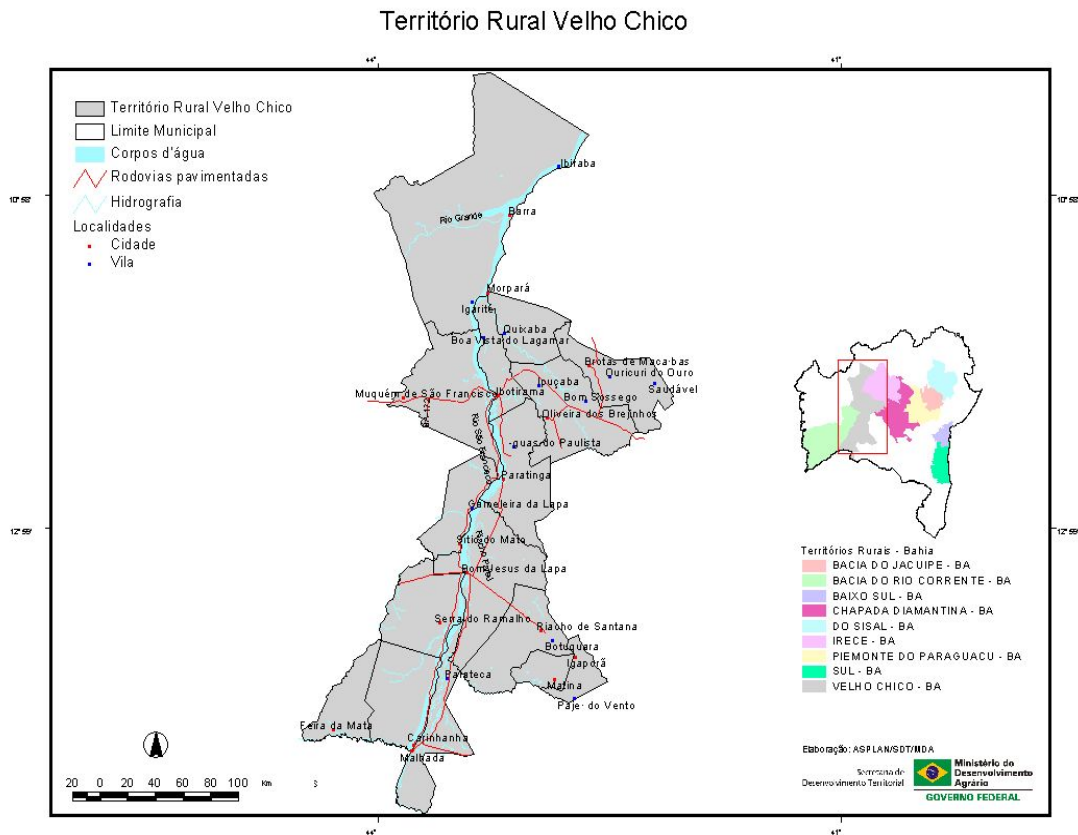
GESTÃO SOCIAL	ECONÔMICO- INSTITUCIONAL	SÓCIO-CULTURAL- PRODUTIVO AMBIENTAL	
<p>APRIMORAR AS CAPACIDADES E HABILIDADES DOS ATORES</p> <p>Indicador: avaliação dos conteúdos dos instrumentos de gestão</p>	<p>DESCENTRALIZAÇÃO ADMINISTRATIVA</p> <p>Indicador: fóruns constituídos: núcleos técnico e diretor</p>	<p>densidade demográfica; variação da população entre 1991 e 2000; % da população rural em 2000; % da população rural que não morou sempre no município (migrantes)</p>	<p>ARTICULAÇÃO ENTRE AQUELES QUE EFETIVAMENTE REPRESENTAM E QUE VIVEM O UNIVERSO DA RURALIDADE LOCAL</p> <p>Indicador: % de representantes de comunidades locais rurais e movimentos sociais nos fóruns</p>
<p>CAPACITAÇÃO COM BASE NA DIALOGICIDADE E NO CONSTRUTIVISMO</p> <p>Indicador: metodologia comum</p>	<p>COMPETITIVIDADE DA AGRICULTURA</p> <p>Indicador: numero e perfil dos projetos da produção familiar nos PTDRS; valor da produção agropecuária do território com ênfase nos produtos sabidamente da produção familiar</p>	<p>domicílios com saneamento básico;</p>	<p>ELEMENTOS DO COTIDIANO</p> <p>Indicador: pesquisa de opinião nos fóruns: imaginário do desenvolvimento e sua relação com projetos implementados</p>
<p>PARTICIPAÇÃO</p> <p>Indicador: diversidade de instituições nos fóruns</p>	<p>REFERENCIAIS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO REGIONAL</p> <p>Indicador: % de projetos no PTDRS agricultura empresarial.</p>	<p>renda domiciliar per capita; pluriatividade; produtividade do trabalho da agricultura.</p>	<p>TECNOLOGIAS TRADICIONAIS/ COMUNIDADES TRADICIONAIS</p> <p>Indicador: existência de projetos que valorizem inovações locais (matéria prima nativa com respeito à sustentabilidade; inovação em projetos ambientais locais; boa práticas etc)</p>
<p>GESTÃO COMPARTILHADA</p> <p>Indicador: composição núcleos técnico e diretor</p>	<p>DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (RELATÓRIO DE BRUNTDLAND)</p> <p>Indicador: projetos ambientais contemplados nos PTDRS</p>	<p>práticas de conservação do solo.</p>	<p>VALORIZAÇÃO DAS ESTRATÉGIAS SÓCIO-CULTURAIS DE GRUPOS COM IDENTIDADES COMUNS</p> <p>Indicador: % projetos culturais contemplados nos PTDRS com relação ao total de projetos (produção familiar)</p>
<p>PLANO TERRITORIAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL</p> <p>Indicador: % instituições de pequenos produtores rurais com relação ao total de instituições nos fóruns</p>	<p>CAPITAL SOCIAL</p> <p>Indicador: número de instituições envolvidas e o perfil das mesmas (diversidade)</p> <p>Indicador: % instituições pequenos produtores rurais com relação ao total de instituições nos fóruns</p>	<p>GRAU DE RURALIDADE</p> <p>Indicador: % das pessoas que vivem em localidades com até 2.000 habitantes ou número de municípios do território com até 15.000 habitantes ou número de estabelecimentos agropecuários com até 20 ha</p>	<p>RELAÇÕES SOCIAIS</p> <p>Indicador: % instituições de pequenos produtores rurais com relação ao total de instituições que participaram da construção do documento</p>
<p>ACESSO À INFORMAÇÃO E TRANSPARÊNCIA DO PROCESSO</p> <p>Indicador: nível de informação dos participantes a respeito da política e dos projetos implementados</p>	<p>DINAMIZAÇÃO DAS ECONOMIAS DO TERRITÓRIO</p> <p>Indicador: instrumentos de gestão implementados: estudos propositivo da base econômica; PST</p>	<p>DIVERSIDADE DOS CULTIVOS DA AGRICULTURA FAMILIAR</p> <p>Indicador: % estabelecimentos agropecuários produtos das lavouras temporárias específicos da produção familiar com relação à % de estabelecimentos agropecuários patronais etc</p>	<p>ESTRUTURAS DO RURAL (RURALIDADE) SÃO OS SEUS SÍMBOLOS E ESTES SE CONFORMAM EM POSSIBILIDADES PRÁTICAS</p> <p>Indicador: número de projetos da cultura local contemplados</p>

**Quadro 2**  
Quadro de Elementos Nucleadores (Continua)

GESTÃO SOCIAL	ECONÔMICO- INSTITUCIONAL	SÓCIO-CULTURAL- PRODUTIVO AMBIENTAL	
MODELO <b>Indicador: processo de definição da composição final dos municípios que fariam parte do território</b>	TRABALHADOR ASSALARIADO DICOTOMIA RURAL-URBANO, CAMPO E CIDADE  <b>Indicador: número de assentados e acampados da reforma agrária</b>	SUSTENTABILIDADE <b>Indicador: % área das matas nativas com relação a % área total do território etc</b>	REFORÇAR AS IDENTIDADES E RELAÇÕES DE RECIPROCIDADE EM TORNO DE COMUNIDADES HUMANAS <b>Indicador: % de projetos sociais implementados nos PTDRS com relação ao total de projetos</b>
MODELO <b>Indicador: Metodologia Comum</b>	TERRITÓRIO <b>Indicador: PTDRS implementado</b>	SUSTENTABILIDADE <b>Indicador: % de projetos que incorporam práticas agroecológicas</b>	LUGAR <b>Indicador: projetos que valorizem a identidade local: seja produtiva, seja cultural (manifestações culturais)</b>

Fonte: Elaborado pelo autor da pesquisa - 2007.

## 4 O TERRITÓRIO VELHO CHICO



Fonte: Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS do Velho Chico).

Para ratificar se o Território Velho Chico é verdadeiramente um território rural, nos apropriamos da idéia de “grau de ruralidade” elaborado pelo Programa LEADER+<sup>31</sup> e por alguns indicadores que compõem o Índice de Desenvolvimento Rural elaborado pela pesquisadora Ângela Kageyama. Para este estudo ele foi reformatado, representando aqui a porcentagem de pessoas do território que vivem em locais (municípios e distritos) com até 2.000 habitantes; a relação entre o número total de municípios do território e aqueles com até 15.000 habitantes; o número de municípios com população rural superior a urbana; o número de Estabelecimentos agropecuários com até 20 ha e; o percentual das pessoas que vivem dispersas ou em povoados.

Para caracterizar o Território Velho Chico, composto pelos municípios de: Barra, Bom Jesus da Lapa, Brotas de Macaúbas, Carinhanha, Feira da Mata,

Ibotirama, Igaporã, Malhada, Matina, Morpará, Munquém do São Francisco, Oliveira dos Brejinhos, Paratinga, Riacho de Santana, Serra do Ramalho e Sítio do Mato, tomaremos como base de dados alguns documentos institucionais como o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS), Estudo Propositivo de Dinamização da Base Econômica<sup>32</sup>, o Sistema de Informações Territoriais (SIT) elaborado pela SDT, o Sistema Nacional de Indicadores Urbanos (2002), o Atlas de Desenvolvimento Humano (PNUD), além de outras fontes como as pesquisas do IBGE (Censo 2000, PAM, PAP, Censo Agropecuário 1995/1996, Estimativas Populacionais etc) e da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI).

No SIT são disponibilizadas algumas informações agregadas para os recortes territoriais como renda local, renda gerada por setor da economia; população urbana e rural, densidade demográfica; área dos municípios; número de estabelecimentos na indústria, serviços, comércio e rurais; indicadores consolidados: IDH-M<sup>33</sup>, taxa de urbanização e ainda o índice de Gini<sup>34</sup>, entre outras.

#### 4.1 CARACTERIZAÇÃO DO TERRITÓRIO

A população residente (Tabela 1) no Território Velho Chico é predominantemente rural, com destaque para os municípios de Brotas de Macaúbas, Matina, Muquém do São Francisco e Serra do Ramalho com populações rurais acima dos 70%. O território possuía em 2000 uma população de 349.689 habitantes, como visto a maior parte considerada rural.

Os municípios que compõem o Território Velho Chico são na maioria pouco populosos, com apenas um deles apresentando-se com mais de 50.000 habitantes, no caso Bom Jesus da Lapa. Com pouco mais de 45.000 habitantes, somente o mu-

---

<sup>32</sup> "Trata-se de uma das fases de implementação de dinamização das economias territoriais nos territórios rurais, elaborada pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA)".

<sup>33</sup> Índice elaborado para medir o nível de desenvolvimento humano nos municípios., utilizando-se dos mesmos critérios do IDH para o país, ou seja, educação, longevidade e renda. Embora meçam o mesmo fenômeno, os indicadores levados em conta no IDH-M são mais adequados para núcleos sociais menores. Uma vez escolhidos os indicadores, são calculados os índices específicos para cada uma das dimensões citadas. Assim, são determinados os valores de referência entre 0 e 1. Quanto melhor o desempenho de determinado município mais próximo o seu índice específico (educação, longevidade e renda) estará de um. O IDH-M será a média dessas três dimensões.

<sup>34</sup> O índice de Gini mede o grau de concentração de riquezas em um país sob um parâmetro que vai de 0 (zero), que corresponderia à igualdade absoluta entre os indivíduos, a 1 (um), que corresponderia à maior concentração e desigualdade entre os indivíduos. Uma situação onde um único indivíduo fosse portador de todos os bens e riquezas e todos os outros não fossem portadores de nada.



**Tabela 1**  
População residente por situação de domicílio, raça ou cor.

Municípios	Área (km <sup>2</sup> )	População Residente (Hab)			Índices Demográficos		
		Total	Urbana	Rural	Densidade Demográfica (hab/ km <sup>2</sup> )	Índice de Urbanização (%)	Razão de Dependência
Barra	11.333	44.203	19.641	24.562	3,9	44,4	88,2
Bom Jesus da Lapa	3.951	54.421	37.726	16.695	13,8	69,3	69,8
Brotas de Macaúbas	2.373	13.003	3.050	9.953	5,5	23,5	74,9
Carinhanha	2.752	27.272	10.483	16.789	9,9	38,4	78,4
Feira da Mata	1.656	6.235	2.822	3.413	3,8	45,3	63,6
Ibotirama	789	14.567	7.101	7.456	18,4	48,8	63,2
Igaporã	1.391	24.149	16.384	7.765	17,4	67,8	69,1
Malhada	2.138	15.614	6.073	9.541	7,3	38,9	79
Matina	773	10.242	2.759	7.483	13,2	26,9	70,2
Morpará	1.732	8.597	5.494	3.103	5	63,9	72,5
Muquém de São	3.834	9.062	997	8.055	2,4	11	81,3
Oliveira dos Brejinhos	3.564	21.670	5.817	15.853	6,1	26,8	77,5
Paratinga	2.956	27.697	9.067	18.612	9,4	32,8	83,1
Riacho de Santana	2.699	28.643	11.011	17.632	10,6	38,4	68,3
Serra do Ramalho	2.677	32.600	3.742	28.858	12,2	11,5	81,3
Sítio do Mato	1.710	11.752	6.470	5.282	6,9	55,1	85,3
<b>Total Território</b>	<b>46.328</b>	<b>349.689</b>	<b>148.637</b>	<b>201.052</b>	<b>7,5</b>	<b>42,5</b>	<b>76,1</b>

Fonte: Estudo Propositivo, Território Velho Chico (2005); Censo Demográfico (2000)

nício de Barra, e acima dos 30.000, apenas Serra do Ramalho. Se pudermos caracterizar municípios como “populosos” para a realidade desses territórios rurais, podemos concluir que estes são municípios que atraem e concentram população no território. Certamente são estes os municípios que concentram a maioria dos estabelecimentos como os de saúde, educação etc, serviços de uma maneira geral, atividades econômicas, demonstrando certo grau de urbanização acima da média do território.

Um outro índice importante nesse quesito é a razão de dependência<sup>35</sup>. Ele mede a participação relativa do contingente populacional potencialmente inativo, que deveria ser sustentado pela parcela potencialmente ativa. Valores elevados (um) indicam que há um grande número de pessoas dependentes de encargos assistenciais no município, sobrecarregando os potencialmente ativos, sinalizando também para o grau de dependência econômica de determinada população; sinaliza também processos de rejuvenescimento ou envelhecimento da população de determinado município.

Nesse sentido, voltando à Tabela 1, percebe-se que para quase todos os municípios do território esse valor é elevado, indicando extrema dependência destes

<sup>35</sup> Razão entre o segmento etário da população definido como economicamente dependente (os menores de 15 anos de idade e os de 65 anos e mais de idade) e o segmento etário potencialmente produtivo (15 a 64 anos de idade), na população residente em determinado espaço geográfico, no ano considerado.

em relação a programas de transferência de renda e também forte êxodo em direção a outros municípios, estados e regiões. Os municípios de Barra e Sítio do Mato se aproximam de incríveis 90% neste índice; a média para o território é de praticamente 80%.

O Território Velho Chico apresenta-se com uma economia predominantemente agropecuária, porém, como já foi sinalizado, há aqueles municípios que vão desenvolver e atrair população, muito provavelmente pela intensidade da atividade agropecuária num primeiro momento; atividades de apoio à agropecuária, como bancos, o próprio comércio, a indústria e a construção civil. Esta última atraída pela intensa migração de municípios menos dinâmicos - ou deprimidos - e a conseqüente expansão do número e do perfil dos estabelecimentos, o que pode em certa medida explicar os altos valores do índice anterior para aqueles municípios com valores muito elevados.

Os municípios mais “industrializados” (Tabela 2) são Bom Jesus da Lapa (19 estabelecimentos industriais) e Ibotirama (11 estabelecimentos industriais).

**Tabela 2**  
Número de estabelecimentos por setor da economia

Município	Setores					
	Agências Bancárias	Indústrias	Construção Civil	Comércio	Serviços	Rurais
Barra	1	5	0	44	20	2.655
Bom Jesus da Lapa	4	19	12	181	84	3.126
Brotas de Macaúbas	1	1	1	7	7	1.356
Carinhanha	1	3	1	11	6	2.727
Feira da Mata	0	1	1	2	2	1.015
Ibotirama	3	11	0	52	30	1.123
Igaporã	0	4	5	7	7	1.666
Malhada	0	0	3	3	3	1.690
Matina	0	2	0	0	2	1.716
Morpará	1	1	0	1	2	571
Muquém de São	0	0	1	1	3	850
Oliveira dos	1	4	0	15	10	3.055
Paratinga	0	3	5	17	8	2.275
Riacho de Santana	1	5	1	18	15	4.504
Serra do Ramalho	0	2	0	17	9	4.704
Sítio do Mato	0	1	1	2	2	417
<b>Total Território</b>	<b>13</b>	<b>62</b>	<b>31</b>	<b>378</b>	<b>210</b>	<b>33.450</b>

Fonte: SNIU - Sistema Nacional de Indicadores Urbanos (2002).

Bom Jesus da Lapa também concentra o maior número de estabelecimentos comerciais (181 estabelecimentos) e também um número considerável de

Estabelecimentos agropecuários (3.121), o que corrobora a afirmação de que se trata de um território com fortes elementos de ruralidade.

O município de Ibotirama também assume a segunda posição com relação à concentração de estabelecimentos comerciais, com 52 estabelecimentos. Bom Jesus da Lapa e Ibotirama juntos concentram sete das 13 agências bancárias do território, respectivamente 4 e 3 estabelecimentos. É preciso ter cuidado e observar também essa relação com base no número absoluto de pessoas do município, o que ajuda a entender, de certa forma, a concentração dessas unidades e serviços em determinados municípios.

Com relação ao número de empregos gerados por setor da economia (Tabela 3), vemos essa relação direta entre municípios mais dinâmicos e o número de empregos gerados pela indústria e serviços. O setor agropecuário, nesse aspecto, destaca-se ainda mais nos municípios de Bom Jesus da Lapa - que curiosamente também concentra o maior número de empregados no setor de serviços do território (2.034 pessoas) e a maior população do território -, seguido de Sítio do Mato. Esta característica pode ser estudada para elucidar o perfil multifuncional ou pluriativo do território rural, na medida em que demonstra dinâmicas de reprodução social de comunidades rurais que conjugam, naqueles municípios aonde se consagrou uma agricultura mais “moderna”, atividades agrícolas e não-agrícolas para obter renda. Estas últimas intimamente relacionadas ao setor serviços, o que reflete novos padrões sociais para meio rural.

Em municípios como Riacho de Santana, Paratinga e Oliveira dos Brejinhos as transferências governamentais representam quase 30% do total da renda municipal. Ibotirama, por exemplo, supera Bom Jesus da Lapa na renda *per capita*, que em média é de R\$ 141,35, diga-se de passagem, a maior do território. Bom Jesus da Lapa vem em seguida com uma renda *per capita* de R\$ 125,41. O restante dos municípios apresenta rendas *per capita* inferiores aos R\$ 75,00. Nesse aspecto, surpreendem Matina, Paratinga e Sítio do Mato com rendas *per capita* inferiores aos R\$ 55,00 (Tabela 4).

**Tabela 3**  
Empregos gerados por setor da economia

Município	Setores			
	Indústria	Comércio	Serviços	Agropecuária
Barra	75	120	1.470	42
Bom Jesus da Lapa	330	658	2.034	151
Brotas de Macaúbas	1	16	345	3
Carinhanha	94	13	257	13
Feira da Mata	2	0	89	7
Ibotirama	104	209	689	15
Igaporã	49	14	438	7
Malhada	0	8	330	38
Matina	2	3	245	0
Morpará	0	1	4	0
Muquém de São Francisco	0	14	122	51
Oliveira dos Brejinhos	90	60	103	2
Paratinga	12	30	970	0
Riacho de Santana	91	73	648	15
Serra do Ramalho	9	34	310	64
Sítio do Mato	27	4	4	98
<b>Total Território</b>	<b>886</b>	<b>1.257</b>	<b>8.058</b>	<b>506</b>

Fonte: SNIU - Sistema Nacional de Indicadores Urbanos (2002).

**Tabela 4**  
Renda em valores correntes (R\$)

Território	Renda Per Capita(1)	Renda de Rendimentos do Trabalho(1)	Renda Média do Chefe de Família(2)	Renda de Transferências Governamentais(1)
Barra	56,37	34,34	259,29	15,63
Bom Jesus da Lapa	125,41	58,24	434,90	15,14
Brotas de Macaúbas	64,08	26,97	239,72	32,99
Carinhanha	64,71	55,47	321,92	11,21
Feira da Mata	76,48	51,81	292,16	18,41
Ibotirama	141,35	49,89	371,91	14,64
Igaporã	99,86	63,73	199,71	21,16
Malhada	60,15	54,82	217,38	11,71
Matina	48,00	41,90	152,70	21,10
Morpará	79,93	31,65	268,85	21,76
Francisco	74,09	44,41	276,62	12,91
Oliveira dos Brejinhos	68,12	37,34	242,98	28,31
Paratinga	49,11	38,56	216,40	26,92
Riacho de Santana	70,27	43,10	216,40	28,76
Serra do Ramalho	60,48	48,68	207,30	18,62
Sítio do Mato	51,91	52,32	217,91	15,65

Fonte: (1)ADHB - Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2002). □ □

(2)IBGE - Censo Demográfico(2000).

Na composição da renda própria do município, apenas Igaporã ultrapassa os 60% na constituição do total (de rendimentos próprios). Surpreende, nesse quesito, a situação de Brotas de Macaúbas, que apresenta pouco mais de 20% de rendimentos próprios no total do município.

Tomando a renda média por chefe de família, talvez possamos nos aproximar um pouco mais da realidade dos municípios do Território Velho Chico. Por exemplo, Bom Jesus da Lapa, Ibotirama e Carinhanha são os únicos municípios em que esse valor ultrapassa os R\$ 300,00. Bom Jesus da Lapa destaca-se com uma renda média por chefe de família superior aos R\$ 400,00.

Com relação aos “indicadores consolidados” do SIT<sup>36</sup>, temos a constatação da situação crítica na qual se encontra o Território Velho Chico. Por exemplo, podemos considerar que a taxa de urbanização, voltando à tabela 2, já mencionada, é relativamente baixa: apenas quatro municípios, dos dezesseis, apresentam taxas superiores aos 50%. São eles: Bom Jesus da Lapa, Ibotirama, Morpará e Sítio do Mato. Isto talvez indique a baixa arrecadação dos municípios.

O índice de Gini (Tabela 6), representando o nível de concentração de riqueza nos municípios, revela valores altos para todo território, em média acima dos 0,60. Destacam-se os municípios de Brotas de Macaúbas, Barra, Ibotirama e Morpará (0,69) e Barra (0,68). Valores altos desse índice, ou seja, se aproximando de 1, indicam forte concentração da riqueza no território.

**Tabela 5**  
Índice de Desenvolvimento Humano

Município	IDH-M	IDH-M por componente		
		Longevidade	Educação	Renda
Barra	0,586	0,650	0,663	0,446
Bom Jesus da Lapa	0,654	0,611	0,773	0,579
Brotas de Macaúbas	0,628	0,649	0,769	0,467
Carinhanha	0,607	0,650	0,701	0,469
Feira da Mata	0,634	0,650	0,754	0,497
Ibotirama	0,698	0,704	0,789	0,599
Igaporã	0,655	0,704	0,721	0,541
Malhada	0,575	0,579	0,688	0,457
Matina	0,592	0,690	0,668	0,419
Morpará	0,641	0,704	0,713	0,504
Muquém do São Francisco	0,603	0,617	0,701	0,491
Oliveira dos Brejinhos	0,648	0,690	0,775	0,477
Paratinga	0,617	0,657	0,770	0,423
Riacho de Santana	0,632	0,690	0,723	0,483
Serra do Ramalho	0,598	0,598	0,738	0,458
Sítio do Mato	0,601	0,640	0,729	0,432
<b>Total Território</b>	<b>0,624</b>	<b>0,649</b>	<b>0,732</b>	<b>0,490</b>
Total Estado	0,688	0,659	0,785	0,620

Fonte: ADHB – Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2002)

<sup>36</sup> Disponível em: <<http://serv-sdt-1.mda.gov.br/sit/territorio.php>>.

**Tabela 6**  
Índice de Gini

Município	Gini-Renda
Barra	0,68
Bom Jesus da Lapa	0,66
Brotas de Macaúbas	0,69
Carinhanha	0,60
Feira da Mata	0,61
Ibotirama	0,69
Igaporã	0,64
Malhada	0,56
Matina	0,62
Morpará	0,69
Muquém de São Francisco	0,62
Oliveira dos Brejinhos	0,66
Paratinga	0,67
Riacho de Santana	0,64
Serra do Ramalho	0,65
Sítio do Mato	0,63

Fonte: ADHB - Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (2002).

De acordo com as diretrizes do Programa federal, o processo de intervenção, mais especificamente as ações para mobilização dos “atores” do Território Velho Chico, como designado no programa, obedeceram aos mesmos procedimentos desenvolvidos nas Oficinas Estaduais. A oficina para nivelamento conceitual e constituição do conselho (CODETER) gestor, foi realizada em Bom Jesus da Lapa nos dias 10 e 11 de dezembro de 2003. De acordo com os documentos, a maioria das organizações representativas dos trabalhadores e dos treze municípios<sup>37</sup>, selecionados e pertencentes ao Território Velho Francisco, foram convocados a discutir os processos e conceitos de desenvolvimento sustentável de territórios rurais e a territorialização proposta. Nessa mesma oficina constituiu-se o CODETER (fórum territorial), com ampla participação dos movimentos de base, demonstrando, paradoxalmente, o baixo desenvolvimento sócio econômico do território, porém, uma dinâmica social contundente, haja vista a demora na definição dos municípios que comporiam este território.

Nos dias 4, 5 e 6 de novembro de 2005, realizou-se em Lençóis a “Oficina do I Modulo de Capacitação de Agentes de Desenvolvimento Territorial<sup>38</sup>”, com a

<sup>37</sup> Atualmente são 16 municípios. A primeira territorialização, definida em 2003, abarcava 13 municípios.

<sup>38</sup> A Secretária de Desenvolvimento Territorial-SDT vem desenvolvendo uma estratégia de apoio ao desenvolvimento sustentável de 99 territórios em todo o Brasil. A maioria destes encontra-se na Fase II- Gestão e Planejamento do Desenvolvimento, ou seja na formulação dos PDTRS, daí a necessidade de capacitação e assessoria técnicos/as aos atores envolvidos com a formulação de planos de desenvolvimento.

participação dos territórios da Chapada Diamantina, do Velho Chico, Piemonte do Paraguaçu, Irecê e Bacia do Rio Corrente. O objetivo principal era capacitar membros dos núcleos dirigentes e técnicos do CIAT e/ou CODETER (conselho gestor) na formulação, análise e implementação do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS); os específicos seriam: compreender a Gestão Social do desenvolvimento dos territórios rurais como um processo contínuo e de aprendizagem social; entender o planejamento como um processo dentro da gestão; conhecer as etapas do processo de planejamento; conhecer e dominar os elementos básicos que contém os produtos do processo de planejamento; entender os princípios orientadores do processo de planejamento; dominar técnicas e instrumentos que facilitem a comunicação, participação e a aprendizagem no processo de elaboração dos PDTRS.

Do Velho Chico participaram 5 representantes no CODETER. As dinâmicas, sinteticamente, se iniciaram com a expressão de expectativas dos representantes, depois foram apresentadas experiências na implementação dos planos territoriais e passos para a sua construção: conhecimento crítico da realidade, configuração espacial, aspectos históricos, aspectos geoambientais, população, organização social, estrutura agrária, aspectos econômicos, serviços sociais e de apoio à produção, infra-estrutura social e produtiva, cultura e lazer, envolvimento institucional. Ao final, os grupos apresentaram, respectivamente para cada território, seus planos, numa versão ainda preliminar.

Vale ressaltar que este documento – o relatório de acompanhamento - apresenta consideráveis manifestações dos participantes, representando conflitos da estrutura sócio-econômica que se está operacionalmente conjugando. Para nós, nesse momento, ele se configura como documento oficial para pesquisa. Fica evidente, ainda que seja com metodologias participativas, com base na dialogicidade e no construtivismo, mais uma vez estamos diante de um modelo de apropriação para o planejamento haja vista, como será desenvolvido mais à frente, o forte viés econômico-produtivo na implementação dos PTDRS, resultando no esforço de “adequação”, grosso modo, da produção familiar aos circuitos capitalistas.

## 4.2 O TERRITÓRIO VELHO CHICO E OS CSTR/ISTR DOS DSTR

Para examinar a compatibilidade entre os DSTR programado, ideal e efetivado de forma aplicada ao Território Velho Chico, iniciamos a avaliação com o Grupo de Resignificação Ruralidade (GRR) e, na seqüência, aplicamos o grupo definido como Sustentabilidade (GRS). Os GR Político-Institucional e Economia (trabalho) vêm a seguir complementando as informações sobre participação e desenvoltura (perfil) econômica, respectivamente. Na interação entre EN e GR há CSTR/ISTR que reforçam ou relativizam a condição rural do território Velho Chico, como também trazem, associados a estes, os CSRT/ISRT que ponderam o produto da gestão social (PTDRS), em termos de efetividade da sua incorporação no processo de planejamento pelo Fórum (no caso, CODETER), pelos sujeitos envolvidos.

### 4.2.1 Grupo Ruralidade (GRR)

Este Grupo de Resignificação demonstra uma necessidade de se incorporar a dimensão da ruralidade, cujos principais CSTR/ISTR são exigidos no EN Sócio-cultural-produtivo-ambiental. Dessa forma, a sua ocorrência, efetivação ou não - ou a ocorrência dos CSTR/ISTR que definem este Grupo de Resignificação - em maior número no EN Sócio-cultural-produtivo-ambiental ratificará a incompatibilidade entre um DSTR Programado e o Ideal, pois, de forma inversa e hierárquica, os outros GR devem ocorrer e serem efetivados em maior número nos EN ligados ao DSTR Programado: EN Gestão Social e EN Econômico-institucional.

É bom destacar aqui que para um DSTR Ideal não basta que no EN Sócio-cultural-produtivo-ambiental estejam presentes todos os CSTR/ISTR constituintes do GR Ruralidade, mas sim todos os GR. A diferença consiste, para os dois movimentos – tanto em direção ao DSTR Ideal como ao DSTR Programado -, na “carga” de CSTR/ISTR pertencentes a cada GR, o que vai definir o grau de participação destes grupos nos EN. Assim, mais uma vez, no caso do DSTR Ideal, todos os CSTR/ISTR do GR Ruralidade devem estar presentes no EN Sócio-cultural-produtivo-ambiental; como também uma boa parte daqueles CSTR/ISTR do GR Sustentabilidade e, em menor número, alguns CSTR/ISTR dos GR Político-



institucional e Economia (Trabalho). Um detalhe importante, para o caso do DTRS Ideal os CSTR/ISTR devem ser “testados” em relação aos três EN.

De acordo com a sistematização proposta, que deriva do Quadro de Elementos Nucleadores, o primeiro dos CSTR/ISTR a ser verificado é o percentual de representantes da sociedade civil e de comunidades rurais tradicionais na composição do CODETER, do Comitê Gestor Executivo, e do Núcleo Técnico (relação do número de instituições de pequenos produtores e movimentos sociais com relação ao total de instituições).

Observa-se que das 42 instituições que compõem o CODETER (Fórum Territorial), 15 são instituições públicas/financeiras; 10 representam comunidades tradicionais do território (indígenas, quilombolas, fundos de pasto, colônia de pescadores, educação do campo e cooperativas); 4 são OGN; 3 movimentos pela Reforma Agrária e 7 representantes de Sindicatos de Trabalhadores Rurais. Ou seja: com relação ao número de instituições que representam comunidades tradicionais no total de instituições que compõem o fórum (CODETER), tem-se uma participação de 24% do total das instituições que efetivamente participaram da implementação do PTDRS.

Na composição do Comitê Gestor Executivo (CGE) aparecem 19 instituições, com 9 instituições públicas/financeiras; 4 de comunidades tradicionais; 2 ONG; 1 instituição da Reforma Agrária (movimentos sociais); 2 instituições representativas da Federação dos Trabalhadores Rurais e uma ONG. O Núcleo Técnico já aparece com 4 instituições públicas/financeiras; 1 instituição representativa das comunidades tradicionais do território; 1 OGN; 1 instituição representativa dos Movimentos pela Reforma Agrária e; 1 instituição ligada às Federações dos Trabalhadores Rurais.

De acordo com os percentuais que foram levantados, percebe-se aqui que, primeiro: há superioridade no número de instituições ligadas à sociedade civil na composição das três instâncias de decisão avaliadas. Segundo, ao contrário do que acontece com o número de instituições ligadas às comunidades tradicionais, que vem decrescendo à medida que os subespaços de decisão no CODETER (Comitê Gestor Executivo e Núcleo Técnico) ganham importância técnica e deliberativa, o número de instituições públicas e financeiras se mantém constante. Para o DSTR Programado, que exige uma composição (nos três níveis) com uma maior participação das entidades ligadas à sociedade civil - e aí estão incluídas todas as entidades a ela ligadas (ONG, movimentos sociais, comunidades tradicionais etc) -,

o DSTR se efetiva. Para o DSTR Ideal, que prescindir da participação e atuação das comunidades tradicionais, não.

Em outras palavras: para o DSTR Programado admitimos que há efetividade desse CSTR/ISTR, pois o número de instituições ligadas à sociedade civil se mantém superior em mais de 50% às ligadas ao poder público, como programado.

Já para o DSTR Ideal, não há compatibilidade, pois, como colocamos, o número de instituições ligadas às comunidades tradicionais decresce - e participa com apenas 24% do total no CODETER – à medida que o grau de importância técnica nos subespaços (Comitê Gestor Executivo e Núcleo Técnico) de decisão aumenta.

Podemos esquematizar a informação da seguinte forma (ver quadro ao final): o CSTR/ISTR em questão é efetivado no EN Gestão Social e no EN Econômico-Institucional. Contudo, não é efetivado no EN Sócio-cultural-produtivo-ambiental. Com relação ao EN Econômico-institucional, na medida em que se mantêm, de um lado, instituições financeiras na composição do CODETER e subespaços, e por outro lado, instituições ligadas ao poder público sabidamente de fomento à produção (CODEVASF, EBDA, IBAMA, INCRA, CMDRS etc), percebe-se interações efetivas deste CSTR/ISTR com EN Econômico-institucional.

O CSTR/ISTR seguinte é o grau de ruralidade, aproveitado das contribuições do LEADER+ e da pesquisadora Ângela Kageyama, representado, para o nosso caso, pelo número total de municípios do território com até 15.000 habitantes; pelo número de municípios com população rural superior à urbana; pelo número de estabelecimentos, pessoal ocupado e o valor da produção em Estabelecimentos agropecuários com até 20 ha de área; pelo percentual das pessoas que vivem dispersas ou em povoados (localidades isoladas).

Do total de municípios que compõem o Território Velho Chico, sete apresentam populações com até 15 mil habitantes (Tabela 1 supracitada). Ou seja, praticamente 44% dos municípios do território. Com relação ao número de municípios com população rural superior à população urbana, cerca de 75% dos municípios aparecem com populações rurais superiores às urbanas.

Observando-se o número de estabelecimentos agropecuários com até 20ha (Tabelas 7 e 8) tem-se que dos 33.446 estabelecimentos, 17.673 têm até 20 ha de área, algo em torno de 53%. Esses mesmos estabelecimentos com até 20ha

respondem por 50,70% do pessoal ocupado em Estabelecimentos agropecuários e por 22,28% do valor da produção do território.

**Tabela 7**  
Estabelecimentos agropecuários, conforme os grupos de área

Municípios	Estabelecimentos (nº)								Total de Estab.
	Até 10 ha	Mais de 10 a 20 ha	Mais de 20 a 50 ha	Mais de 50 a 100 ha	Mais de 100 a 200 ha	Mais de 200 a 500 ha	Mais de 500 a 1000 ha	Mais de 1000 ha	
Barra	2.025	84	173	185	55	60	31	39	2.652
Bom Jesus da Lapa	1.662	348	509	280	152	108	38	29	3.126
Brotas de Macaúbas	593	337	266	101	38	19	1	-	1.355
Carinhanha	297	283	1.342	491	168	93	25	28	2.727
Feira da Mata	310	152	257	131	74	61	19	11	1.015
Ibotirama	562	142	182	107	61	33	13	23	1.123
Igaporã	836	291	256	159	76	45	2	1	1.666
Malhada	872	266	277	127	48	39	18	43	1.690
Matina	793	347	318	142	60	43	11	2	1.716
Morporá	87	99	156	89	63	39	14	24	571
Muquém de São	256	61	277	81	60	43	27	45	850
Oliveira dos Brejinhos	1.202	594	636	349	141	90	27	16	3.055
Paratinga	835	543	605	215	51	23	1	2	2.275
Riacho de Santana	2.177	762	833	381	181	115	36	19	4.504
Serra do Ramalho	541	126	3.651	263	88	23	5	7	4.704
Sítio do Mato	153	37	76	71	39	18	5	18	417
<b>Total do Território</b>	<b>13.201</b>	<b>4.472</b>	<b>9.814</b>	<b>3.172</b>	<b>1.355</b>	<b>852</b>	<b>273</b>	<b>307</b>	<b>33.446</b>
Total do Estado	401.734	98.456	110.086	43.210	22.301	14.777	4.796	3.563	698.923

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 1995/96

**Tabela 8**  
Perfil da estrutura fundiária

Grupos de área dos Estabelecimentos agropecuários	Participação no total (%)			
	Nº de Estab.	Área	Pessoal Ocupado	Valor da Produção
1. Até 10 hectares	39,47	2	37,19	15,24
2. Mais de 10 a 20 hectares	13,37	2,39	13,51	7,04
3. Sub - Total (1+2)	52,84	4,39	50,7	22,28
4. Mais de 20 a 50 hectares	29,34	11,06	26,78	16,89
5. Mais de 50 a 100 hectares	9,48	8,52	10,53	10,52
6. Sub - Total (3+4+5)	91,67	23,97	88	49,69
7. Mais de 100 a 200 hectares	4,05	7,19	4,83	7,17
8. Mais de 200 a 500 hectares	2,55	10,15	3,31	7,96
9. Sub - Total (7+8)	6,6	17,35	8,14	15,13
10. Mais de 500 a 1000 hectares	0,82	7,5	1,24	5,11
11. Mais de 1000 hectares	0,92	51,19	2,62	30,07
12. Sub - Total (10+11)	1,73	58,69	3,86	35,18

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 1995/96

Podemos considerar que a dimensão da ruralidade vem se confirmando com relação ao comportamento dos CSTR/ISTR aplicados até aqui. Essa característica, ao mesmo tempo que reforça a condição de ruralidade do território, correspondendo à ação programada, requer, por conta dos demais CSTR/ISTR desse GR, respostas

coerentes em termos de projetos no PTDRS para se efetivar um DSTR Ideal. Por tanto, até aqui, em parte, os CSTR/ISTR desse GR respondem positivamente às significações exigidas pelo EN Gestão Social e Econômico-institucional, mas não ao EN Sócio-cultural-produtivo-ambiental.

O percentual de pessoas que vivem em aglomerados isolados (Tabela 9) chega a 13% da população do território, 42.275 pessoas ou 9.516 domicílios particulares permanentes, diga-se de passagem, número bastante expressivo, o que reforça a condição do rural. Essa informação tomada isoladamente pode não expressar as características reais do seu contexto. Contudo, frente aos dados levantados, há certa coerência na associação deste indicador à ruralidade, pois, somente um território com fortes traços dessa característica possibilitaria a existência de tamanha diversidade de comunidades tradicionais e localidades ainda isoladas. Nesse aspecto, não efetividade por parte nem do DSTR Programado e nem do DSTR Ideal, pois não se viu menção a essas localidades no PTDRS, tão pouco na relação de projetos listados neste documento.

**Tabela 9**

Aglomerados por ordem alfabética, segundo o município e distrito a que pertence ou pertencia no ano censitário

Município / Distrito	Região Econômica <sup>1</sup>	Aglomerado	População	Domicílios particulares permanentes
Barra / sede	14	Barro Vermelho	536	100
Barra / sede	14	Canudos	435	93
Barra / sede	14	Currálinho	625	138
Barra / sede	14	Juá	237	55
Barra / sede	14	Pau d'Arco	296	49
Barra / sede	14	Porto de Palha	277	52
Barra / sede	14	Sambaíba	256	51
Barra / sede	14	Wanderlei	1.053	187
Barra / Igarité	14	Torrinha	229	44
Bom Jesus da Lapa / sede	14	Bandeira	463	81
Bom Jesus da Lapa / sede	14	Brejo	0	0
Bom Jesus da Lapa / sede	14	Favelândia	576	154
Carinhanha / sede	14	Barrinha	642	139
Carinhanha / Barra da Parateca	14	Agrovia 15	1.365	274
Carinhanha / Barra da Parateca	14	Agrovia 16	1.173	240
Carinhanha / Barra da Parateca	14	Agrovia 23	978	192
Carinhanha / Barra da Parateca	14	Angico	826	188
Ibotirama / sede	14	Ald. In. Tuxá	534	114
Ibotirama / sede	14	Canabrava	241	57
Ibotirama / Boa Vista do Lagamar	14	Lagamar	267	68

Fonte: SEI - Pesquisa Povoados da Bahia[1] (1980/2000)

(continua)

Município / Distrito	Região Econômica <sup>1</sup>	Aglomerado	População	Domicílios particulares permanentes
Malhada / Parateca	14	Julião	2.288	414
Serra do Ramalho / sede	14	Agrovila 08	1.229	257
Muquém do São Francisco / sede	14	Boa Vista do	708	135
Muquém do São Francisco / sede	14	Fazenda Grande	334	73
Muquém do São Francisco / sede	14	Limoeiro	950	217
Muquém do São Francisco / sede	14	Pirajiba	211	48
Paratinga / sede	14	Volta da Serra	471	112
Riacho de Santana / sede	14	Laguna	366	88
Riacho de Santana / sede	14	Santa Rita	278	66
Riacho de Santana / sede	14	Santana	612	141
Riacho de Santana / sede	14	Vesperina	524	125
Serra do Ramalho / sede	14	Agrovila 01	1.350	252
Serra do Ramalho / sede	14	Agrovila 02	1.836	364
Serra do Ramalho / sede	14	Agrovila 03	1.286	282
Serra do Ramalho / sede	14	Agrovila 04	1.092	228
Serra do Ramalho / sede	14	Agrovila 05	1.455	297
Serra do Ramalho / sede	14	Agrovila 06	1.193	258
Serra do Ramalho / sede	14	Agrovila 07	1.591	320
Serra do Ramalho / sede	14	Agrovila 08	1.229	257
Serra do Ramalho / sede	14	Agrovila 10	1.661	334
Serra do Ramalho / sede	14	Agrovila 11	935	211
Serra do Ramalho / sede	14	Agrovila 12	1.217	274
Serra do Ramalho / sede	14	Agrovila 13	1.042	221
Serra do Ramalho / sede	14	Agrovila 14	1.056	218
Serra do Ramalho / sede	14	Agrovila 17	839	165
Serra do Ramalho / sede	14	Agrovila 18	1.017	206
Serra do Ramalho / sede	14	Agrovila 19	426	98
Serra do Ramalho / sede	14	Agrovila 20	773	164
Serra do Ramalho / sede	14	Agrovila 21	832	167
Serra do Ramalho / sede	14	Agrovila 22	962	205
Serra do Ramalho / sede	14	Barreiro Grande	216	44
Serra do Ramalho / sede	14	Boa Vista	319	56
Serra do Ramalho / sede	14	Mata Verde	180	36
Serra do Ramalho / sede	14	Tabuleiro	228	47
Serra do Ramalho / sede	14	Taquarínópolis	225	49
Sítio do Mato / sede	14	Fátima	320	57
Sítio do Mato / Gameleira da Lapa	14	Ilhas	296	53
Feira da Mata / sede	14	Ramalho	640	140
Oliveira dos Brejinhos / Bom Sossego	12	Campo Formoso	970	236
Oliveira dos Brejinhos / Bom Sossego	12	Flora	151	34
Oliveira dos Brejinhos / Bom Sossego	12	Queimada Nova	515	136
Oliveira dos Brejinhos / Ipuçaba	12	Boa Esperança	226	58
Oliveira dos Brejinhos / Ipuçaba	12	Brejinho da Serra	323	85
Oliveira dos Brejinhos / Ipuçaba	12	Cana Brava	499	112
Oliveira dos Brejinhos / Ipuçaba	12	Poços	222	61
Oliveira dos Brejinhos / sede	12	Chapada do Arroz	307	69
Oliveira dos Brejinhos / sede	12	Riacho Frio	95	27
<b>Total Território</b>			<b>45.275</b>	<b>9.516</b>

Fonte: SEI - Pesquisa Povoados da Bahia[1] (1980/2000)

<sup>[1]</sup> [http://www.sei.ba.gov.br/bahia\\_sintese/index\\_bs\\_povoados\\_ba.php](http://www.sei.ba.gov.br/bahia_sintese/index_bs_povoados_ba.php)

O percentual de estabelecimentos agropecuários por grupos de atividade econômica (Tabela 10) revela que praticamente 47% dos estabelecimentos desenvolvem a pecuária, com forte presença da caprinovinocultura, e 30% estão envolvidos com lavouras temporárias. Além disso, mais de 17% dos Estabelecimentos agropecuários desenvolvem a chamada produção mista (lavoura e pecuária). Atividades como hortifruti e produtos de viveiro; silvicultura e exploração florestal, comuns à produção familiar, envolvem 485 Estabelecimentos agropecuários, cerca 1,5% dos Estabelecimentos agropecuários do território.

**Tabela 10**  
Estabelecimentos agropecuários por grupo de atividade econômica

Municípios	Total de Estab. Rurais	Estabelecimentos agropecuários Por Grupos de Atividade Econômica							
		Lavoura Temp.	Hort. e Produtos de Viveiro	Lavoura Perman.	Pecuária	Prod. Mista (Lavoura e Pecuária)	Silvic. Expl. Flor.	Pesca e Aqüicultura	Carvão Vegetal
Barra	2.655	1.521	27	311	447	332	14	3	-
Bom Jesus da Lapa	3.126	1.290	17	135	999	623	12	-	50
Brotas de Macaúbas	1.356	494	5	39	449	338	31	-	-
Carinhanha	2.727	562	1	7	1.423	356	81	1	296
Feira da Mata	1.015	130	-	-	733	140	12	-	-
Ibotirama	1.123	499	24	24	331	234	9	2	-
Igaporã	1.666	570	7	22	539	495	33	-	-
Malhada	1.690	784	3	2	679	177	33	1	11
Matina	1.716	790	-	-	566	264	1	-	95
Morporá	571	25	-	1	457	76	12	-	-
Muquém de São	850	134	1	3	556	152	4	-	-
Oliveira dos Brejinhos	3.055	542	1	78	1.945	397	91	-	1
Paratinga	2.275	421	-	2	1.169	679	4	-	-
Riacho de Santana	4.504	886	12	30	2.135	970	24	-	447
Serra do Ramalho	4.704	1.310	-	5	2.963	397	26	-	3
Sítio do Mato	417	38	-	-	300	79	-	-	-
<b>Total do Território</b>	<b>33.450</b>	<b>9.996</b>	<b>98</b>	<b>659</b>	<b>15.691</b>	<b>5.709</b>	<b>387</b>	<b>7</b>	<b>903</b>
Total do Estado	699.126	241.831	7.122	105.228	219.714	104.629	17.866	238	2.498

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 1995/96

O grau de feminilidade rural (Tabela 11), representado pela relação entre o número de mulheres e homens ocupados nos Estabelecimentos agropecuários, revela que das 118.390 pessoas ocupadas em Estabelecimentos agropecuários 74.851 são homens (63,2%) e 43.539 mulheres (36,8%). Fato que demonstra o quão rural é o Território Velho Chico, pois, sabe-se que a mulher desempenha papéis diversificados e importantíssimos nas unidades de produção familiar, como o artesanato. Nesse sentido, não há no PTDRS projetos que valorizem questões de gênero.

**Tabela 11**

## Pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários, conforme o sexo

Municípios	Total Geral	Pessoas Ocupadas			
		Homens		Mulheres	
		Abs.	%	Abs.	%
Barra	12.148	7.317	60,2	4.831	39,8
Bom Jesus da Lapa	12.407	7.885	63,6	4.522	36,4
Brotas de Macaúbas	3.973	2.618	65,9	1.355	34,1
Carinhanha	9.036	6.179	68,4	2.857	31,6
Feira da Mata	3.555	2.138	60,1	1.417	39,9
Ibotirama	4.155	2.580	62,1	1.575	37,9
Igaporã	5.616	3.491	62,2	2.125	37,8
Malhada	6.650	4.187	63,0	2.463	37,0
Matina	5.500	3.111	56,6	2.389	43,4
Morporá	2.765	1.524	55,1	1.241	44,9
Muquém de São	3.463	2.296	66,3	1.167	33,7
Oliveira dos Brejinhos	9.574	6.105	63,8	3.469	36,2
Paratinga	9.523	5.531	58,1	3.992	41,9
Riacho de Santana	16.833	9.921	58,9	6.912	41,1
Serra do Ramalho	12.146	9.271	76,3	2.875	23,7
Sítio do Mato	1.046	697	66,6	349	33,4
<b>Total do Território</b>	<b>118.390</b>	<b>74.851</b>	<b>63,2</b>	<b>43.539</b>	<b>36,8</b>
Total do Estado	2.508.590	1.575.989	62,8	932.601	37,2

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 1995/96

A porcentagem de projetos sócio-culturais contemplados no PTDRS com relação ao total de projetos<sup>39</sup> mostra que dos 554 implementados no PTDRS, 12 são projetos considerados sócio-culturais, 2,5% do total de projetos implementados. Observando-se a relação entre o custo total e o custo dos projetos sócio-culturais vemos que de um total de R\$ 26.987.780 reais, R\$ 2.335.280 reais foram destinados a projetos sócio-culturais, cerca de 9% do total dos projetos do Território Velho Chico. Isso demonstra e ratifica o viés econômico-produivo da intervenção que vimos comentando ao longo do trabalho.

Assim, quando observamos o número de municípios, com relação ao total do território onde se localizam comunidades tradicionais (quilombolas, fundo de pasto, comunidades dos brejos e comunidades indígenas), vê-se que em dois municípios há a presença de comunidades de Fundo de Pasto, representando 14 comunidades-associações, mais de 450 famílias; oito municípios com a presença de comunidades Quilombolas, representando 61 comunidades, mais de 5.440 famílias; um município com presença de comunidades dos Brejos, 47 comunidades, cerca de 6.000 famílias e; três municípios com presença de comunidades Indígenas, 3 aldeias representando mais de 6.000 famílias. Ao final, temos que em 14 municípios, dos 16,

<sup>39</sup> Projetos que valorizem a identidade local: sejam produtivos (inovações) e/ou culturais (manifestações culturais).

há presença de comunidades tradicionais, praticamente 86% do total dos municípios do Território Velho Chico. Fato que destoa da dinâmica de participação demonstrada no parágrafo acima.

Nessas condições o DSTR Programado é confirmado, pois os CSTR/ISTR deste Grupo de Resignificação Ruralidade (GRR) território cumprem com a condição de ruralidade programada, e da participação, em certa medida, pois houve uma construção “participativa” do PTDRS, portanto, DSTR Programado se efetiva. Porém, não há compatibilidade entre este DSTR e o DSTR Ideal, pois a maior parte dos CSTR/ISTR deste grupo não se efetivou no EN Sócio-cultural-ambiental.

Como visto, este grupo tem uma forte relação com o Elemento Nucleador Sociocultural-ambiental, não por acaso CSTR/ISTR que, se efetivados, respondem à condição de ruralidade (aspectos físicos, produtivos, demográficos e culturais) exigida por um DSTR Ideal. Isso não exclui a presença, necessária, desse e de outros Grupos de Resignificação nos outros Elementos Nucleadores. O que deve ser compreendido aqui é que a condição de DSTR Ideal prescinde da participação e efetivação de todos os indicadores do Grupo Ruralidade no Elemento Nucleador Sociocultural, e que, nesses termos, o território Velho Chico é um território rural e, conseqüentemente, de relações sociais e econômicas formadoras da ruralidade do território.

#### **4.2.2 Grupo Sustentabilidade**

De acordo com os CSTR/ISTR selecionados para verificar questões ambientais no território, tem-se que dos 33.450 estabelecimentos rurais do território 30.905 são estabelecimentos classificados como familiares, cerca de 92,4% do total de Estabelecimentos agropecuários (Tabela 12). Essa relação é importante para mostrar que, teoricamente, as boas práticas com relação ao meio ambiente, naturalmente residem nesse tipo de organização social da produção, ou seja, aquela que diversifica os seus cultivos, imprimindo uma relação mais sustentável com a natureza.

**Tabela 12**



## Agricultura Familiar

Municípios	Nº de Estab. Familiares	Destino dos Estabelecimentos Familiares Conforme a Renda							
		Quase Sem Renda		Renda Baixa		Renda Média		Maiores Rendas	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Barra	2.142	1.298	60,6	452	21,1	331	15,5	61	2,8
Bom Jesus da Lapa	2.506	1.625	64,8	504	20,1	313	12,5	64	2,6
Brotas de Macaúbas	2.403	636	26,5	375	15,6	72	3,0	1.320	54,9
Carinhanha	1.926	1.078	56,0	406	21,1	356	18,5	86	4,5
Feira da Mata	941	433	46,0	213	22,6	236	25,1	59	6,3
Ibotirama	1.030	587	57,0	234	22,7	174	16,9	35	3,4
Igaporã	1.577	1.098	69,6	262	16,6	166	10,5	51	3,2
Malhada	1.548	1.197	77,3	182	11,8	136	8,8	33	2,1
Matina	1.680	1.283	76,4	206	12,3	142	8,5	49	2,9
Morpará	513	188	36,6	164	32,0	134	26,1	27	5,3
Muquém do São	572	303	53,0	114	19,9	118	20,6	37	6,5
Oliveira dos	2.943	1.450	49,3	797	27,1	604	20,5	92	3,1
Paratinga	2.134	1.108	51,9	574	26,9	399	18,7	53	2,5
Riacho de Santana	4.320	3.092	71,6	719	16,6	414	9,6	95	2,2
Serra do Ramalho	4.289	3.185	74,3	547	12,8	455	10,6	102	2,4
Sítio do Mato	381	213	55,9	78	20,5	72	18,9	18	4,7
<b>Total do Território</b>	<b>30.905</b>	<b>18.774</b>	<b>60,7</b>	<b>5.827</b>	<b>18,9</b>	<b>4.122</b>	<b>13,3</b>	<b>2.182</b>	<b>7,1</b>
Total do Estado	623.130	385.610	61,9	113.927	18,3	95.957	15,4	27.636	4,4

Fonte: Secretaria de Agricultura Familiar (SAF); Banco de Dados da Agricultura Familiar (SADE); Censo Agropecuário 1995/96.

Com relação à utilização das terras (Tabela 13, 14 e 15), 842.101ha de um total de 2.399.485ha utilizados no território são matas nativas, representando 37% da área total. São 519.833ha de pastagens nativas, cerca de 22,8% do total; e 3.690ha de lavouras permanentes contra 115.908ha de lavouras temporárias, 0,16% e 5% respectivamente do total de terras utilizadas no território. Nota-se que o território ainda traz áreas “inexploradas”, fato que, associado à existência de extensa área de pastagens nativas, comuns aos fundos de pasto, pode ser indicativo de uma dinâmica sócio-produtiva comum a lugares onde ainda há forte manifestação da cultura de comunidades tradicionais. Não se vê aqui a efetivação de DSTR Ideal, pois o plano não apresenta projetos, que se verá mais a frente, com preocupação na manutenção dessas áreas ou seu aproveitamento e acordo com essas características.

Ademais, quando se observa a área ocupada pelas diferentes atividades agropecuárias, nota-se a presença de uma maior área envolvida com lavouras temporárias quando comparada com a área utilizada com as lavouras ditas permanentes, que apresenta pequena extensão. Em números absolutos, são 23.440ha utilizados nas lavouras permanentes contra 232.208ha das temporárias.

Condição que reforça a argumentação de ser um indicativo da existência de comunidades tradicionais.

**Tabela 13**  
Área ocupada pelas diferentes atividades econômicas

Municípios	Área total ocupada (ha)	Área conforme a atividade (ha)							
		Lavoura Temp.	Hort. e Produtos de Viveiro	Lavoura Perman.	Pecuária	Prod. Mista (Lavoura e Pecuária)	Silvic.	Pesca e Aqüicultura	Exp. do Carvão Vegetal
Barra	343.037	21.730	56	15.150	290.634	15.264	199	4	-
Bom Jesus da Lapa	256.134	24.516	451	2.656	199.709	16.762	1.604	-	10.436
Brotas de Macaúbas	32.351	8.351	64	884	15.149	6.470	1.433	-	-
Carinhanha	205.496	25.373	3	130	131.720	17.889	4.430	2	25.949
Feira da Mata	85.140	3.576	-	-	73.461	7.717	386	-	-
Ibotirama	79.122	11.150	279	1.386	54.478	11.525	296	8	-
Igaporã	48.357	13.056	290	1.091	20.722	12.662	536	-	-
Malhada	198.789	36.611	10	27	145.841	14.783	610	4	903
Matina	55.660	18.303	-	-	25.937	7.770	10	-	3.640
Morporá	129.985	1.029	-	2	120.252	8.356	346	-	-
Muquém de São	230.647	2.362	3	24	205.266	15.367	7.625	-	-
Oliveira dos Brejinhos	152.765	9.057	200	952	130.989	8.994	2.333	-	240
Paratinga	69.822	7.664	-	40	48.902	13.007	209	-	-
Riacho de Santana	190.585	13.160	155	1.053	128.026	17.397	3.469	-	27.325
Serra do Ramalho	151.920	26.929	-	45	113.793	10.513	580	-	60
Sítio do Mato	169.675	9.341	-	-	149.220	11.114	-	-	-
<b>Total do Território</b>	<b>2.399.485</b>	<b>232.208</b>	<b>1.511</b>	<b>23.440</b>	<b>1.854.099</b>	<b>195.590</b>	<b>24.066</b>	<b>18</b>	<b>68.553</b>
Total do Estado	29.842.901	5.229.518	109.081	2.855.726	17.075.518	3.401.456	908.986	3.210	259.406

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 1995/96

**Tabela 14**  
Comparativo sobre a utilização da área, conforme a atividade econômica.

Categoria do trabalhador	Destinação da área			
	Território		Estado	
	ha	%	ha	%
1. Lavoura Temporária	232.208	9,7	5.229.518	17,5
2. Horticultura e produção	1.511	0,1	109.081	0,4
3. Lavoura permanente	23.440	1,0	2.855.726	9,6
4. Pecuária	1.854.099	77,3	17.075.518	57,2
5. Produção mista	195.590	8,2	3.401.456	11,4
6. Silvicultura	24.066	1,0	908.986	3,0
7. Pesca e aqüicultura	18	0,0	3.210	0,0
8. Carvão vegetal	68.553	2,9	259.406	0,9
<b>Total</b>	<b>2.399.485</b>	<b>100,0</b>	<b>29.842.901</b>	<b>100,0</b>

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 1995/96

**Tabela 15**  
Utilização das terras

Municípios	Utilização da Terra ( hectares )							
	Culturas		Pastagens		Matas e Florestas		Em Descanso	Prudut. Não Utiliz.
	Perm.	Temp.	Nat.	Plant.	Nat.	Plant.		
Barra	500	5.177	114.342	25.039	166.968	129	2.421	16.836
Bom Jesus da Lapa	1.873	11.709	68.223	55.487	74.564	1.264	18.639	12.298
Brotas de Macaúbas	111	2.863	5.005	7.985	7.287	85	1.524	4.852
Carinhanha	139	12.639	29.418	45.392	81.968	571	5.514	25.337
Feira da Mata	14	3.244	18.438	33.662	14.891	271	745	271
Ibotirama	119	3.797	15.572	9.445	30.278	383	3.413	5.961
Igaporã	101	4.865	7.392	13.674	7.041	280	2.747	7.067
Malhada	97	12.965	55.280	51.791	52.912	153	9.958	5.998
Matina	22	5.719	8.624	10.463	9.860	228	4.375	9.027
Morporá	4	3.061	11.094	14.403	84.106	132	4.357	11.522
Muquém de São Francisco	55	8.097	50.211	76.172	74.821	157	5.148	11.962
Oliveira dos Brejinhos	315	7.893	37.289	28.713	51.591	238	6.975	9.591
Paratinga	103	7.910	9.636	16.119	20.842	236	4.965	5.594
Riacho de Santana	123	11.090	22.350	28.079	75.030	1.004	15.213	22.095
Serra do Ramalho	81	13.223	51.498	37.029	32.021	575	5.512	9.676
Sítio do Mato	33	1.656	15.461	80.748	57.921	15	779	12.002
<b>Total do Território</b>	<b>3.690</b>	<b>115.908</b>	<b>519.833</b>	<b>534.201</b>	<b>842.101</b>	<b>5.721</b>	<b>92.285</b>	<b>170.089</b>
Total do Estado	1.348.743	2.541.086	7.836.814	6.652.955	6.839.132	297.429	947.919	2.193.781

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 1995/96

Dentre aqueles estabelecimentos agropecuários com informação, entre outras, de práticas de conservação do solo (Tabela 16), apenas 4% do total de Estabelecimentos agropecuários do território disseram realizar sistematicamente tal manejo. Isso também pode significar, de maneira inversa, práticas de manejo tradicionais, histórica e naturalmente consagradas por diversificarem seus cultivos, padrão típico de uma organização social da produção de base familiar, ou seja, de uma associação entre uma produção “comercial” e lavouras de subsistência. Essa média, contudo, ainda é maior que a do Estado, que está em torno de 3% dos estabelecimentos.

**Tabela 16**

Estabelecimentos com informação de uso de assistência técnica, irrigação, adubos e corretivos, controle de pragas e doenças, conservação do solo, energia elétrica, segundo municípios

Municípios	Estabelecimentos com declaração de uso de:					
	Assistência técnica	Adubos e corretivos	Controle de pragas e doenças	Conservação do solo	Irrigação	Energia elétrica
Barra	66	781	713	6	159	60
Bom Jesus da Lapa	541	507	1 942	43	482	143
Brotas de Macaúbas	8	33	932	7	28	19
Carinhanha	79	43	1 939	19	38	63
Feira da Mata	22	34	893	13	57	91
Ibotirama	26	155	707	6	151	247
Igaporã	20	52	1 136	13	14	201
Malhada	90	83	1 173	15	62	116
Matina	19	9	1 435	4	4	91
Morpará	4	5	528	2	3	63
Muquém de São	15	37	647	4	31	21
Oliveira dos Brejinhos	45	23	1 831	15	129	48
Paratinga	165	31	1 858	59	54	57
Riacho de Santana	192	106	2 996	221	52	465
Serra do Ramalho	68	79	3 580	42	106	191
Sítio do Mato	17	6	286	1	8	115
<b>Total Território</b>	<b>1.377</b>	<b>1.984</b>	<b>4.706</b>	<b>470</b>	<b>1.378</b>	<b>1.991</b>
Total Estado	31 737	162 099	388 027	21 320	33 876	89 987

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 1995/96 Censo Agropecuário de 1995-1996

O percentual de domicílios com “saneamento básico adequado” gira em torno de 42% e 5,2%, representando o abastecimento de água e o esgotamento sanitário, respectivamente. Na verdade, o território apresenta praticamente 50% dos domicílios em situação de pobreza (Tabela 17). A média do território é ainda maior que a do Estado, cerca de 33%. No território, 10 dos 16 municípios apresentam médias acima dos 50%. Direta ou indiretamente isso significa pressão sobre os recursos naturais do território.

De acordo com o PTDRS são 51 assentamentos no território somando um total de 8.026 famílias; e um total de 27 acampamentos, chegando a 1.334 famílias. O território, aliás, apresenta graves conflitos pela posse da terra.

O município de Sítio do Mato é aquele com o maior número de assentamentos no território: são onze, com 1.028 famílias assentadas. Na seqüência aparecem os municípios de Barra e Bom Jesus da Lapa ambos com nove assentamentos, pouco mais de 1.500 famílias assentadas em cada um dos municípios. Na terceira colocação aparece Carinhanha com sete assentamentos, pouco mais de mil

famílias. O restante dos municípios apresenta em média de 1 a 4 assentamentos, com forte variação no número de famílias por assentamento.

**Tabela 17**  
Domicílios em situação de pobreza\*

Municípios	Domicílios Totais (1)	Domicílios Pobres*	
		Q (2)	% (2/1)
Barra	8.713	3.999	45,9
Bom Jesus da Lapa	11.833	4.070	34,4
Brotas de Macaúbas	3.260	1.346	41,3
Carinhanha	5.742	3.290	57,3
Feira da Mata	1.464	732	50
Ibotirama	5.756	2.291	39,8
Igaporã	3.297	1.784	54,1
Malhada	3.071	1.585	51,6
Matina	2.190	1.264	57,7
Morpará	2.114	911	43,1
Muquém do São	1.912	958	50,1
Oliveira dos Brejinhos	5.128	2.625	51,2
Paratinga	5.773	2.754	47,7
Riacho de Santana	6.464	3.911	60,5
Serra do Ramalho	6.814	3.720	54,6
Sítio do Mato	4.146	2.172	52,4
<b>Total Território</b>	<b>77.677</b>	<b>37.412</b>	<b>48,2</b>
Total Estado	3.214.292	1.070.359	33,3

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000

\* Saneamento inadequado e cujos responsáveis têm renda de até 1 SM/mês e freqüentaram escola por menos de 4 anos.

Os municípios de Ibotirama, Muquém do São Francisco, Sítio do Mato e Feira da Mata apresentam o maior número de acampamentos. Juntos esses municípios concentram aproximadamente 60% das 1.334 famílias acampadas no território. Nas duas situações, acampados e assentados, há pressão para abertura de novas áreas para assentamento e produção dessas populações rurais itinerantes.

Quando observamos a porcentagem de projetos ambientais contemplados no PTDRS com relação ao total de projetos, temos que dos 549 projetos previstos no PTDRS, 20 são ditos ambientais ("Eixo Aglutinador Conservação e uso Racional dos Recursos Naturais"), apenas 3,6%. Número bastante pequeno quando se enumeram os vários problemas ambientais apresentados no PTDRS.

Essas questões remetem à pressão antrópica sobre os recursos naturais, fato que potencializa a degradação ambiental. Este GR, segundo em grau de importância

para um DSTR Ideal, ocorre nos EN Sócio-cultural-produtivo ambiental e Gestão Social, não sendo, no entanto, efetivado no primeiro.

#### **4.2.3 Grupo Político-Institucional**

Este grupo também nos ajuda a selecionar territórios sob a intervenção do Programa que já tenham algum avanço no que diz respeito às orientações da Metodologia Comum. Ou seja: para a Metodologia Comum, a implementação das ações programadas define o grau de desenvolvimento que o território se encontra. No processo de desenvolvimento do Território Velho Chico constata-se a realização das etapas: fórum (CODETER) constituído, bem como suas estruturas internas (CGE e Núcleo Técnico); Estudo Propositivo de dinamização da Base Econômica (EP) e Plano Safra Territorial (PST), que são os instrumentos ditos de gestão e controle social, já implementados. Este grupo tem forte participação no EN Gestão Social, pois trata especificamente da avaliação das etapas programadas da gestão social: organização, planejamento e controle social.

Com relação à representatividade por dentro dos Fóruns, constatou-se que mais da metade de sua composição é da sociedade civil organizada. Outros CSTR/ISTR, que também constituem esse grupo, já foram contempladas anteriormente no GR, a maior parte sem a devida efetivação para um DSTR Ideal.

#### **4.2.4 Grupo Economia (trabalho)**

Por fim, temos o grupo Economia (trabalho), cuja dinâmica e perfil das atividades, hierarquicamente, também ajudam a classificar, ou não, o Território Velho Chico como um território com características rurais do ponto de vista da dinâmica da economia, além de qualificar as decisões, do CODETER, com relação aos projetos a serem implementados, o que diversifica a significância do grupo no EN.

Nesse sentido, é interessante verificar o percentual de projetos ligados à produção familiar nos PTDRS com relação ao total de projetos: são 513 projetos ligados à produção familiar de um total de 549, cerca de 94% dos projetos. Aqui, contemplam-se em certa medida o Elemento Nucleador Econômico-institucional.

Outro CSTR/ISTR é a relação entre o valor da produção familiar e o valor da produção das culturas com perfil patronal (Tabela 18), ou melhor: observar em quantos municípios o valor da produção da agricultura familiar é superior ao valor da produção da agricultura patronal. Nesse sentido, verifica-se que dos dezesseis municípios, onze apresentam valores de produção familiar superiores aos da agricultura patronal, cerca de 69% dos municípios. Dessa forma, há coerência entre o que foi planejado e a realidade do território.

**Tabela 18**  
Valor anual da produção animal e vegetal, por tipo de atividade econômica

Município	VAP Total (R\$ mil)	Produção Animal			Produção Vegetal			
		De Grande Porte	De Medio Porte	Aves e Pequenos Animais	Lavouras Permanentes	Lavouras Temporárias	Fruticultura e Horticultura	Silvic. E Expl. Florestal
Barra	3.333	1.351	87	132	284	1.400	30	49
Bom Jesus da Lapa	6.582	2.797	88	224	707	2.335	203	228
Brotas de Macaúbas	2.587	751	50	111	109	688	10	868
Carinhanha	5.904	2.122	61	250	40	1.478	24	1.929
Feira da Mata	2.094	1.386	87	128	8	367	4	114
Ibotirama	2.213	846	37	152	52	997	99	30
Igaporã	2.128	800	36	182	67	959	25	59
Malhada	6.250	2.930	70	82	28	3.066	4	70
Matina	1.537	531	32	135	-	527	-	312
Morporá	1.174	818	35	95	28	153	-	45
Muquém de São	6.773	5.621	60	168	19	664	26	215
Oliveira dos Brejinhos	4.374	2.477	349	223	130	1.072	3	120
Paratinga	2.868	1.505	110	230	14	991	6	12
Riacho de Santana	5.131	2.090	139	340	80	756	20	1.706
Serra do Ramalho	5.074	3.717	71	92	21	1.164	3	6
Sítio do Mato	6.392	5.660	21	74	26	610	-	1
<b>Total do Território</b>	<b>64.414</b>	<b>35.402</b>	<b>1.333</b>	<b>2.618</b>	<b>1.613</b>	<b>17.227</b>	<b>457</b>	<b>5.764</b>
Total do Estado	2.102.241	554.328	52.632	97.667	575.890	677.490	48.261	95.973

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 1995/96; Secretaria de Agricultura Familiar (SAF) – Banco de Dados da Agricultura Familiar (SADE)

Para reforçar o que foi dito acima, outro CSTR/ISTR útil é comparar o valor anual bruto da produção animal e vegetal conforme os grupos de área dos estabelecimentos (Tabela 19), observando o número de municípios onde o valor da produção é maior nos grupos de área com até 50ha, com relação ao restante dos grupos. Estes grupos de área, somados, como critério avaliativo, devem ultrapassar em no mínimo 50% o valor total anual da produção animal e vegetal com relação aos grupos de área restantes. Nesse sentido, oito dos dezesseis municípios que compõem o território, exatos 50%, encontram-se nessa situação. A tentativa aqui é a de mostrar que a pequena produção, com características mais próximas do “artesanal” é tão lucrativa quanto à atividade patronal, sabidamente beneficiada por isenções de impostos etc.

**Tabela 19**

Valor anual bruto da produção animal e vegetal, conforme os grupos de área dos estabelecimentos.

Municípios	VABP Animal e Vegetal ( R\$ 1.000,00 )								Total
	Até 10 ha	Mais de 10 a 20 ha	Mais de 20 a 50 ha	Mais de 50 a 100 ha	Mais de 100 a 200 ha	Mais de 200 a 500 ha	Mais de 500 a 1000 ha	Mais de 1000 ha	
Barra	1.517	144	281	257	109	216	138	670	3.332
Bom Jesus da Lapa	1.889	331	499	582	451	901	546	1.382	6.581
Brotas de	748	590	580	261	294	86	28	-	2.587
Carinhanha	173	186	1.165	1.079	615	703	368	1.615	5.904
Feira da Mata	241	121	404	329	260	265	175	298	2.093
Ibotirama	828	185	297	213	227	208	85	170	2.213
Igaporã	517	329	412	341	246	219	3	61	2.128
Malhada	420	259	397	484	206	676	254	3.554	6.250
Matina	318	235	346	248	122	170	93	5	1.537
Morporá	93	99	225	162	183	98	76	238	1.174
Muquém de São	286	133	461	279	456	347	820	3.991	6.773
Oliveira dos	1.013	687	953	653	358	329	146	234	4.373
Paratinga	643	556	851	384	137	132	3	164	2.870
Riacho de Santana	889	560	912	759	497	534	312	669	5.132
Serra do Ramalho	167	94	2.993	582	344	150	144	597	5.071
Sítio do Mato	71	28	105	162	111	96	100	5.719	6.392
<b>Total do Território</b>	<b>9.813</b>	<b>4.537</b>	<b>10.881</b>	<b>6.775</b>	<b>4.616</b>	<b>5.130</b>	<b>3.291</b>	<b>19.367</b>	<b>64.410</b>
Total do Estado	380.674	186.812	297.216	217.641	197.581	221.791	146.375	453.986	2.102.076

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 1995/96; Secretaria de Agricultura Familiar (SAF) – Banco de Dados da Agricultura Familiar (SADE)

É importante observar (Tabela 20) também quantos municípios apresentam, em até 50ha, maior número de ocupados com relação aos outros grupos de área restantes (considerando o mesmo critério avaliativo: devem ultrapassar em pelo 50% do total). Nesse quesito, todos os 16 municípios (100%) apresentam maior número de pessoas ocupadas naqueles grupos de área com até 50ha.

**Tabela 20**

Pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários, conforme os grupos de área.

Municípios	Pessoal ocupado (trabalhadores)								Total
	Até 10 ha	Mais de 10 a 20 ha	Mais de 20 a 50 ha	Mais de 50 a 100 ha	Mais de 100 a 200 ha	Mais de 200 a 500 ha	Mais de 500 a 1000 ha	Mais de 1000 ha	
Barra	8.840	400	760	899	271	300	218	454	12.142
Bom Jesus da Lapa	5.456	1.350	2.111	1.189	734	492	222	853	12.407
Brotas de Macaúbas	1.569	994	800	363	152	86	7	-	3.971
Carinhanha	741	897	4.086	1.884	753	378	121	176	9.036
Feira da Mata	870	474	969	517	269	283	83	90	3.555
Ibotirama	1.931	562	736	443	203	115	86	79	4.155
Igaporã	2.648	993	839	624	277	215	6	16	5.618
Malhada	2.799	1.055	1.163	603	318	314	97	301	6.650
Matina	2.461	1.128	1.045	462	218	118	30	38	5.500
Morporá	424	460	752	445	317	175	66	126	2.765
Muquém de São	916	204	804	344	300	243	163	489	3.463
Oliveira dos Brejinhos	3.633	1.898	1.991	1.134	446	301	104	67	9.574
Paratinga	3.291	2.130	2.637	1.043	256	144	6	16	9.523
Riacho de Santana	6.894	2.990	3.587	1.584	838	622	220	98	16.833
Serra do Ramalho	1.267	377	9.213	758	265	87	28	151	12.146
Sítio do Mato	290	80	205	169	103	41	14	144	1.046
<b>Total do Território</b>	<b>44.030</b>	<b>15.992</b>	<b>31.698</b>	<b>12.461</b>	<b>5.720</b>	<b>3.914</b>	<b>1.471</b>	<b>3.098</b>	<b>118.384</b>
Total do Estado	1.261.468	359.043	423.786	187.105	110.747	86.677	35.400	43.946	2.508.172

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 1995/96; Secretaria de Agricultura Familiar (SAF) – Banco de Dados da Agricultura Familiar (SADE)



Com relação à renda *per capita* (1991-2000), observando o número de municípios que elevaram suas rendas *per capita* entre 1991 e 2000 (Tabela 21 - Atlas do Desenvolvimento Humano), apenas o município de Feira da Mata não aumentou a sua renda *per capita* no período.

**Tabela 21**

Evolução da renda *per capita* em valores correntes (R\$)

<i>Município</i>	<i>Renda per Capita, 1991</i>	<i>Renda per Capita, 2000</i>
Barra (BA)	44,50	56,37
Bom Jesus da Lapa	82,94	125,41
Brotas de Macaúbas	50,91	64,08
Carinhanha (BA)	48,50	64,71
Feira da Mata (BA)	82,72	76,48
Ibotirama (BA)	73,29	141,35
Igaporã (BA)	57,86	99,86
Malhada (BA)	40,28	60,15
Matina (BA)	39,01	48,00
Morpará (BA)	52,53	79,93
Muquém de São	40,21	74,09
Oliveira dos Brejinhos	43,20	68,12
Paratinga (BA)	39,28	49,11
Riacho de Santana	51,19	70,27
Serra do Ramalho (BA)	37,59	60,48
Sítio do Mato (BA)	47,34	51,91

Fonte: ADHB - Atlas do Desenvolvimento Humano (1991-2000).

O número de pessoas ocupadas na condição de empregados temporários (Tabela 22 e 23), caracterizando aqui a pluriatividade (atividades não agrícolas), mostra que o número de pessoas ocupadas na condição de empregados temporários, parceiros e outros é apenas 9% do total das pessoas ocupadas em Estabelecimentos agropecuários no território. Outra característica das unidades de produção familiar.

Em números absolutos, são 8.870 pessoas ocupadas em Estabelecimentos agropecuários na condição de empregados temporários; 292 parceiros (empregados) e 1.098 classificados como “outros”. São ao todo 10.260 de um total de 118.388 pessoas ocupadas nos Estabelecimentos agropecuários. Isto significa que aqueles que não estão na condição de “responsável e familiares não remunerados” ou “empregados permanentes” desenvolvem estratégias, fora da atividade agropecuária, para complementação da renda. Contudo, em números absolutos, há ampla maioria de pessoas ou que fazem parte da família diretamente

ou são os chamados agregados, reforçando a situação de um território com forte presença de produtores familiares.

**Tabela 22**  
Pessoal ocupado nos estabelecimentos agropecuários, por categoria.

Municípios	Pessoal Ocupado por Categoria					Total do Pessoal	Residentes nos Est. Rurais	
	Resp Familiares não Remun.	Empregados permanentes	Empregados Temporários	Parceiros (empregados)	Outra Condição		Nº	% do Total
Barra	11.194	302	549	5	98	12.148	10.193	83,9
Bom Jesus da Lapa	10.119	739	886	29	632	12.405	10.124	81,6
Brotas de Macaúbas	3.671	46	251	2	3	3.973	2.816	70,9
Carinhanha	7.804	215	982	10	25	9.036	6.710	74,3
Feira da Mata	3.225	132	130	38	30	3.555	2.886	81,2
Ibotirama	3.877	111	147	20	-	4.155	3.320	79,9
Igaporã	4.836	84	635	13	48	5.616	4.821	85,8
Malhada	4.625	310	1.494	9	212	6.650	4.481	67,4
Matina	5.227	76	189	6	2	5.500	4.969	90,3
Morporá	2.669	81	15	-	-	2.765	2.684	97,1
Muquém de São	2.686	459	285	27	6	3.463	2.470	71,3
Oliveira dos Brejinhos	8.764	93	639	62	16	9.574	6.844	71,5
Paratinga	9.121	47	348	7	-	9.523	8.681	91,2
Riacho de Santana	14.793	274	1.707	56	3	16.833	14.184	84,3
Serra do Ramalho	11.292	216	610	8	20	12.146	2.270	18,7
Sítio do Mato	900	140	3	-	3	1.046	924	88,3
<b>Total do Território</b>	<b>104.803</b>	<b>3.325</b>	<b>8.870</b>	<b>292</b>	<b>1.098</b>	<b>118.388</b>	<b>88.377</b>	<b>74,7</b>
Total do Estado	2.075.697	160.935	210.762	11.139	50.057	2.508.590	1.874.604	74,7

Fonte: IBGE: Censo Agropecuário – 1995/96; Secretaria de Agricultura Familiar (SAF) – Banco de Dados da Agricultura Familiar (SADE)

**Tabela 23**  
Pessoal ocupado conforme a categoria

Categoria do trabalhador	Pessoal Ocupado			
	Território		Estado	
	Nº	%	Nº	%
1. Responsáveis e familiares não	104.803	88,5	2.075.697	82,7
2. Empregados permanentes	3.325	2,8	160.935	6,4
3. Empregados temporários	8.870	7,5	210.762	8,4
4. Parceiros	292	0,2	11.139	0,4
5. Outra condição	1.098	0,9	50.057	2,0
Total de ocupados	118.388	100,0	2.508.590	100,0
Residentes nos Estabelecimentos	88.377	-	1.874.604	-

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 1995/1996

Até aqui, o que vem sendo reforçado é o argumento de que a dinâmica da economia do Território Velho Chico está intimamente relacionada à dinâmica sociocultural majoritária no território, ou seja, àquela ligada à produção familiar.

Por outro lado, ao verificarmos o PIB territorial (Tabela 24), relacionando o número de municípios que apresentam o maior peso na composição do PIB no setor agropecuário em 2003, vê-se que apenas quatro de um total de 16 se apresentam

nessa condição. Contudo esse aspecto, apesar de parecer o contrário, reforça ainda mais a identidade rural e a condição de fragilidade dessas comunidades, privilégio não apenas do Território Velho Chico. Ainda rurais, envolvem-se com outras atividades em tempo parcial em centros urbanos próximos, por exemplo. Um processo recentemente denominado “pluriatividade”. Trata-se muito mais de uma característica estrutural imposta por uma economia local submissa historicamente a processos exógenos; processos estes que pressionaram e pressionam para baixo os preços dos produtos agropecuários ao longo dos últimos trinta anos, impondo limites para uma reprodução social do modo de produção familiar anteriormente baseado apenas na agropecuária.

**Tabela 24**  
PIB – Valor adicionado a preços correntes por município

Municípios	Setores			PIB (R\$ milhões)
	Agropecuária	Indústria	Serviços	
BAHIA	7.836,63	31.980,96	28.095,59	73.166,49
Barra	14,69	5,21	47,27	66,53
Bom Jesus da Lapa	34,94	17,54	92,99	167,02
Brotas de Macaúbas	4,98	1,87	12,51	19,58
Carinhanha	11,97	4,03	27,77	44,58
Feira da Mata	11,74	0,62	13,61	26,07
Ibotirama	8,19	9,62	36,78	53,96
Igaporã	7,91	3,28	15,18	26,72
Malhada	16,02	2,23	15,95	36,22
Matina	5,66	0,74	9,76	16,38
Morporá	4,57	0,86	8,82	14,23
Muquém de São	18,53	1,15	13,5	33,78
Oliveira dos Brejinhos	10,85	8,63	26,53	45,20
Paratinga	19,25	3,00	28,03	50,90
Riacho de Santana	21,58	6,41	31,76	60,11
Serra do Ramalho	36,96	3,12	34,24	78,33
Sítio do Mato	17,73	2,02	13,28	36,47

Fonte: IBGE/SEI – 2003

Outro indicador que corrobora a argumentação até aqui desenvolvida é a proporção das pessoas de 10 ou mais anos de idade (Tabela 25) ocupadas por setor da atividade econômica (peso do setor agropecuário). Esse indicador revela que praticamente nos dezesseis municípios, com exceção de Bom Jesus da Lapa (34,1%) e Ibotirama (31,9%), a maioria das pessoas com 10 ou mais anos de idade estão ocupadas na agropecuária.

O grau de informalidade (Tabela 25) traz valores bem elevados para o território como um todo. Este indicador expressa o número de empregados sem

carteira assinada somados aos chamados “conta-própria”, mais os “não-remunerados” em ajuda a membro do domicílio, e ainda o trabalhador na produção para o próprio consumo, dividido pelo número de pessoas ocupadas vezes 100. Mesmo assim, com valores altos como os apresentados para todo o território Velho Chico, sugerem sérios riscos sócioambientais.

**Tabela 25**  
População de 10 ou mais anos de idade ocupada no setor agropecuário e grau de informalidade

Estado/Território/Municípios	População de mais de 10 anos de idade		Graus de informalidade territorial diferença dos municípios em relação ao território (%)
	Ocupada no trabalho principal	Ocupada na agropecuária (%)	
BAHIA	4.581.586	31,8	68,00
Velho Chico	265.616	40,8	85,00
Barra	12.893	66,2	90,36
Bom Jesus da Lapa	18.944	34,1	77,45
Brotas de Macaúbas	3.994	67,4	88,13
Carinhanha	8.524	62,6	89,43
Feira da Mata	1.669	67,3	87,66
Ibotirama	8.769	31,9	80,16
Igaporã	4.794	53,1	81,23
Malhada	4.749	57,6	78,52
Matina	2.453	72,7	86,55
Morporá	2.607	64,1	91,14
Muquém de São Francisco	2.828	72,8	88,90
Oliveira dos Brejinhos	6.211	53,8	89,13
Paratinga	8.054	65,3	89,07
Riacho de Santana	7.981	51,2	82,80
Serra do Ramalho	9.757	69	86,09
Sítio do Mato	4.257	73,5	91,75

Fonte: IBGE – Censo Demográfico 2000.

Este último Grupo de Resignificação, com forte presença e efetividade dos CSTR/ISTR nos EN Econômico-institucional e Gestão Social responde a um DSTR Programado, na medida em que, por exemplo, os projetos produtivos que constam do PTDRS valorizam a produção familiar. Por outro lado, não há participação e efetivação deste GR nos EN Sócio-cultural-produtivoambiental.. Efetiva-se dessa forma, a partir desse GR, um DSTR Programado, mas não um DSTR Ideal. A compatibilidade entre o Programado e Ideal carece da complementaridade representada pela efetividade dos CSTR/ISTR pertencentes ao EN Sócio-cultural-produtivoambiental, e que foram testados principalmente no GR Ruralidade, não sendo, como se constatou, efetivados. Esta “sobra” expressa o grau de (in)compatibilidade entre os DSTR.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das injunções globais do desenvolvimento e da sustentabilidade, consideramos que para a relativa autonomia dos territórios rurais na construção de um projeto de desenvolvimento sustentável falta incorporar a condição de ruralidade, específica da identidade desses territórios. A ênfase na ruralidade (EN Sócio-cultural-produtivo-ambiental) como principal conteúdo de DSTR Ideal, necessária para se avaliar a compatibilidade entre DSTR Programado e Ideal através do processo de gestão social programada, remete às relações sociedade-natureza e, portanto, remete à construção histórica da cultura local, territorial ou regional. Acomodar (operacionalizar e instrumentalizar) as histórias, vivências, paixões, valores, modos de vida, condutas, contradições, 'aspirações' etc - por mais que sejam coletivas e enraizadas - em um programa ou projeto não nos parece tarefa simples.

Por um lado, o programa fala da atuação em territórios rurais. Nesse quesito concordamos sim se tratar de um território com ampla maioria de elementos do rural e, o que responde por isso, da ruralidade. Por outro lado, o entendimento programado do rural remete apenas a projetos econômicos necessariamente (pois se trata de um programa do MDA) ligados à produção familiar. A nossa crítica reside justamente aqui: para nós, ao se constatar que o Território Velho Chico é um território extremamente rural, para além do que é programado, é preciso entender que é ele, por conta disso, um território que guarda intensas manifestações de comunidades rurais tradicionais, e que, exatamente por isso, pela tradição, pela história, trazem elementos de cultura fortemente enraizados em suas dinâmicas sócio-produtivas. Ou melhor, qual a melhor medida para continuar a denominar o Território Velho Chico como um território rural? Para o programa está claro. Para nós, falta efetivar a dimensão da ruralidade – efetivar os CSTR/ISTR do GR Ruralidade - que é aquela responsável por este território se manter um território rural, pois a ruralidade o fez assim.

Portanto, de posse da metodologia de identificação dos CSTR/ISTR, representantes dos conteúdos de DSTR para avaliação do processo de gestão social, conclui-se adotar o EN Sócio-cultural-produtivo-ambiental na avaliação empírica do DSTR Ideal, pois este permite valorizar minimamente sujeitos (comunidades rurais), lugares, suas especificidades e aspirações, na medida em que verifica se a(s) ruralidade(s) está contemplada nas estratégias do programa e,

conseqüentemente, nas dinâmicas do território, determinando, pela identidade territorial, se o processo é sustentável ou não.

Como se pôde observar, os GR expressaram, através de um arranjo específico de CSTR/ISTR, primeiro, a condição específica do “tipo” de ruralidade para cada GR, segundo, os CSTR/ISTR relacionados ao processo de gestão social programada propriamente dita. Ou seja, o produto do que foi planejado pelo fórum territorial. Por tanto, os GR, todos eles, trazem esse dois tipos de informação: uma que reforça a condição do rural; e outra que avalia o resultado do que foi programado. O cumprimento do que foi programado demonstra que o DSTR Programado está efetivado no caso Velho Chico, mas não um DSTR Ideal. Esse só se confirmaria, através da gestão social, caso todos os CSTR/ISTR do EN Sócio-cultural-produtivo-ambiental, (diga-se de passagem, produto da junção de duas colunas do Quadro Geral de Condicionantes, portando, representativo da totalidade de CSTR/ISTR necessária ao DSTR Ideal), presentes no GR Ruralidade, se efetivassem.

Com base no diagnóstico e avaliação do DSTR no Território Velho Chico, a primeira conclusão a que se chega é que se trata de um território com fortes elementos de ruralidade; trata-se (efetivamente) de um território rural, nas condições aqui examinadas.

As características definidoras desse perfil manifestam-se no grande número de municípios com população total abaixo dos 15.000 habitantes; nos 75% dos municípios do território com população rural superior à população urbana; na expressiva participação da mulher na condição de ocupada em Estabelecimentos agropecuários, cerca de 40% de todas as pessoas ocupadas em Estabelecimentos agropecuários; no grande número de Estabelecimentos agropecuários com até 20ha de área, praticamente 53% dos Estabelecimentos agropecuários do território; na proporção de municípios que possuem um número expressivo de comunidades ditas tradicionais com relação ao total de municípios, e na diversidade dessas comunidades (comunidades indígenas, quilombolas, Fundos de Pasto e comunidades dos Brejos), cerca de 86% do total dos municípios do território (14 municípios).

Ainda confirmando essa forte condição de ruralidade, tem-se o fato de que praticamente 90% dos Estabelecimentos agropecuários são classificados como familiares; o território possuir um grande número de famílias acampadas e

assentadas, a maior dentre os territórios rurais da Bahia; ter ampla maioria de municípios e pequenos estabelecimentos com maior peso na produção familiar, cerca de 69% dos municípios do território; ter um maior peso do valor da produção familiar na economia dos municípios com relação ao peso da produção patronal; possuir um número superior de ocupados, em todos os municípios, em Estabelecimentos agropecuários com até 50ha de área com relação aos outros grupos de área, além da maioria das pessoas com 10 ou mais anos de idade estarem ocupadas, em todos os municípios, no setor agropecuário.

Porém, à medida que se avança na aplicação dos indicadores que avaliam o DSTR Programado não se vê a mesma tendência à valorização, pela intervenção, da ruralidade do território. Fica patente a importância de se verificarem principalmente a representatividade (diversidade de identidades principalmente com relação às várias identidades dos “agricultores familiares”: comunidades tradicionais) nos fóruns e o perfil dos projetos implementados no PTDRS.

Entre representantes da sociedade civil organizada, poder público e instituições financeiras há maioria, nas composições dos espaços de decisão, para primeira situação. Contudo, quando se aproxima do nível operacional representado pelo Conselho Gestor Executivo e, principalmente, pelo Núcleo Técnico essa relação diminui consideravelmente, o que implica em pouca participação principalmente das comunidades tradicionais nas questões mais técnicas da gestão do desenvolvimento: no Fórum (CODETER) são dez instituições representando comunidades tradicionais. Esse número desce para quatro instituições no Comitê Gestor Executivo, e para uma instituição, representante de comunidades tradicionais, no Núcleo Técnico.

Os projetos implementados no plano também demonstram certa tendência à valorização, apesar da maioria dos projetos terem perfil da produção familiar, das questões de mercado, enquanto diretriz para o desenvolvimento. Vê-se assim um grande número de projetos com perfil na produção ligados a atividade agropecuária propriamente dita, como também o grosso dos recursos destinados. Dos 549 projetos previstos no PTDRS, apenas doze são projetos ditos sócio-culturais, 2,5% dos projetos sugeridos. Em termos de investimentos, são apenas 9% do total de recursos repassados para esse tipo de projeto.

No GR Sustentabilidade verifica-se que um grande número de Estabelecimentos agropecuários, a maioria, estão classificados como

estabelecimentos familiares, praticamente 90% dos Estabelecimentos agropecuários do território. A diversificação dos cultivos, característica do modo organização social da produção familiar, e a suposição de um conhecimento acumulado (dos saberes) sobre a natureza favorecem em boa medida às boas práticas em termos ambientais. Contudo, a área total que esses estabelecimentos familiares ocupam no território, com relação à área que uma minoria de grandes propriedades ocupa, mostra uma outra realidade. No Velho Chico, estabelecimentos com até 100ha representam praticamente 92% dos Estabelecimentos agropecuários, ocupando 24% da área dos Estabelecimentos agropecuários do território. Os estabelecimentos de 500 a mais de 1000ha, apenas 1,7%, ocupam praticamente 60% da área total dos Estabelecimentos agropecuários. Assim, inverte-se o que poderia ser uma verdadeira “supremacia” de estabelecimentos familiares e condições favoráveis à sustentabilidade, pois uma agricultura baseada no latifúndio e monocultora pressiona fortemente os recursos naturais, embora paradoxalmente seja uma característica da ruralidade brasileira, responsável pela sua oposta, a questão agrária de luta pela terra.

Como característica positiva em termos de sustentabilidade ambiental, dos mais de dois milhões de hectares de terras utilizáveis no território, praticamente 900 hectares são de matas nativas, 37% da área, e praticamente 23% de pastagens nativas, o que, em boa medida reflete, e se reproduzem, a existência das comunidades de Fundo de Pasto, quilombolas, indígenas etc. Fato, por outro lado, que não é valorizado quando dos projetos implementados no PTDRS do Velho Chico.

Quando se avaliam os conteúdos dos planos territoriais torna-se possível identificar contradições com a proposta do programa. Não se vê, por exemplo, grande expressão dos projetos ambientais, tampouco propostas de alternativas tecnológicas às técnicas produtivistas e nem projetos que fomentem a agroecologia.

Nesse sentido, quando partimos para a avaliação dos projetos implementados, vemos que as questões de ruralidade do território não estão sendo contempladas. Observa-se que quase a metade dos municípios do território possui comunidades tradicionais, e que, teoricamente, mantêm dinâmicas próprias de reprodução social e, pelo que foi avaliado nos projetos elencados no PTDRS, não estão sendo vislumbradas na implementação dos projetos do plano.



Como se percebe, os projetos ambientais são minoria no PTDRS, assim como os recursos para viabilizá-los. O GR Sustentabilidade trás muitos dos CSTR/ISTR exigidos pelo EN Sócio-cultural-produtivo-ambiental para se efetivar um DSTR Ideal. Nesse sentido, este CSTR/ISTR não se efetiva no EN Sócio-cultural-produtivo-ambiental, mas serve ao EN Gestão Social e Econômico-institucional, efetivando um DSTR Programado.

Com relação à diversidade de projetos no PDTRS, se verificam timidamente projetos culturais ou de resgate de tradições. O peso maior é atribuído aos projetos de educação do campo, certamente tão importantes quanto àqueles projetos ditos culturais ou de resgate das tradições como festas religiosas, culinária típica, dialetos etc, ou, enquanto opção metodológica (como foram considerados aqui nesta pesquisa), realmente projetos culturais, de valorização dos saberes locais. Porém, mesmo considerando-os como culturais estes projetos, somados, ainda são em menor número e demandam menores investimentos quando comparados aos projetos ditos econômicos.

Nesse aspecto, apesar das ações estarem acompanhando o que se tem como orientações da Metodologia Comum, que vem sendo implementada pela SDT para efetivar um DSTR Programado, parece claro que a política avaliada segue, via de regra, orientações dos organismos multilaterais da cooperação internacional (Banco Mundial, BID, FMI etc) sabidamente a favor das empresas transnacionais (neo-liberais), com imposição de programas como condição para transferência de recursos (políticas compensatórias). Termos como empoderamento, capital social, institucionalidade, gestão social, participação, laços de confiança, território e identidade, desenvolvimento sustentável! etc vêm sendo utilizados freqüentemente em seus textos e documentos, metamorfoseados agora em mercadoria.

Nos marcos da descentralização administrativa e do processo de mundialização do capital produtivo (flexibilização produtiva) e financeiro, a criação dos fóruns remete ao local toda a carga decisória e de planejamento. Aos poucos, o poder de intervenção do Estado se esvai e, com o apoio de metodologias que capacitam para o empreendedorismo, ou para ajuste para se ter acesso a mercados, corrobora o que Gudin, pelas palavras de Bielschowsky: “seu raciocínio assentava-se sobre o princípio clássico de que a economia capitalista tende a um equilíbrio de máxima eficiência sempre que os mecanismos de mercado podem funcionar livremente”. O equilíbrio é a nova performance do capital, interessado em novos

mercados, novas formas de produzir, novos consumidores, novas estratégias de reduzir custos, de derrubar barreiras, de desregular leis do trabalho.

E ainda sobre Gudín, corroborando o termo neoliberal aqui atribuído, ainda com Bielschowsky, percebe-se a estreita relação dessa política com aquele pensamento econômico:

Não só aceitava alguma intervenção do Estado para corrigir as deficiências de funcionamento do sistema econômico em períodos de depressão, como inclusive, bem à moda da ressurgência do otimismo neoliberal dos anos 50, evoluiu para a visão de que, mediante políticas econômicas adequadas, pode-se até neutralizar as oscilações cíclicas. Defendia, porém, o princípio da mínima intervenção estatal e a idéia de que, nas épocas de prosperidade, a presença do Estado na economia deve ser evitada ao máximo. Porque contrabalança tendência à eficiência alocativa dos mecanismos de mercados (BIELSCHOWSKY 1996; p. 43).

Apesar de muito se discutir a essencialidade de se desenvolverem concomitantemente as várias dimensões do processo de desenvolvimento para que ele seja sustentável, verifica-se uma ênfase no desenvolvimento do “eixo econômico” dos planos. Basta dizer que, das estratégias preconizadas, a realização dos Estudos Propositivos do eixo econômico (identificação dos sistemas produtivos do território) e do próprio Plano Safra Territorial (que qualifica as demandas por crédito e ATER; PRONAF; ATES), ditos instrumentos de gestão e controle social (estratégia pedagógica), são os únicos, para a maioria dos territórios rurais baianos, que vêm sendo implementados e/ou priorizados.

Está claro também - reforçando o aspecto neoliberal da política - que não há uma tendência à industrialização, às grandes plantas industriais. Essa tendência é necessariamente menor, pois, hoje há uma forte flexibilização da produção em pequenas unidades industriais e uma valorização do empreendedorismo local (micro empreendimento, microcrédito, aval solidário etc). Contudo, mantendo os preceitos neo-liberais, há necessidade de alguma presença do estado no processo de desenvolvimento, com uma nova postura: adequar a sua ação para organizar, orientar e capacitar a base para atuar nos mercados, realizando alguns investimentos estruturais.

Portanto, de posse da metodologia que adotamos, a seguinte relação fica definida: o GR Ruralidade, como exposto, é aquele que tem a maior participação dos CSTR/ISTR exigidos pelo EN Sócio-cultural-produtivo-ambiental, seguido de perto pelo GR Sustentabilidade e, com menor expressão, dos GR Econômico-institucional

e Gestão Social. Essa relação demonstra a incompatibilidade entre um DSTR Programado e um DSTR ideal, pois aquele, que depende da participação dos GR apenas nos EN Gestão Social e Econômico-institucional, não efetiva os CSTR/ISTR exigidos para a condição do EN Sócio-cultural-produtivo-ambiental. Portanto, os GR que mais aparecem, e efetivam os respectivos indicadores do Elemento Nucleador Gestão Social e Econômico-institucional são os GR Político-institucional e Econômico (trabalho).

Como dissemos, dos eixos que citamos fundamentais à sustentabilidade, a ruralidade (cultura e natureza; comunidades tradicionais) talvez seja o mais importante, pois fundamenta os modos de vida e, por isso, favorece a compreensão de questões centrais para a diminuição das desigualdades, da pobreza, da fome. Acreditamos que os “atores” que vivem e rememoram seus valores é que devem optar e falar sobre o seu mundo e aspirações, pois estas nem sempre estão vinculadas a uma realização de via única através do empreendedorismo. Esses elementos “capturados” fornecem indicativos para uma melhor apropriação da realidade, das relações sociais e seus significados.

Como visto, há no território Velho Chico pelo menos quatro aglomerações que denominamos aqui como “comunidades tradicionais”, assim conceituadas por estarem no território há mais tempo que os demais grupos, de certa forma, estes últimos, com modos de vida padronizados; comportamentos determinados por relações modernas do capitalismo, de comércio. Aquelas estabelecem se não as mesmas, algo muito próximo do tipo de relação com a natureza, na sua reprodução social que havia quando de sua fixação na região. Entre elas se destacam as comunidades de Fundo de Pasto, comunidades Quilombolas, comunidade do Brejo e, as mais populosas, Comunidades indígenas. Acreditamos que pela argumentação acima desenvolvida, essas são representações e identidades mais próximas - considerando os comportamentos, ritualística e relações sociais e familiares - do que tentamos interpretar como ruralidades, e o que deve ser percebido e considerado para sua manutenção.

Nos limites deste estudo, o que se busca, e aqui admitimos se tratar de uma utopia, é vislumbrar uma outra organização da sociedade-humanidade que não aquela impressa pelo viés econômico ou dos mercados. Uma lógica que supere o apelo à acumulação e que traga a cooperação e a troca, sem favores, como moedas de reciprocidade, sobrevivência e respeito na Terra.